



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPAC
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER

**A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO: PERFIL, ACESSO,
RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS POLÍTICAS**

**LAGES (SC)
2012**

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER

**A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO: PERFIL, ACESSO,
RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS POLÍTICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa II: Educação, Processo Socioculturais e Sustentabilidade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Geraldo Locks e
Coorientadora: Profª Drª Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

**LAGES (SC)
2012**

Ficha Catalográfica

Hoffer, Aidamar Seminotti.
H698m A mulher vereadora no legislativo lageano: perfil,
acesso, relações de gênero e práticas políticas / Aidamar
Seminotti Hoffer. -- Lages (SC), 2012.
126f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto
Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da
Universidade do Planalto Catarinense.

Orientador: Geraldo Augusto Locks.

Coorientadora: Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

1. Poder legislativo – Lages (SC). 2. Mulher (Política).
3. Lages (SC) - Política e governo. I. Locks, Geraldo Augusto.
II. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. III. Título.

CDD 328.8164



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO - MESTRADO ACADÊMICO

DECLARAÇÃO

Declaro que **AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER** apresentou sua Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada: **“A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO: PERFIL, ACESSO, RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS POLÍTICAS”**, em 14/12/12 e foi argüida pela banca examinadora composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (Orientador); Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Coorientadora); Profa. Dra. Tânia Welter (Examinadora Externa – UFFS); Prof. Dr. Nilson Thomé (PPGE/UNIPLAC); Profa. Dra. Carmen Lucia Fornari Diez (PPGE/UNIPLAC-Suplente), sendo: “aprovada”.

A presente declaração tem validade de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, prazo estipulado pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da UNIPLAC, para que a aluna entregue a versão final do texto, atendendo as recomendações da banca.

Lages, 14 de dezembro de 2012.

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Maria de Lourdes P. de Almeida
Coordenadora do Programa
Mestrado em Educação

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por tudo.

Ao Arildo, meu companheiro, por seu grande carinho, compreensão e apoio, que foram indispensáveis nessa conquista.

Aos meus pais, Reinaldo e Oliva (*in memoriam*), pelo amor incondicional em minha vida.

As minhas irmãs, Dinamar, Diva, Maria Célia e Tania, por compreenderem minha ausência nos encontros de família.

Ao meu orientador, professor Dr. Geraldo Augusto Locks, pela paciência, compreensão, pelas valiosas contribuições e pelas possibilidades apontadas.

A minha coorientadora, professora Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida, pelo carinho e orientação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, pela orientação na busca do conhecimento.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, professor Dr. Nilson Thomé e Dr^a Tânia Welter, pelas valiosas contribuições.

A minha amiga e companheira de Mestrado, professora Samara Abreu Arruda Loregian.

A todas as Vereadoras de Lages que participaram desta pesquisa, pelo carinho, atenção e contribuição valiosa.

Às amigas, professoras Valdirene Vieira, Ivana Elena Michaltchuk, Sonia Alves e Marilza Gobetti, pelo carinho e apoio.

Às companheiras de trabalho, Carol Gobetti e Pollyana Muller, pela colaboração especial nessa caminhada.

RESUMO

Esta dissertação analisa a participação da mulher vereadora no Poder Legislativo do Município de Lages (SC) no período de 1959 a 2008. Para alcançar este objetivo, elege os seguintes critérios de análise: perfil das vereadoras, acesso às candidaturas, relações de gênero e práticas políticas desenvolvidas em suas respectivas candidaturas. Procura-se refletir acerca da ocupação feminina do espaço público e privado, demonstrando como as mulheres conquistam visibilidade em relação aos homens na sociedade contemporânea. Os movimentos feministas originados na Europa e nos Estados Unidos, cujos reflexos se fazem sentir no Brasil desde o início do século XX, compõem as discussões efetuadas ao longo deste trabalho. As lutas travadas pelas mulheres em diferentes instâncias sociais resultam na sua atuação em diferentes espaços públicos, como passou a ocorrer também na política de partido. Pode-se refletir esta questão na participação da mulher na história da política brasileira. Neste contexto, gênero passou a ser um tema transversal, bem como poder e empoderamento, categorias importantes para decifrar o objeto de investigação. O método utilizado caracteriza-se pela pesquisa qualitativa, baseada em estudos bibliográfico e documental, seguida de pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionário dirigido às onze vereadoras eleitas com a finalidade de realizar a coleta de dados. A análise dos dados permitiu compreender que as mulheres vereadoras na história do Legislativo Lageano inauguraram um significativo caminho pela visibilidade social e política obtida e ações políticas realizadas, não obstante a sub-representação feminina na Câmara em relação ao número de homens vereadores e ao contexto sociocultural, no qual, historicamente, as relações de gênero, portanto de poder, são extremamente assimétricas na região desde o século XVIII.

Palavras chaves: Espaço Público e Privado. Mulher e Política Brasileira. Poder Legislativo de Lages

ABSTRACT

This dissertation examines the woman as a councilor at the Legislative Power of the city of Lages from 1959 to 2008. To achieve this goal some criteria like profile of councilors, access to applications, gender relations and political practices in their respective legislatures were chosen. It seeks to think over the occupation of private and public space where the woman conquers visibility in relation to man in contemporary society. Feminist movements originated in Europe and United States, whose effects have been felt in Brazil since the early twentieth century, mark the discussions made throughout this work. The struggles of women in different levels of the society result in its performance in different public spaces, as has happened in party politics. It's possible to analyze this issue on participation of women in the history of Brazilian politics. In this context, gender has become a cross-cutting theme as well as power and empowerment categories important to decipher the object of investigation. The method is characterized by qualitative research supported by bibliographic studies and documentary followed by field research through a questionnaire directed to eleven elected councilwoman to carry out the purpose of data collection. Analysis of data allowed deducing that women councilors inaugurated a significant way in the Legislature due to social visibility and obtained policies and political actions undertaken, despite of sub female representation in the House in relation to the number of men councilors, and the sociocultural context in which historically gender relations, therefore power, have been extremely asymmetric in the region since the eighteenth century.

Keywords: Private and Public Space. Woman and Brazilian Politics. Legislative Power of the city of Lages

As minhas filhas
Georgia e Jamille, meus
grandes amores

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO SOCIAL	79
GRÁFICO 2: MOTIVAÇÕES DA ENTRADA NA VIDA POLÍTICA.....	79
GRÁFICO 3: CANDIDATURA À REELEIÇÃO.....	80
GRÁFICO 4: MOTIVAÇÕES À REELEIÇÃO	80
GRÁFICO 5: POR QUE NÃO BUSCOU A REELEIÇÃO	81
GRÁFICO 6: OCUPAÇÃO DE CARGO NA MESA DIRETIVA.....	82
GRÁFICO 7: APOIO FAMILIAR	82
GRÁFICO 8: DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA CONDIÇÃO DE SER MULHER NA CÂMARA DE VEREADORES	83
GRÁFICO 9: DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA CONDIÇÃO DE SER MULHER NA CÂMARA DE VEREADORES	83
GRÁFICO 10: DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE VEREADORAS E VEREADORES.....	84
GRÁFICO 11: RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	84
GRÁFICO 12: RELAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES, SOCIEDADE, ENTIDADES E MOVIMENTOS	85
GRÁFICO 13: PROJETOS APRESENTADOS	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MULHER: ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO EM TENSÃO	22
2.1 O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	23
2.2 VISIBILIDADE E MOVIMENTOS FEMINISTAS	27
2.3 A MULHER E A QUESTÃO DE GÊNERO	36
3 MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: UM CAMINHO DE LUTAS E CONQUISTAS	45
3.1 MULHER BRASILEIRA: VISIBILIDADE POLÍTICA.....	45
3.2 MULHER: EMPODERAMENTO PARA A ATUAÇÃO POLÍTICA.....	51
3.3 MULHER, PODER E POLÍTICA	57
4 A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO	66
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE LAGES (SC).....	66
4.2 LAGES E SUA FORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	66
4.3 MEMÓRIAS DO LEGISLATIVO LAGEANO	69
4.4 PERFIL DAS VEREADORAS LAGEANAS	75
4.4.1 Categorização das respostas ao questionário.....	78
4.5 A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO	86
4.5.1 Participação e acesso à vida política	91
4.5.2 Relações assimétricas entre vereadoras e vereadores	95
4.5.3 Práticas políticas.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	119
ANEXOS	122

1 INTRODUÇÃO

Uma mulher na política muda a mulher; muitas mulheres na política mudam a política.

(Michelle Bachelet)

O encantamento de um trabalho de pesquisa parece estar no imergir no campo de investigação e nas descobertas realizadas pelo pesquisador. Maior satisfação pode ser experimentada quando o conhecimento é construído de forma partilhada entre os sujeitos envolvidos e aquele que pesquisa. Antes do produto final, o próprio processo de produção do conhecimento pode se constituir na parte mais instigante do ato de aprender.

Definir a temática desta pesquisa demandou empenho no sentido de delinear o caminho a ser construído, o que só foi possível após um intenso (re)pensar sobre a própria trajetória pessoal e profissional, procurando nas memórias vividas aquelas que colaboraram significativamente para a construção de minha identidade.

A identidade do sujeito sempre é marcada por relações sociais de grupos específicos dos quais se é parte integrante. Desse modo, neste trabalho, procuramos assumir a terceira pessoa do plural, mesmo quando nos referimos às práticas pessoais, porque as batalhas que travamos ao longo de nossa trajetória pública sempre estiveram atreladas a um contexto social e às necessidades de uma coletividade. Isso também incide no teor da pesquisa que ora descrevemos, porque se trata de dar visibilidade às mulheres que saíram do espaço doméstico para a vida política, passo que não se dá solitariamente, mas com a interferência de outros sujeitos. Importante lembrar também que, em nossa análise, em algumas situações, quando nos reportamos à mulher no singular, estamos sempre com o foco na coletividade. Procuramos, na medida do possível, quando tratamos da trajetória pessoal, mantermos a impessoalidade entre feminino e masculino, haja vista que nossa luta volta-se principalmente para a categoria dos professores e, nesse contexto, estão mulheres e homens em movimento.

No que diz respeito à discussão sobre a presença da mulher na política brasileira, mas com olhar direcionado para a Câmara de Vereadores de Lages (SC), nos referimos a um processo de dominação, de políticas voltadas para a construção de um mundo predominantemente masculino, mas que, aos poucos, vai sendo remodelado a partir do momento em que as mulheres passam a ocupar, ainda que sob pressão de medidas regulamentares, espaços considerados proibidos às ideias e ideais femininos até os anos de 1950, em Lages. Considerando essas questões - ao longo do processo de desenvolvimento de

um projeto de pesquisa que buscasse não a presença propriamente dita, mas a visibilidade da mulher na política lageana -, deparamo-nos com situações de reprodução social que vão sendo construídas através de gerações e que envolvem processos de dominação e, principalmente, de culturas centradas em uma visão antropocêntrica e patriarcal. Situação que nos remete às considerações sobre as minorias que assumem um posicionamento de resistência contra a opressão e acabam por entrar na história.

Desse modo, retomamos algumas das ideias de Sherry Ortner (2007, p. 26), mais especificamente quando trata sobre a “teoria da prática feminista, de minoria, de subalternos [...]”, focada, em partes, nas “questões de resistência direta”, porém visando, “sobretudo, a maneira como a própria dominação” se divide “por ambigüidades, contradições e lacunas”. Nesse sentido, para a autora, a “reprodução social nunca é total; é sempre imperfeita e vulnerável às pressões e às instabilidades inerentes a toda situação de poder desigual”. Tendo esse contexto por base e a própria experiência como legado, a temática desta pesquisa voltou-se para a identificação do perfil, do acesso aos partidos políticos, às relações de gênero e ações políticas das mulheres que assumiram cadeiras na Câmara de Vereadores de Lages entre 1958 e 2008.

Muitos foram os desafios enfrentados na construção do tema desta pesquisa. Aos poucos fomos compreendendo que as escolhas feitas no transcorrer da existência são construções históricas. Em razão disso, as leituras, seminários e discussões realizadas durante as aulas do Mestrado em Educação proporcionaram formações e inquietações sobre as realidades existentes, o que nos levou a refletir sobre o compromisso que temos para com a sociedade, de trabalharmos para a construção de um mundo com mais equidade em todos os sentidos. A (des)construção de paradigmas, rompidos pelo enfrentamento a partir das leituras de diferentes autores, nos possibilitou um amadurecimento intelectual e ajudou-nos a perceber que o pouco que sabemos é quase nada diante do muito que temos a aprender e a descobrir por meio da pesquisa.

As raízes históricas do engajamento pessoal no âmbito profissional e político iniciaram com o ingresso na Educação, em 1981 - por processo seletivo -, no Sistema Municipal de Ensino de Lages, na Escola Emilia Furtado Ramos. A atuação como docente até o ano de 1983 abriu caminho para outra possibilidade, a de atuar em prol da educação, quando foram implantadas as eleições para diretor escolar. Fizemos parte desse processo democrático e histórico como a diretora mais jovem no cargo e a segunda a ter um curso de graduação - função exercida por três mandatos, com duração de três anos cada um.

Podemos dizer que o processo vivenciado pessoalmente sofreu influência de todo um contexto sociocultural e político que ganhou corpo na década de 1970, quando movimentos feministas e movimentos sociais se engajaram no sentido de buscar direitos e posições em um espaço construído sob uma visão predominantemente masculina (RODRIGUES, 2001). Ações que resultaram em mudanças significativas para as mulheres, embora ainda haja muito a ser feito no sentido da igualdade de direitos.

Também a educação parece se tornar, nesse contexto, um caminho viável para que as mulheres saiam do espaço privado, do lar, e assumam posições públicas que lhes deem certa visibilidade. É também na escola que as mulheres parecem encontrar o caminho para as lutas políticas em prol de melhorias da qualidade da educação e das relações sociais, sendo este talvez um grande passo para que muitas se livrem de algumas amarras sociais e sonhem com outras perspectivas e possibilidades de trabalho, de lutas e conquistas.

Na escola, encontramos um espaço para buscar melhorias na qualidade profissional. Assim, enquanto ocupamos o cargo de Gestora Educacional em uma escola do sistema municipal de ensino, liderávamos movimentos que almejavam a organização e o fortalecimento da categoria na busca pelos seus direitos. Sempre fomos articuladores de iniciativas dentro da categoria, por uma educação de qualidade e pela valorização do profissional da educação.

Engajados nesses movimentos, batalhávamos pelo fortalecimento da Associação Lageana dos Professores Municipais (ALPROM), que por vezes andava desarticulada por falta de lideranças e comprometimento. Gradativamente, a Associação foi ressurgindo da invisibilidade e tornando-se um instrumento forte no embate pela valorização salarial do magistério lageano. Conquistando novos espaços, no ano de 1995, durante a administração popular do então prefeito Carlos Fernando Agustini (Coruja), a ALPROM obteve a liberação de 20h semanais para que sua presidenta tivesse carga horária liberada para defender os interesses do professorado lageano.

Ao sermos eleitos, em assembleia, Presidente dessa associação, procuramos unir a categoria nos movimentos de reivindicação por melhores salários. Participamos de muitos conflitos, vivemos grandes tensões e emoções, enfim, batalhas históricas que travamos, sempre com o olhar direcionado à valorização dos profissionais da educação. Esse período foi de grande relevância para o amadurecimento da categoria no que diz respeito às lutas e ao encaminhamento de ações capazes de garantir sua emancipação.

Os entraves, somados às provocações que recebemos dos professores, resultaram na transformação da ALPROM em Sindicato, segundo um espírito de corpo que se forma, pois a

transformação de associações em sindicatos ocorre porque os sindicatos seguem uma linha de ação reivindicatória, de combates, lutas e defesas da categoria e, em contrapartida, as associações, apesar de também reivindicarem, marcam sua história de ação por uma prática que se volta mais ao assistencialismo (NOGUEIRA, 2005).

Essa transformação, oficializada no ano de 1997, foi permeada de questões ligadas a movimentos da categoria que fortaleceram ainda mais a representatividade dos professores municipais em defesa dos seus direitos. Naquele momento, historicamente se constituiu o Sindicato Municipal dos Profissionais da Educação de Lages, SIMPROEL, durante assembleia na qual fomos conclamados para representar a categoria, com a eleição da primeira mulher como Presidente da entidade.

Ao aceitarmos essa provocação, estávamos conscientes dos riscos e enfrentamentos possíveis de serem vividos fora dos espaços escolares, ou seja, da ampliação de nosso campo de atividade política. Compreendemos, então, nosso completo envolvimento na política pela organização e defesa dos interesses da educação e dos profissionais da educação do município de Lages, política no conceito grego, de ação em prol de um bem-estar comum.

Os três anos nos quais permanecemos à frente do Sindicato (1998-2000) foram de muito trabalho. Ao mesmo tempo em que lutávamos pelos direitos dos professores, empreendíamos esforços para a formação de uma consciência de classe, tendo em vista o desenvolvimento de uma categoria sólida e o compromisso de manter essa instituição sindical politizada, forte e combativa. Em um curto período de tempo, já em 1999, o SIMPROEL conquistou a implantação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, registrando-se um importante momento histórico para a categoria, plano ainda vigente.

Após esse desafio, recebemos o chamamento para estar à frente da Secretaria de Educação do Município, em 2001, vivendo outro momento ímpar, por sermos a primeira professora de carreira do município a exercer esse cargo. Essa prerrogativa gerou autonomia para conduzirmos o processo de gerenciamento, levando os profissionais de carreira a ocuparem espaços na Secretaria Municipal de Educação, numa ação permanente de valorização da categoria.

Esse ritmo acelerado de ações em diversas frentes seguramente foi inspirado no pensamento de Paulo Freire (1996, p. 30), de que “[...] ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. Defrontar-se com essas realidades que exigem posicionamento e enfrentamento é não “estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas”, mas, sim, interagindo e transformando o meio social na constante busca de

superação da própria acomodação, enveredando pelos complexos caminhos “[...] para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”.

Desse modo, o período de gestação que originou a mulher política foi resultado de uma série de desafios, principalmente culturais, no sentido de estar e ser parte de uma sociedade patriarcal que entendia a mulher como um ser inferior, vulnerável e que deveria manter-se em silêncio o máximo possível quando estivesse além do âmbito doméstico, por não ser capaz de entender ou de resolver problemas complexos como os homens poderiam fazê-lo. As mudanças nesse sistema cultural, em Lages, ocorreram aos poucos e não foram totalmente modificados, sendo que ainda hoje é possível dizer que predomina uma visão masculina principalmente em relação aos poderes político, social e econômico, embora muitas situações já sejam bastante visíveis no sentido de ocupação de espaços públicos pelas mulheres lageanas, que vão desde a educação até a política.

Conforme entende Ortner (2007, p. 29), ao falar sobre a teoria da prática

[...] a concretização dos efeitos das práticas culturalmente organizadas é essencialmente processual e muitas vezes lentíssima: a construção de sujeitos sociais, muitas vezes desde a infância; as práticas de vida de jovens e adultos; a articulação dessas práticas com acontecimentos mais amplos do mundo, que, com frequência, têm um ritmo muito diferente. Embora se possam formular hipóteses – mais provavelmente conjecturas – sobre as implicações, em longo prazo, de práticas atuais, seus efeitos, em termos de reprodução e de transformação social, só costumam ser visíveis, ou interpretáveis, algum tempo depois do fato.

Assim, movidos pelo ideário de obtermos outras conquistas junto ao magistério público e agirmos em defesa dos direitos de segmentos sociais sem acesso ao que lhes é fundamental, antevemos a possibilidade de nos alçar a um novo desafio, com base na provocação da própria categoria de professores e pela necessidade de representatividade feminina no Poder Legislativo. Essa escolha surgiu de maneira rebelde, mas alavancada por professores com ideais revolucionários e pensamentos de mudança.

O ideal de rebeldia que movia essa categoria encontrava-se pautado no desejo forte de transformação. O partido político não era, nem foi o mais importante, ele serviu apenas para conquistar o poder e, por meio dele, fortalecer as lutas com maior representatividade na defesa dos interesses da coletividade.

Com a proximidade do período eleitoral, no ano de 2008, surgiram algumas posições políticas contrárias aos interesses da maioria do professorado, sendo inevitável o lançamento de nossa candidatura à Câmara de Vereadores e à formação de uma chapa de oposição ao SIMPROEL, cuja ação sindical naquele momento histórico, em nossa avaliação, não correspondia aos anseios dos professores lageanos.

Com relação à eleição e disputa por uma vaga na Câmara de Vereadores, vivemos outro fato histórico, quando duas professoras, ex-secretárias da educação e ex-sindicalistas, disputaram em partidos antagônicos a candidatura à vereança. Não houve resistência quanto à definição à nossa candidatura, pois as lideranças partidárias avaliavam que essa participação seria apenas a somatória de mais alguns votos e, por existir dificuldades em encontrar nomes de mulheres para o preenchimento das cotas previstas pela legislação eleitoral partidária, o acolhimento foi uma boa opção para o partido.

Cabe salientar que, por termos vindo de uma história de luta sindical, embora filiados a um partido com ideologia conservadora, a sigla não fez diferença na hora de pedirmos o voto, pois a trajetória de vida e de lutas anteriores pesou e garantiu o êxito da campanha. Para surpresa do partido que desacreditava de nossa candidatura, recebemos o maior número de votos dentro do partido e conquistamos a posição de 3ª vereadora mais votada na cidade de Lages para o período (2009-2012).

Como vereadora, entre vereadores, nasceu a inquietação e o desejo de estudar de perto a participação do universo feminino no campo político, constituído até bem pouco tempo predominantemente pelo sexo masculino, isto no município de Lages e na história da política brasileira. O espaço conquistado democraticamente pelo voto muitas vezes é negado nas instituições dos poderes constituídos, subtraindo aos sujeitos o direito de perceber-se como pessoa que tem vez e voz, e é capaz de interferir na história para transformá-la. Conforme Freire (1979, p. 16):

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz do compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência. Sua imersão na realidade da qual não pode sair, nem “distanciar-se” para admirá-la e, assim, transformá-la, faz dele um ser “fora” do tempo ou “sob” o tempo ou, ainda, num tempo que não é seu. O tempo para tal ser “seria” um perpétuo presente, um eterno hoje.

Na perspectiva freireana, de “estar no mundo” vinculado a uma “ação transformadora”, é que definimos este trabalho de pesquisa. Ele ocorre quando exercemos simultaneamente a representação feminina na Câmara de Vereadores e somos também porta-voz dos profissionais de educação. Pode estar justamente aí a relevância social, política e acadêmica desta investigação, sobretudo quando se focaliza a participação da mulher no legislativo lageano.

Na efetivação deste trabalho, a consciência de estarmos profundamente envolvidos no objeto de estudo da pesquisa esteve sempre presente. Na condição de mulher vereadora, buscamos estudar a participação da mulher vereadora em Lages. Portanto, estivemos cientes de que deveríamos manter, na medida do possível, o distanciamento e estranhamento necessários para que a trajetória pessoal não interferisse no processo da pesquisa de campo. Contudo, é importante lembrar que os fatos relatados nesta introdução permearam toda a construção do texto e, muitas delas, ainda que não explícitas, são retomadas na análise do material coletado.

Foi, portanto, no contexto de trajetória de vida pessoal que se engendrou o objeto de investigação. Segundo Minayo (1994), os temas investigativos estão sempre relacionados a interesses e ocorrências já vividas ou vivenciadas pelo pesquisador. “Toda investigação se inicia com um problema ou uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (*Idem, ibidem*, p. 18). É deste envolvimento político no espaço ocupado pela maioria masculina que emerge a problematização do objeto a ser estudado.

Em se tratando de analisar a participação da mulher no poder legislativo lageano, apresentamos elementos que evidenciam como as instituições sociais e os sujeitos políticos são marcados por relações assimétricas. Afinal, quais são os limites e possibilidades de atuação da mulher quando exerce a representação política no poder legislativo? A respeito das mulheres eleitas que antecederam historicamente as duas atuais vereadoras, em Lages (2008-2012), como as mesmas caracterizam seus processos de candidatura, acesso e práticas políticas na Câmara de Vereadores? Qual foi o perfil de cada uma nesse processo? Que ações conseguiram desenvolver em suas respectivas legislaturas? Como se caracterizou a relação de poder com os demais vereadores que compuseram aquelas legislaturas? Assim, partindo desses questionamentos, entendemos que refletir sobre a representação feminina no espaço do poder legislativo poderia se constituir em um objeto de pesquisa relevante para a política contemporânea no espaço em que se circunscreve esta dissertação e em âmbito mais abrangente.

Tendo em perspectiva o objeto de análise da pesquisa que vimos delineando até aqui, procuramos ampliar a reflexão na direção da conquista, pelas mulheres, de espaços públicos e privados da sociedade, refletir sobre a participação da mulher na política brasileira para, então, fazer uma imersão na realidade com suas peculiaridades na participação da mulher vereadora no legislativo lageano. Portanto, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a participação da mulher no poder legislativo lageano, tendo como foco as relações de

gênero e práticas políticas das vereadoras que exerceram mandatos na Câmara de Vereadoras do município de Lages no período de 1959 a 2008.

Para dar conta deste objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) refletir acerca da mulher enquanto sujeito social no processo de ocupação do espaço privado e do espaço público, o feminismo e a questão de gênero como elementos intrinsecamente ligados à conquista do espaço público pelas mulheres; b) trazer à luz breve histórico da participação da mulher na política brasileira, privilegiando questões relativas à visibilidade política, considerando o empoderamento como possibilidade efetiva de entrada da mulher nos espaços de poder, notadamente a política; c) analisar a participação da mulher no legislativo lageano com foco no perfil, acesso, relações de gênero e práticas políticas das vereadoras.

Em um trabalho de pesquisa, a metodologia se refere ao caminho a ser percorrido, descrevendo o método, os instrumentos e o modo de análise do objeto de estudo. Toda pesquisa se caracteriza por uma concepção teórica que permeia a construção do trabalho de pesquisa e todos os elementos a ele inerentes. A pesquisa, para Minayo (*op cit*, p. 17, 18), é a atividade “básica da ciência” e consiste na “indagação e construção da realidade”. Nesse sentido, a “pesquisa vincula pensamento e ação” porque investiga de modo teórico e prático um problema que de algum modo tenha ocorrido “na vida prática”. Toda pesquisa, portanto, tem por base um método de investigação.

No caso deste trabalho, adotamos os princípios da pesquisa qualitativa, quando buscamos investigar as mulheres que ocuparam cadeiras no legislativo lageano e, por meio de questionários, analisamos essa participação sob a perspectiva da visibilidade alcançada por essas mulheres, seu perfil de acesso e plataforma de trabalho durante suas legislaturas. Para Minayo (2004, p. 23), “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Em razão de nosso objeto de estudo - a presença de mulheres na Câmara de Vereadores de Lages -, procuramos abarcar esse universo em números e em análises, caracterizando, então, os dois tipos de procedimento de investigação.

Trata-se, também, de uma pesquisa de cunho exploratório, na medida em que buscou, na contemplação do fenômeno no local onde ocorre e na teoria já publicada sobre o assunto, os elementos que permitissem uma leitura voltada para a questão da invisibilidade feminina na política nacional, notadamente em Lages (SC), invisibilidade que entendemos como um processo planejado e forjado por meio do discurso histórico, elaborado sob a visão

predominantemente masculina, o que, segundo acreditamos, contribuiu sobremaneira para que a presença da mulher na esfera política tenha sido escamoteada ao longo do tempo.

Nesse sentido, procuramos, primeiro, de modo objetivo, pesquisar quantas mulheres foram eleitas para atuar no legislativo lageano desde sua primeira candidatura, em 1959, até 2008, data limite que usamos para nossa investigação. Neste caso, os dados são objetivos e a análise *prima* tanto pela quantidade quanto pela descrição objetiva do que foi coletado, uma característica da ciência e do processo de investigação científica centrada na objetividade (MINAYO, 2003).

Em um segundo momento, a partir de um questionário aplicado com as 11 vereadoras eleitas em Lages para a Câmara de Vereadores no período por nós estabelecido, efetuamos uma leitura mais crítica e focada nas categorias que adotamos como pontos essenciais de análise. Essa leitura centra-se nas relações de poder que engendram as vivências dessas mulheres, buscando no confronto teórico e prático os elementos que nos permitissem efetuar a leitura dos processos históricos, políticos, sociais e culturais que permearam a saída dessas mulheres do âmbito privado para uma visibilidade pública ao assumirem posições até então culturalmente consideradas como exclusividade dos homens.

De acordo com Triviños (1995), a pesquisa qualitativa adota como princípio a descrição analítica e crítica da realidade pesquisada, portanto não se preocupa em medir eventos. Ela adota o ambiente natural como fonte direta de dados e entende o pesquisador como instrumento fundamental para a realização da pesquisa. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que investigamos um determinado *locus* e as pessoas que dele fazem parte, investigamos também a própria vivência, porque também nos constituímos tanto como sujeitos pesquisadores quanto sujeitos pesquisados, embora a tentativa de manter distanciamento do objeto de análise. Em outras palavras, para Minayo (1994, p. 21, 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Este foi o teor que definiu a pesquisa que resultou na dissertação que ora apresentamos. Ou seja, focando nosso olhar sobre a participação da mulher no legislativo lageano, partimos da hipótese de que a presença feminina em situações decisivas de poder tende a ser invisibilizada pelo discurso histórico, o que não impede sua participação nesse processo. Sendo assim, nos propusemos a investigar e explorar esse contexto, procurando, a

partir da realidade, analisar a presença dessas mulheres na política lageana, tendo como base um referencial teórico que envolvesse análises sobre gênero, visibilidade, poder e empoderamento, questões que nos pareceram inerentes a toda essa conjuntura social, cultural e política.

Desse modo, com base nessa abordagem, podemos dizer que ela contemplou o campo exploratório, além de determinar os procedimentos e instrumentos utilizados na análise dos dados, podendo ser entendida como o conhecimento e habilidade que orientam o pesquisador no processo investigatório.

A pesquisa caracterizou-se também como uma revisão bibliográfica, adotando os princípios estabelecidos por Minayo (2003, p. 18) a respeito da teoria. Segundo a citada autora, esse procedimento contribui para “[...] explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômeno e processos”, neste caso, a presença da mulher no legislativo lageano. Quando nos referimos à pesquisa bibliográfica, entendemos isso como a leitura e reflexão sobre um material já publicado a respeito do assunto escolhido como objeto de pesquisa (GIL, 1999).

Também buscamos em documentos referentes ao tema de estudo o aporte para a construção do histórico da mulher na Câmara de Vereadores de Lages (SC), procurando nesses documentos o contexto no qual os fatos se desenvolveram.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário - com questões abertas e fechadas -, no sentido de cumprir os objetivos estabelecidos para este estudo. Sendo assim, o questionário constituiu-se no principal método do trabalho de campo. Para Lüdke e André (1986, p. 11-14), embasados no trabalho de Bogdan e Birklen (1982), quando se trata de um processo investigativo que envolve sujeitos em seu contexto social e cultural, o projeto e a pesquisa precisam contemplar cinco categorias principais, sendo elas: o contato direto do pesquisador com o ambiente no qual ocorrem ou ocorreram os fatos a serem analisados; a coleta de dados e consequente transcrição do material coletado; direcionamento do foco de pesquisa mais para o processo do que para o produto; atenção do pesquisador ao significado que os sujeitos pesquisados dão às situações sob investigação e da qual são parte; análise dos dados propriamente dita, seguindo uma visão crítica dos fatos que incidem diretamente sobre o objeto de pesquisa.

Em resumo, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos aos quais nos propusemos teve por base a pesquisa qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e em documentos referentes à Câmara de Vereadores de Lages (SC).

A pesquisa de campo - que segundo Minayo (1994, p. 51), “[...] se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” - foi realizada por meio da aplicação de um questionário (Apêndice 1) com as onze (11) mulheres vereadoras eleitas na cidade de Lages/SC no período de 1959 a 2008.

Deste modo, esta pesquisa lidou com citações diretas dos sujeitos sobre suas experiências e deu importância às referências fornecidas pela população estudada, o que nos permitiu abordar a participação da mulher através de uma perspectiva diferenciada, levando em consideração os múltiplos aspectos da subjetividade do seu cotidiano, privilegiando a história de vida dessas mulheres através da fala, trabalhando com seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

A respeito das questões que compõem um questionário utilizado como instrumento de coleta de dados, Brandão (2003, p. 259-260) entende que:

Algumas perguntas que têm sido feitas cada vez mais em nossas pesquisas não se direcionam predominantemente para saber “como é algo” – elas procuram respostas para descobrir como as pessoas pensam que é como elas o avaliam; o que pensam sobre elas mesmas; como ou com que estas pessoas se identificam. Ora, perguntas assim nos levam a pensar questões a respeito da cultura (no singular e no plural), das representações sociais das ideologias e das identidades.

Sob a premissa de que o pesquisador, por meio do questionário, envolve diretamente o pesquisado e que esse método de pesquisa baseia-se na resposta direta, com perguntas pré-elaboradas, permitindo deixar registros históricos e impressos, proporcionando assim maior veracidade e informações reais para colaborar na coleta dos dados, adotamos o sistema de perguntas escritas como nosso instrumento principal de coleta de dados.

O questionário foi distribuído no mês de setembro de 2012, utilizando-se de mecanismos diversos – mensagem eletrônica, correio postal e pessoalmente – endereçado aos sujeitos participantes dessa pesquisa. As questões foram respondidas e devolvidas pelos mesmos instrumentos. O questionário foi dividido em tópicos para que se pudesse dar conta dos objetivos propostos neste estudo. Essa divisão, num primeiro momento, buscou informações que contribuíram para traçar o perfil das entrevistadas, trazendo dados para a identificação pessoal, além de categorias que discorrem sobre a participação das vereadoras na vida política, as suas relações de gênero e com outros setores da sociedade com destaque para os projetos, atuação e práticas sociais. Importante lembrar que, para preservar a identidade das entrevistadas quanto ao teor de suas respostas, optamos por identificá-las na

análise dos dados coletados como V1, V2, V3, ..., V11, sendo a letra V correspondente ao termo Vereadora.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos desta pesquisa caracterizam-se por um estudo qualitativo descritivo, dentro de uma abordagem histórico-crítica de investigação empírica, focada no registro histórico e na revisão teórica como elementos indispensáveis para um olhar crítico sobre o objeto de investigação. O método adotado foi o da investigação empírica e teve como instrumento um questionário aplicado com as onze vereadoras que atuaram na Câmara de Vereadores de Lages, nos períodos de 1959/1963; 1973/1977; 1977/1983; 1983/1988; 1989/1992 1993/1996; 1997/2000; 2001/2004; 2005/2008. As respostas aos questionários foram agrupadas em categorias e a leitura e análise das respostas privilegiaram os aspectos principais relacionados com o foco da dissertação.

Ainda sobre as questões metodológicas, entendemos que o pesquisador deve ter boas relações com o objeto e sujeitos pesquisados, nesse caso as mulheres Vereadores de Lages (SC), para que as pessoas se sintam sujeitos da história, que se permitam falar sobre si com uma leveza incontestável e certeza de serem levadas a sério (PERROT, 1989). Sobretudo, entendemos que por meio da exposição de suas experiências, esses sujeitos históricos permitirão, talvez um dia, que se pondere mais precisamente sobre o funcionamento da lembrança e da memória da mulher que escreveu a própria história.

Provavelmente isso pode ocorrer, na medida em que os aprendizados socioculturais presentes no tripé da intervenção que constitui a memória – acumulação primitiva, ordenamento da narrativa e rememoração – estão imbricados nas analogias masculinas/femininas reais e, como elas, são obra de uma memorável história (PERROT, 1989).

Do ponto de vista da estruturação deste trabalho, no primeiro capítulo, refletimos acerca da mulher enquanto sujeito social no processo de ocupação do espaço privado e do espaço público, com ênfase para as lutas e conquistas que incidiram em mudanças promovidas pelos movimentos feministas, dando destaque para a invisibilidade e visibilidade política da mulher. No segundo capítulo, apresentamos um breve histórico da trajetória feminina na política brasileira, bem como as questões de poder e de empoderamento atreladas à imersão das mulheres em espaços decisivos de poder, notadamente a política. No terceiro capítulo, apresentamos a leitura e análise dos dados coletados, com nossas reflexões acerca das mulheres que ocuparam cadeiras no legislativo lageano.

Com este trabalho, pretendemos contribuir com estudos já realizados em torno da participação da mulher na política brasileira, particularmente na sua representação no Poder

Legislativo Municipal. Buscamos sensibilizar a sociedade de modo geral e regional para a representação política da mulher no sistema da democracia representativa. Também almejamos demonstrar os limites e as possibilidades que se encontram na correlação de forças que se estabelecem quando mulheres e homens se constroem em relações assimétricas, como sujeitos políticos, na arena das relações de poder e da política de partido. Particularmente, pretendemos provocar a mulher para ampliar sua participação na sociedade civil e política.

2 MULHER: ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO EM TENSÃO

Estamos submetidos à verdade também no sentido de que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.

(FOUCAULT, 2004, p. 180).

Escrever sobre a participação da mulher na política brasileira, em especial na Câmara de Vereadores de Lages (SC), implica em buscar a história de ascensão da mulher com sua transposição do espaço privado, doméstico, e portanto familiar, para um mais amplo, público, no qual aos poucos ela vai abrindo caminhos que permitam sua participação em diferentes esferas sociais. Trata-se de uma reconstituição e reescrita que busca no discurso historiográfico a presença da mulher nesse espaço público, em geral descrito como pertencente aos homens.

Desse modo, neste capítulo, buscamos, através de conceitos e discussões teóricas, percorrer de modo sucinto o caminho trilhado pelas mulheres ao longo do tempo, no sentido de mostrar sua saída do âmbito privado para o público, ganhando a visibilidade que lhe foi de certo modo negada no discurso histórico escrito sob a ótica masculina. Trata-se de uma reconstituição discursiva no sentido de entrever na trama da história a presença feminina e sua trajetória de lutas para sair do âmbito doméstico para o espaço público, como agente capaz de modificar não somente a própria realidade como também todo um contexto sócio-histórico. Desse modo, o objetivo deste capítulo é o de refletir acerca da mulher enquanto sujeito social no processo de ocupação do espaço privado e do espaço público.

Sendo assim, iniciamos nossa escrita com as discussões sobre o que seja privado e público, para delimitar em que momentos da história as mulheres iniciam seu processo de transição do lar para o que ousamos chamar aqui de “via pública”, no sentido de um lugar pelo qual são visualizados diferentes sujeitos históricos. Para isso, entendemos também a necessidade de adentrar nas discussões sobre movimentos feministas e gênero, pois o tema sobre o qual nos debruçamos e sobre o qual escrevemos caracteriza um embate coletivo, fruto da união de muitas mulheres, de diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, haja vista que nos parece inerente à conquista do espaço público a necessidade de ingressar no mundo do trabalho como meio de realização humana e prover ou auxiliar no provimento de

condições econômicas próprias ou para o conjunto familiar, isso atrelado ao desejo feminino de conquistar espaço além do âmbito doméstico e mostrar (para si e para o outro) sua capacidade de atuação em diferentes espaços, na maioria das vezes sem abandonar o privado.

2.1 O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As noções de público e privado adquirem nos dias de hoje uma relevante importância nos debates políticos, sociais, culturais e epistemológicos, brotando disso diversas contribuições intelectuais empenhadas em esclarecer essas categorias, segundo uma perspectiva que tem como foco a contemporaneidade, mas não deixando de lado a discussão de uma forma mais ampla em diversas áreas e sua retrospectiva histórica, haja vista que a ideia que se tem hoje sobre público e privado é fruto de uma construção histórica que se modifica juntamente com as transformações sociais (RODRIGUES, 2011). Outro aspecto a ser observado nessa discussão diz respeito à dicotomia conceitual entre público e privado. Podemos dizer que o uso desses termos constitui um instrumento de análise útil para nosso objeto de investigação, no momento em que estabelecemos uma demarcação mais transparente dos espaços e atividades exercidas pela mulher.

De uma maneira geral, quando nos situamos quanto ao significado de público, pensamos em um espaço no qual transitam diferentes pessoas e ocorrem ações públicas de trabalho, de relações sociais, políticas, econômicas e culturais. O privado nos remete a um espaço delimitado às práticas de âmbito doméstico, portanto familiar, restrito a um pequeno grupo. Ou, como entende Rodrigues (*op cit*, p. 5): “Na sua origem, a terminologia ‘público’ nos leva para o domínio da coletividade e do exercício do poder, enquanto o termo ‘privado’ remete-nos para a esfera de cunho particular”. Quando fala em origem dessa terminologia, o mesmo autor nos situa na Grécia Antiga, onde a distinção entre essas duas esferas era bastante demarcada. Ou seja, o público estava para o espaço aberto, para a “praça pública”, para a prática da cidadania na ágora “(principal praça pública nas cidades) – o lugar do diálogo e da discussão em comum por excelência, a expressão máxima da esfera pública”. Como ressalta o mesmo autor:

Na ‘polis’ grega, o espaço público era a esfera de *acção* do cidadão, era o espaço onde se competia por reconhecimento, precedência e aclamação de ideias. O espaço privado era representado exclusivamente pela casa do indivíduo, considerado um lugar sagrado e inviolável, onde a ‘lei’ era ditada pelos membros da família, sem imposições externas. O espaço privado também era representado por aqueles que não eram considerados cidadãos, como as mulheres, os escravos e os comerciantes.

A mulher estava afastada da vida pública. Os assuntos privados não diziam respeito às discussões públicas e vice-versa (, *op cit*, 2011, p. 5).

Para Rodrigues (2011), se o espaço público era o lugar da ação, da visibilidade e da busca de reconhecimento, o privado remetia ao particular, à casa, ao que era distinto, da família, e em cujo âmbito as ordens eram dadas pelos seus membros. Importante destacar nesse contexto a questão da inviolabilidade do lar com um espaço sagrado, porque restrito a uns poucos membros.

Nesse contexto, outro aspecto que chama a atenção é o fato de que privado também dizia respeito a uma coletividade que estava à margem, como os escravos, os comerciantes e as mulheres, não considerados como cidadãos, porque a cidadania se voltava para o discurso, para o poder de argumentação. As transformações sociais, políticas e culturais que vão engendrando a história também modificam o conceito de público e privado e, com o tempo, adquirem outras conotações. Essas alterações não se constituem de modo pacífico, porque em geral as mudanças são resultados de impasses e conflitos inerentes à evolução histórica e social da humanidade. Sendo assim, de uma definição bastante rígida, a ideia de público e de privado vai aos poucos assumindo significados menos distintos daquele primeiro. A nova concepção considera que

[...] na esfera pública, os indivíduos são sempre entendidos como cidadãos, seja na condição de utentes do serviço público ou submetidos a leis e normas impostas pelo Estado, enquanto na esfera privada os indivíduos são encarados como pessoas que defendem interesses individuais (*op cit.*, 2011, p. 5).

Mais tarde, já na Idade Média, com a instauração do feudalismo, o poder passa às mãos dos “senhores feudais”, prevalecendo os interesses destes em detrimento dos súditos e dos cidadãos. Para Rodrigues (*op cit*), isso caracteriza um retrocesso no que diz respeito à conformação política, quando o Estado perde seu *status* e os senhores assumem as leis que são impostas a todos os demais em benefício de interesses que pouco visam à coletividade. O privado, nesse caso, acaba sendo invadido pelo público, quando o senhor que estabelece as leis coletivas também as institui no feudo, para os servos, de modo arbitrário e injusto, em detrimento dos “direitos públicos”. Sendo assim:

O espaço público passou a ser pensado como o espaço de representação política. A representatividade pública feudal caracterizava-se pelo uso público da razão. A esfera pública era estruturada pela representação. O monarca ostentava símbolos do poder que eram símbolos do poder público. O espaço público era um espaço de encenação do poder absolutista, face à simples participação aclamativa da população. Ocorria uma neutralidade, ou uma certa indefinição, entre o público e o privado, pois uma esfera social *autónoma* não tinha ainda sido constituída (*op cit.*, 2011, p. 6).

As mudanças entre a distinção do que seja público ou privado, conforme destacadas por Rodrigues (*op cit.*), revelam um sistema político decorrente das transformações econômicas e sociais marcadas por relações de poder e dominação. Na Idade Média, portanto, a esfera privada não se distingue em muito da pública, pois aqueles que regulamentam uma também dominam a outra.

Havia uma esfera pública estruturada pela representação sem que existisse uma separação nítida entre o público e o privado. A organização social do trabalho faz com que a casa do senhor seja o centro de todas as relações de dominação. A autoridade exercida sobre a casa e o feudo não era um poder da ordem privada. Nas *actas* da Idade Média, o termo ‘senhorial’ era usado como *sinónimo* de público e ‘publicar’ significava representar para o senhor (*op cit.*, 2011, p. 6).

Desse modo, a relação entre público e privado, ainda que se reporte às próprias origens das diferentes culturas, tem na sua configuração uma importante diversidade nas muitas épocas e sociedades. Essa conformação sofre nova mudança com o advento da Modernidade, segundo o mesmo autor, quando ocorre a separação entre o Estado, visto como a nobreza, e a sociedade, que é vista entre o domínio público e o privado. A família, o trabalho e os negócios são percebidos como espaços privados, enquanto que a política e o Estado são públicos. Nesse campo, a ideia de público e privado se modifica, como também muda sob a perspectiva da informação. Ou seja, o sistema de informação, com a criação dos jornais, se torna um importante fator nesse processo, na medida em que esses veículos se configuram como mediadores entre a sociedade civil e o Estado (*op cit.*, 2011). Atrelado a isso:

O trabalho sai de casa. Na família rural, o trabalho mistura-se com a família. A família é do domínio privado em sentido restrito. Verifica-se a racionalização do mundo do trabalho. O “público” é do domínio estatal. O Estado é dotado de uma Constituição. A reestruturação do Estado, soberano, centralizado e forte, faz ressurgir o princípio da preferência do público sobre o privado, o interesse do colectivo passou a ter evidência. Desse movimento surge o Constitucionalismo moderno (*op cit.*, 2011, p. 6).

Com a Modernidade, parece que há novamente uma distinção entre público e privado, mas com a predominância do primeiro sobre o segundo, ou seja, o privado se restringe ao núcleo familiar, enquanto o trabalho passa a ser considerado como público, situação diversa daquela veiculada durante o período feudal, no qual o trabalho era considerado como privado na medida em que era realizado pelos servos e, estes, não eram tidos como cidadãos (*op cit.*, 2011).

Observa-se em todo esse contexto teórico e histórico que o espaço da mulher, do feminino, só é mencionado de modo mais direto na contextualização da história Grega. E,

desde então, o espaço público não foi entendido como lugar da mulher, condicionando-a, portanto, ao âmbito da privacidade familiar tanto na cultura grega quanto no feudo na Idade Média. Na Modernidade, tampouco essa referência é explicitada, o que nos leva a questionar quanto aos propósitos desse discurso. Ou seja, compreendendo essas colocações sob o ponto de vista do feminino e do masculino, observa-se um processo de invisibilidade da mulher na medida em que se a confina no espaço doméstico, familiar, e não se faz mais referência a quem comanda e domina o espaço público, embora fique claro que esse lugar e discursos são predominantemente marcados pela visão masculina, patriarcal.

Outra configuração a respeito da definição entre público e privado surge a partir das relações sociais de produção. Essa nova estrutura mostra uma fronteira muito mais tênue no sentido de que os dois espaços acabam se interpenetrando, em um contexto marcado pelas relações sociais de produção, que são engendradas pelas transformações econômicas porque passam as diferentes sociedades. Nesse sentido, para Carvalho (2002, p. 4):

Especificamente as relações sociais de produção, não se restringem ao domínio do ‘público’, pois invadem a área ‘privada’ das relações sociais de reprodução, da mesma forma que as relações sociais de reprodução extrapolam a esfera ‘privada’, penetrando vigorosamente no âmbito da produção “pública”. [...] Com isso, pôde-se observar que a *unidade* constituída pelos fenômenos produção-reprodução levou as mulheres a questionarem, por um lado, o carimbo de “privado”, nos termos de Saffioti, aplicado a um espaço que é também público e, de outro, o carimbo de “público” a um espaço que é também privado.

Associado a este processo dicotômico entre o que seja público e o que seja privado, podemos dizer que o público passa a ter, por meio dessa divisão, mutações, ocorrendo uma interpenetração entre essas duas esferas, pois a sociedade e o Estado misturam-se nas suas funções, havendo uma inclusão do privado no público e adoção de princípios da esfera pública pelo privado.

Nesse contexto, podemos dizer que ainda há situações nas quais a mulher é tida como figura essencial na garantia do bem-estar da família. Sendo assim, ela vive entre o espaço público e o privado, vistos nesse contexto como espaços distintos, como se um não fosse extensão do outro. Diante do exposto, entendemos que essa forma de distinção reforça a construção histórica da masculinidade se sobrepondo à visibilidade feminina (COLLING, 2004).

Convém lembrar que a história de luta das mulheres por ocupar espaços visíveis e públicos ultrapassa séculos, pois em 1857, em Nova Iorque, no dia 08 de março, centenas delas foram mortas numa fábrica na luta pela transformação nas relações de trabalho e melhores condições de vida. Essa luta foi emblemática na história do feminismo e ficou

marcada pela busca de igualdade entre os gêneros, aspectos que serão analisados na sequência desta discussão.

2.2 VISIBILIDADE E MOVIMENTOS FEMINISTAS

Iniciamos nossa busca teórica a respeito da visibilidade feminina como consequência dos movimentos feministas com Perrot (2008), que demonstra aspectos importantes para pensar a travessia da mulher confinada no espaço privado na direção da conquista do espaço público, ou seja:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (*Idem*, 2008, p. 15-16).

Se nos reportamos hoje a uma visibilidade da mulher, isso já nos remete a um contexto de mudanças, de transformações sociais e culturais que permitiram entrever um discurso histórico, elaborado no sentido de invisibilizar a presença feminina como sujeito ativo de decisões que mudaram a sociedade. Sendo assim, modifica-se a história das mulheres no sentido de que elas passam de uma condição de subalternidade, com a valorização do corpo feminino e de seu papel no espaço doméstico, para um espaço de atuação social em diferentes esferas, o que não significa dizer que elas conquistaram sua liberdade em relação ao domínio masculino.

Perrot (*op cit*) destaca a importância dos estudos sobre a história das mulheres, seguido da militância e estudos sobre relações de gênero. Aspectos importantes sobressaem nesse sentido, como condições indispensáveis para o empoderamento, resultando na visibilidade da mulher nos espaços públicos, assunto que será tratado com mais ênfase no próximo capítulo.

Contudo, é importante lembrar que, em determinados contextos, as amarras históricas da esfera privada permanecem sendo avigoradas pela estrutura patriarcal da sociedade, através de distintos mecanismos que recebem influência do mesmo aparelho organizacional que tira a mulher do espaço do lar. Para Beauvoir (1967, p. 249): “A mulher encerrada no lar não pode fundar ela própria sua existência; não tem os meios de se afirmar em sua singularidade e esta, por conseguinte, não lhe é reconhecida”.

Nem mesmo quando a mulher começou a trabalhar fora de casa, seja na fábrica ou outros espaços da vida pública, a dupla jornada de trabalho a que foi submetida contribuiu para mudar a situação de confinamento ao qual estava condicionada, porque, segundo Costa (1998), ela continuou dentro dos mesmos limites. Nessa perspectiva, pode-se entender que a mulher se movimentou no espaço, mas ainda não se desarticulou no tempo, embora essa tramitação do afastamento doméstico para uma inserção na via pública, ainda que tímida, tenha sido o início da mudança do feminino como ser social.

Essa colocação traz à tona a questão da invisibilidade das mulheres como uma situação forjada historicamente pela masculinidade. Embora elas tenham conquistado posições em diferentes “esferas sociais”, conforme salienta Costa (*op cit*, p. 11), essa presença ficou escamoteada pela construção de um mundo aparentemente masculino.

Nesse caminho, para romper com as relações patriarcais historicamente constituídas pelo pensamento masculino, aponta-se para a possibilidade de construção de uma nova cultura de inclusão da mulher nesses espaços, com base na divisão de igualdades de poder e no entendimento de um diálogo com as diferenças. Ainda conforme Colling (*op cit*, p. 15), no que diz respeito à construção histórica da invisibilidade das mulheres e sua luta para sair desse padrão estabelecido principalmente por meio do discurso histórico, esse embate as torna transgressoras de uma ordem que envolve a desestabilização do que está posto. Ou seja: “[...] estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade. Como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro”, segundo uma percepção masculina.

Conforme entende Perrot (2008), pode-se constatar que a história se constitui basicamente num silêncio até o século XIX no que tange à atuação social das mulheres, o que podemos aferir como uma possibilidade de manipulação das informações no sentido de não dar visibilidade àquelas que saíram do ambiente familiar e partiram para a conquista de um outro, historicamente considerado como lugar do masculino. Nesse período, as referências textuais sobre mulheres são poucas e aparecem em crônicas que as situam nos extremos: ou são quase sempre mencionadas por sua excepcional beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas, nocivas e/ou suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem, a obediência (*op cit*). De um modo geral, para visualizar a história do feminino e suas possibilidades de ocupação do espaço público, é imprescindível estar muito atento/a, pois “[...] o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo

ocidental, o qual, desde a Grécia Antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder” (*op cit.*, 2008, p. 8).

Retomando a perspectiva histórica, observa-se que, em muitas sociedades, as mulheres destacavam-se apenas no espaço demarcado de seus lares. Delas pouco se falava, e poucos registros são encontrados. A situação começa a mudar na primeira metade do século XIX, na Europa, mais especificamente na Inglaterra, seguida pelos EUA (Estados Unidos da América), com a primeira onda feminista, cujos movimentos sociopolíticos buscavam a ampliação e a defesa dos direitos civis das mulheres, entre eles o voto e a educação superior. De acordo com Pedro (1994, p. 97):

O século XIX acendeu, em vários países, a discussão sobre a igualdade entre os gêneros. Nos Estados Unidos, tal discussão surgiu junto com a campanha pela abolição dos escravos e, principalmente, por ocasião da reivindicação dos direitos políticos para os negros. No Brasil, também, o grande impulso para a luta pelo sufrágio feminino teve início com as campanhas abolicionista e republicana. Já em 1875, o jornal feminino do Rio de Janeiro, ‘O Sexo Feminino’, reivindicava o voto para as mulheres.

Essa história de embates que ganhou corpo com os primeiros movimentos feministas na Europa e EUA, ainda no século XIX, esteve marcadamente relacionada à Revolução Industrial, que levou as mulheres para as fábricas e as tornou assalariadas. Nesse contexto, o movimento feminista assumiu uma dimensão maior de luta e reivindicação pela sua inserção em outros espaços além dos limites do âmbito familiar. Os movimentos reivindicatórios por direitos em favor das mulheres iam contra os princípios vigentes na sociedade no século XIX, pois a natureza feminina era considerada conflitante com as práticas políticas da época. Para as feministas, no entanto, havia uma possibilidade de conciliar a vida doméstica com o trabalho assalariado (SILVA; CARMO, 2008).

No contraponto, e tomando uma perspectiva mais ampla desta análise, em 1949, a francesa Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo”, afirmava que as mulheres, ao ingressarem no mundo do trabalho, não conquistaram a tão esperada emancipação e a igualdade entre os sexos:

Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Somente em um mundo socialista a mulher, atingindo o trabalho conseguiria a liberdade. Em sua maioria, os trabalhadores são hoje explorados. Por outro lado, a estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles imprimiram. É preciso não perder de vista esses fatos, dos quais a questão do trabalho feminino tira a sua complexidade. Uma senhora importante e bem pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas Renault; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência

econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e por outro lado as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. [...] em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens (BEAUVOIR, 1967, p. 450).

Pode-se dizer que a autora arguia que o simples fato de conquistar os direitos civis, entre eles o direito de votar, não possibilitava à mulher a equidade com o sexo oposto. Sobretudo, o direito ao voto e o alargamento da participação política da mulher não estavam em sintonia; era necessário que houvesse mudanças na categoria do trabalho doméstico, pois o homem não participava desse contexto como um parceiro a auxiliar a mulher no ambiente familiar, e a dupla jornada fazia com que ela acabasse optando pelo trabalho de casa, embora este não lhe garantisse uma remuneração compensatória.

A segunda onda feminista ressurgiu na década de 1960, nos EUA e na França, com reivindicações mais amplas, como o direito à sexualidade e à igualdade com os homens no mercado de trabalho. Nesse segundo momento, as americanas centravam-se nas denúncias sobre a opressão que lhes era imposta por parte dos homens e buscavam a igualdade de direitos, enquanto que as francesas procuravam a valorização das diferenças entre homens e mulheres, com a perspectiva de dar visibilidade “[...] à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (NARVAS; KOLLER, 2006, p. 649). Nesse sentido, segundo essas autoras, há uma espécie de mudança de paradigma nas exigências das feministas destes dois países, o que gera tipos distintos de feminismo, o “da igualdade”, defendido nos Estados Unidos” e o da “diferença”, bandeira de luta das francesas. Na leitura que essas mesmas autoras fazem sobre os escritos de Scott (2005), coloca-se que “[...] a questão da igualdade e da diferença deve ser concebida em termos de paradoxo, ou seja, no sentido de uma proposição que não pode ser resolvida, mas apenas negociada, pois é verdadeira e falsa ao mesmo tempo” (, *op cit.*, p. 649). Essas considerações, portanto, levam-nos a pensar na questão da equivalência e da paridade no seio dos debates travados pelos movimentos feministas na década de 1960.

Essas discussões ganham corpo e se atrelam a outras necessidades das mulheres veiculadas pelos movimentos feministas e resultam no que se denomina de terceira onda do feminismo, em 1980, quando

[...] a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida [...], passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as

subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo (*op cit.*, 2006, p. 649).

Nesse novo campo de discussões e embates, no qual se somam as reivindicações dos movimentos que precederam a essa terceira onda do feminismo, a subjetividade e a “singularidade das experiências” são colocadas como aspectos a serem considerados sob a perspectiva dialógica, no sentido de que é pelo discurso que essas diferenças e individualidades se concretizam historicamente. Sendo assim, o olhar das feministas recai então sobre as discussões sobre gênero como “categoria relacional” (*op cit.*, 2006, p. 649), questão sobre a qual tratamos mais adiante neste mesmo capítulo.

Acreditamos ser importante ressaltar que os espaços conquistados pelas mulheres são frutos dos movimentos feministas em prol dos direitos das mulheres e de sua busca por visibilidade em diferentes esferas de poder. Deve-se levar em consideração que as mulheres carecem ser tratadas como sujeitos políticos e de direitos que contribuem igualmente para o desenvolvimento econômico e social e que têm incidência sobre a vida da mulher e sobre a dinâmica das relações de gênero. No entanto, devem ser pensadas levando em conta essas implicações de sujeito homogêneo que se constitui através das relações sociais.

Importante lembrar também que uma gama significativa de mulheres envolvidas no movimento feminista é proveniente da classe burguesa e escolarizada¹, portanto com disponibilidade para articulações e enfrentamentos na luta pelo sufrágio, por exemplo, já que esse embate precisa ser travado em diferentes esferas sociais. A principal luta é contra uma ideologia construída através dos séculos, e transmitida por meio de discursos oficiais e ideológicos que foram incutindo na mente das pessoas a condição da mulher como ser subalterno e, de certo modo, incapaz de assumir posições de poder na sociedade patriarcal que ainda vivemos, embora os avanços já alcançados.

Para Valadares (2004, p. 39):

Poder-se-ia dizer que a história da mulher na sociedade é a história da invisibilidade visível. Ou da visibilidade do invisível. Explico. Quando se olha para um determinado espaço político, como a direção de um sindicato, a direção de uma universidade ou de uma entidade estudantil, a representação parlamentar, os órgãos executivos, a administração pública, etc. é visível a ausência ou a presença diminuta da mulher. E quando se vai olhar a fundo o processo de construção daquele instrumento político ou daquela instituição, a elaboração e execução de projetos, a participação nas atividades, a presença ativa nas greves, nas lutas políticas, nas

¹ Sabemos da importância da educação tanto como possibilidade para que as mulheres saiam da condição de subalternidade a que foram submetidas por séculos, como também consideramos que a educação tem sido um dos caminhos encontrados pelas mulheres para iniciarem sua trajetória pela via pública. Contudo, neste trabalho, não apresentamos a trajetória das mulheres na escola, optando por focar nosso olhar sobremaneira para sua atuação política, objeto de nossa pesquisa.

campanhas eleitorais, nas diversas áreas do saber científico, o invisível se faz visível. Só que continua oculto e o que se vê é a sua invisibilidade. É preciso tornar o invisível, visível.

A história registra pouco acerca de mulheres enquanto sujeitos historicamente construídos, pode-se dizer que são seres invisibilizados no discurso histórico e, portanto, “registra-se oficialmente” uma certa ausência programada da mulher nos espaços de decisões, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, realidade nem sempre verdadeira, posto que, desde o século XIX, a presença feminina na conquista de direitos sociais, por exemplo, tem sido constante, embora pouco valorizada principalmente no discurso histórico.

Apesar disso, entende-se que esse discurso pode ser reescrito de diferentes perspectivas. Neste caso, o da presença de mulheres na política brasileira, embora os poucos e pode-se dizer velados documentos oficiais a esse respeito, conforme será tratado nos próximos capítulos desta dissertação.

É importante lembrar, então, que uma das condições para sair da invisibilidade planejada à qual as mulheres estiveram (e que algumas ainda estão sujeitas) submetidas é a palavra. Se o homem se inventa e reinventa pelo discurso, também a história da mulher pode seguir esse caminho, fato que pode ser observado com mais ênfase a partir do século XX.

Para escrever a história das mulheres de modo diferente, precisamos nos debruçar sobre a sua presença nos espaços públicos, notadamente a política, para que se possam delinear outras possibilidades não só de ver a mulher como sujeito social e histórico, mas também de inscrever na linha histórica outras verdades além da construção que prima pela diferença entre masculino e feminino, abrindo o espaço público para o primeiro e encerrando o segundo no espaço privado do lar. Dessa maneira, na atualidade, se faz necessário manter a luta contra preconceitos sexistas, exigindo que se dê mais visibilidade aos papéis sociais femininos, tornando-os sólidos dentro de uma determinada formação histórica. Nesse sentido, o processo de construção de uma história que inclua as mulheres exige do pesquisador um trabalho de garimpagem, procurando, entre documentos escritos e orais, os recortes da participação feminina nas diferentes esferas sociais, principalmente no campo da política, ou contando outras histórias de participação nessa esfera, conforme nos propusemos nesta dissertação.

Retomando as considerações de Perrot (2008) a respeito da presença feminina no discurso histórico, embora esta trace suas reflexões sobre um contexto diferente do brasileiro, suas palavras podem ser aplicadas também a nossa realidade. Ou seja, as referências à participação da mulher no espaço público na maioria das vezes apenas descortinam menções

entrelaçadas por papéis normativos. Importante ressaltar que as fontes registradas relativas às mulheres costumam ser insignificantes, mais como registros de sua participação do que um discurso representativo de sua conquista decorrente de todo um processo de embates travados em diferentes instâncias para sair da invisibilidade já referida neste texto.

Do que podemos registrar, destacam-se, além de textos de historiadoras e mulheres que atuam na defesa dos direitos das mulheres através da escrita, estudos acadêmico-científicos que trazem à luz aspectos sobre a ocupação feminina de espaços políticos, estudos estes que buscam, a partir de registros documentais, a reflexão sobre as condições que emanaram e culminaram na inclusão (no sentido de constar, não necessariamente de aceitá-las como sujeitos políticos de fato) da mulher no espaço público, configurado como lugar de disputa de poder.

No que diz respeito ao poder em relação à visibilidade feminina, Strey, Cabeda e Prehn (*op cit.*, p. 25) ressaltam alguns aspectos desse condicionamento no qual foram colocadas as mulheres e que trazem à tona as discussões sobre poder. Entende-se, sob essa ótica, que tanto o poder repressivo quanto o normativo que incita discursos negativos sobre as mulheres contribuíram para reduzir a mulher a um mero expectador, sem voz e sem poder sobre a configuração social. Com isso, a mulher foi construída sob o olhar do outro e, portanto, suas possibilidades de atuação em situação de igualdade em todas as esferas sociais ficaram escamoteadas sob os discursos jurídicos, médicos, psiquiátricos que outorgaram à mulher o papel de submissão e de fragilidade que aos poucos vai sendo desconstruído. Historicamente, conforme revelam este e outros estudos sobre as mulheres, há uma força, por vezes visível, outras silenciosa que atua a favor da manutenção do mundo feminino sob controle. Diferentes áreas da sociedade e do conhecimento contribuem e colaboram para colocar a mulher como ser que tem limitações e por tal razão não pode assumir posições diferentes daquelas que lhe foram imputadas desde os tempos antigos. Os movimentos feministas, em algumas situações, que são consideráveis, conseguiram transpor os limites impostos pela ideologia patriarcal, no entanto, ainda há muito o que se fazer para que os direitos humanos das mulheres, bem como de outros sujeitos – crianças, idosos, doentes, por exemplo – sejam vividos plenamente. Dar visibilidade às mulheres que assumem a carreira política pode se configurar como uma das possibilidades de valorização da capacidade que uma mulher tem de assumir as mesmas funções, desempenhá-las com sabedoria e ter os mesmos direitos que os homens.

Para Colling (*op cit.*, p. 14), a construção da mulher e do homem que configura as relações e as diferenças entre ambos é bastante antiga, remontando à cultura grega.

Para explicar o que podemos chamar de reconstrução da história das mulheres com a finalidade de lhes dar a visibilidade destituída por um discurso patriarcal, alguns historiadores retomam o que Colling considera como uma espécie de mito do matriarcado, o qual entende que em tempos remotos havia civilizações cujo centro de poder emanava das mulheres. Para esta análise, a autora serve-se de um texto de Galeano, datado de 1995, no qual o autor relata a existência de civilizações indígenas comandadas por mulheres. Elas davam as ordens e também eram as responsáveis pelo que poderíamos chamar de vida pública, como caçar e comandar, por exemplo, enquanto aos homens da tribo competiam os afazeres do ambiente doméstico e os cuidados com os filhos. O que a autora considera como discurso contraprodutivo a essa tentativa de construção da presença da mulher nas decisões de poder é o fato de que a história também registra que os homens se rebelaram, assassinaram todas as mulheres, exceto as meninas recém-nascidas, as quais foram ensinadas à submissão como se isso fosse naturalmente correto. As meninas acreditaram, confiaram e passaram esse costume para as gerações futuras.

A autora também revisita “J. J. Bachofen (1815-1887)”, que fala sobre o Matriarcado surgido no início da Humanidade, quando as mulheres subverteram a ordem vigente e, de dominadas passaram a dominantes, “fundando a *Ginecocracia*, o sistema de direito materno, baseado no predomínio dos valores femininos – laços de sangue, predomínio da maternidade, da afetividade e da religiosidade” (*op cit.*, 2004, p. 20, 21).

Essa visão, no entanto, conforme a mesma autora, baseada nas leituras de Perrot e Farge (1995), por exemplo, ao invés de contribuir para uma escrita que visualiza a presença feminina nas decisões de determinadas comunidades, serve muito mais para, de certa forma, denegrir essa presença na medida em que entendem os autores citados que essas mulheres não tiveram competência para “gerir” e manter a condição de dominantes, o que acaba por corroborar com o discurso histórico de que os homens são superiores às mulheres e, portanto, há necessidade de dividir papéis e identificar o que compete a cada sexo - aos homens, o poder, às mulheres, a submissão (*op cit.*, 2004, p. 20, 24).

Assim, conforme ainda a mesma autora: “O poder patriarcal se expressa diretamente na ordenação legislativa que justifica a desigualdade. Este poder que resiste durante séculos produz saber e transforma-se numa ação normalizadora sutil do poder. Os papéis sexuais, tanto masculino como feminino, são produtos na configuração do poder, são lugares ocupados em uma situação estratégica complexa, que dotam o masculino de um maior exercício de poder que a mulher” (*op cit.*, 2004, p. 21).

Se considerarmos como válidas essas constatações, podemos aferir que a condição da mulher como ser presente no discurso passou por diferentes estágios ao longo da história, mas é clara a predominância de uma visão androcêntrica nesses discursos e na constante reinvenção da mulher como ser condicionado a uma outra ordem que não seja a criada ou gerida por ela no que diz respeito às relações de poder.

Embora prolongada essa discussão, entendemo-la como necessária para nosso objeto de pesquisa, ou seja, o papel da mulher na arena política brasileira, especialmente em Lages (SC). Também a constante referência a um discurso histórico que posiciona o masculino na condição de dominante e do feminino na posição de dominado é necessária na medida em que estamos falando de dar visibilidade a uma história que procura velar a presença da mulher nas decisões políticas, o que uma pesquisa mais acurada revela, conforme os autores pesquisados para este trabalho, como fato que foi sendo escamoteado no sentido de tornar visível a presença masculina em detrimento da participação feminina. Necessário também é dizer que não entendemos essa presença como algo constante e que por isso mesmo basta apenas registrar. Pelo contrário, observa-se, em geral, que quando a mulher aparece no discurso histórico, essa presença é fruto de embates travados entre feminino e masculino para romper com as ideologias predominantes e forjadas nas relações de poder.

A participação feminina na esfera pública, mais diretamente no poder político, embora conceba, de forma geral, emancipação e autonomia, apresenta outros elementos explicativos da condição feminina, a exemplo das desigualdades de gênero e desigualdades sociais. Sabe-se que o crescimento dessa representação no que se refere à educação, política ou trabalho foi responsável por mudanças sociais significativas, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho, à sexualidade e à família, levando muitas mulheres do anonimato do lar para a vida pública.

Embora a invisibilidade ou estereotipação a que foram submetidas, a luta de muitas mulheres pela sua inserção nos espaços públicos e políticos acontece ao longo da história, conforme destaca Adrião (2008). Vale lembrar que ela tem especial relevância a partir do final do século XIX e início do século XX. O movimento feminista, em suas diferentes fases, tem sido o principal protagonista na defesa dos direitos da mulher, sobretudo na reivindicação da igualdade e no direito à diferença na sociedade contemporânea.

2.3 A MULHER E A QUESTÃO DE GÊNERO

Gênero aqui pode ser compreendido como mais do que uma categoria, ou seja, ele se constitui em um eixo temático norteador da análise do objeto desta pesquisa, a participação da mulher no Legislativo lageano. Para isso, tomamos diferentes autores que refletem sobre esse conceito, sobre as relações de gênero e que demonstram como essa questão perpassa as relações de poder nas esferas do micro e do macrossocial, incluindo o mundo da política de partidos e o próprio poder político.

Para falar sobre questões de gênero, primeiro se faz necessário buscar o conceito que esse termo expressa, haja vista as diferentes possibilidades de interpretação que o vocábulo pode suscitar. A respeito dessa polissemia que envolve a palavra em foco, Machado (1998) considera que há a possibilidade de se

[...] falar da construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero. Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. Estes me parecem os três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos **estudos de gênero** frente à proposta metodológica dos **estudos sobre mulheres** (*op cit.*, 1998, p. 108).

Conforme expressa a autora, falar sobre gênero na atualidade implica em rever determinados conceitos que foram sendo elaborados ao longo da história. Não se trata mais, portanto, de uma discussão sobre sexo masculino e feminino. O termo gênero expressa muito mais do que a diferenciação biológica. Ele é uma construção social, histórica e, portanto, está marcado por determinantes de diferentes áreas sociais e, desse modo, não expressa unicamente as diferenças entre homem e mulher. O que está em jogo são as implicações decorrentes de toda uma construção, não somente do termo gênero, mas das relações que foram se estabelecendo entre homens e mulheres, entre masculino e feminino (*op cit.*, 1998).

Scott (1995) reflete acerca do gênero enquanto uma categoria útil à história e não apenas à história das mulheres. Grossi (1998) lança luz sobre a história das relações entre homens e mulheres, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais e identifica o contexto social e político em que os estudos de gênero são desenvolvidos no Brasil. Outros autores trazidos para a cena contribuem com a análise da construção da mulher na vida política brasileira, um sujeito em contínua construção social.

Historicamente falando, quando se trata de falar sobre gênero, no Brasil, é importante observar que alguns fatores determinantes na década de 1960, marcados pela criação de conselhos e instâncias institucionalizadas, lutas libertárias, participação das mulheres nos movimentos sociais e populares de 1968 e a luta contra a ditadura contribuem para o início não só dos movimentos feministas, mas da luta de muitas mulheres por direitos e espaços privilegiadamente masculinos. Assim, é nesse bojo de lutas e movimentos “libertários” e reivindicatórios que se identificou o ápice para o surgimento da discussão de gênero, contexto marcadamente ligado aos movimentos feministas (GROSSI, 1998).

Percebe-se, desse modo, a importância da organização e luta dos movimentos feministas, alargando os espaços de discussão e reflexão na sociedade acerca de temáticas que submergem à questão de gênero. Desse modo, é possível ultrapassar a noção de relações entre homens e mulheres, exclusivamente numa perspectiva histórico-social, para se deter nas implicações sociais que resultam na desigualdade entre direitos do masculino e do feminino. Assim, torna-se imprescindível o estudo dessa categoria de análise social que vem ganhando espaços nas pesquisas e discussões no que diz respeito às ações sociais, relações, práticas e papéis desenvolvidos entre o homem e a mulher.

Segundo Grossi (*op cit.*, p. 5): “Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce”. Assim, conforme essas colocações, entendemos que, a cada vez que nos referimos a sexo masculino ou feminino, já estamos atuando de acordo com o gênero pertinente ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo. Ainda conforme a mesma autora (p. 2-3):

O campo de estudos que hoje chamamos no Brasil de gênero ou relações de gênero surge nos anos 1970/1980 em torno da problemática da condição feminina. Inicialmente se pensava que havia um problema da mulher que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres, reflexo de uma das práticas do movimento feminista, a da não-mixidade. Nos grupos feministas, pensava-se que era necessário que as mulheres se reunissem sem os homens, pois ‘havia sido silenciadas ao longo da história’; assim sendo, a ausência de homens era uma forma de se garantir a palavra das mulheres. Estes primeiros estudos, que no Brasil se iniciam com a tese defendida por Heleieth Saffioti no final dos anos 1960 intitulada *A mulher na sociedade de classes*, tinham como preocupação estudar a opressão da mulher nas sociedades patriarcais.

Desse modo, a partir da segunda onda feminista, no Brasil, cria-se a categoria de gênero a fim de teorizar a questão da diferença sexual, ressaltando que tal relação é uma construção social dos papéis dos homens e das mulheres. Há historiadores/pesquisadores que olham de outro ângulo as relações entre homens e mulheres e não a inserção da mulher na

vida pública, especificamente no âmbito político. Contudo, os estudos sobre o movimento feminista e as pesquisas realizadas apontam profundas mudanças na vida privada e pública das mulheres, inclusive sua incursão pelo mundo da política.

Em seu trabalho, Scott (1995) reforça que o conceito de gênero foi criado na década de 60, com o movimento feminista, exigindo que a história registrasse a representação feminina ao longo do tempo. Sendo assim, pedia-se que se fizesse um resgate das heroínas que marcaram a história da humanidade e, a partir de suas lutas, mostrassem e explicassem a opressão que as mulheres sofriam por parte do patriarcado e suas lutas para mudar essa realidade.

Nessa perspectiva, podemos refletir: se as significações de gênero se constroem ao longo da história, a partir da luta pela inclusão da mulher e para legitimar a sua participação na sociedade, de que forma essas mudanças acontecem? Pode-se dizer que na luta feminista que veio se arrastando ao longo dos anos 60 e 70, o movimento desenvolveu-se com força e organização que pareciam lhe garantir a continuidade. Esse movimento, que buscava o engendramento de novas formas de legitimação da representação da mulher no poder político a partir da década de 80 toma novo direcionamento, enveredando para a formação de um novo conceito, o de gênero.

Se levarmos em consideração o processo da construção social dos gêneros como imbricado num procedimento mais difícil, que envolve as diversas dimensões de como a sociedade está organizada e de como em cada conjuntura se deformam a composição e a dinâmica da luta de classes é possível articulá-la, inclusive, a outras dimensões, como a de orientação sexual e de raça, sendo que as situações de exploração se exacerbam na medida em que essas extensões se entrelaçam.

Scott (*op cit.*, p. 72), em seus estudos, proporciona relevante contribuição para a compreensão das relações de gênero. Ao delinear a história do uso desta categoria, ela assegura que: “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade [...] as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado”. Neste entendimento, percebemos que o aspecto relacional entre os sexos nasce da preocupação de alguns pesquisadores que direcionavam seus estudos de maneira estreita sobre as mulheres especificamente. No entanto, essa divisão dificultava o entendimento da concepção de gênero, em razão de que sua análise entendia que homens e mulheres não poderiam ser analisados de maneira isolada. Os estudos de Scott, portanto, contribuem para o desenvolvimento de uma abordagem epistemológica relacional acerca do conceito de gênero e

das relações de gênero. A autora deixa patente que a condição de mulher e de homem é construída em processos que ocorrem na vida social, onde ambos os sexos interagem reciprocamente.

Se de um lado existem especificidades, como por exemplo identidade, papéis sociais ou condição econômica, construídas na evolução cultural e historicamente atribuídas a cada gênero, estas especificidades não podem ser analisadas separadamente, mas sempre na relação entre um e outro, homem e mulher. Ao tratar analiticamente a construção e relações de gênero separadamente, pode-se encontrar armadilhas discriminatórias como a criminalização, a estigmatização ou mesmo o preconceito de um gênero sobre o outro.

Segundo Scott (1995), o gênero apareceu inicialmente entre as feministas anglo-saxônicas, que queriam persistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Para essas feministas, o gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições relativas de feminilidade. Ao voltar-se para si, as estudiosas do feminismo tentam construir um conceito de gênero desvinculado da noção biológica que classifica os seres humanos em masculino e feminino.

A respeito da noção biológica de gênero, Foucault (1979) entende que a sexualidade brota a partir de uma conjuntura histórica, pois, segundo ele, é a forma como a anatomia se descobre socialmente que decide a identidade de gênero e não especificamente o organismo biológico na sua totalidade. Para esse pensador, o gênero como a disposição da igualdade e desigualdade permite a leitura social do corpo. Percebe-se, então, nas colocações do autor, que as diferenças naturais, biológicas, que caracterizam as diferenças sexuais, não são argumentos que contribuem para a constituição do gênero, mas as relações socialmente construídas e vividas no cotidiano entre ambos os sexos na sociedade é o que pode colaborar para a construção dessa categoria.

Em análise, gênero pode ser definido como a construção social do sujeito masculino ou feminino. Nesse sentido, Scott (1995), associando a categoria gênero aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens a partir das quais a autora desenvolveu um conceito de gênero que compõe duas partes inter-relacionadas, que têm como núcleo duas conjecturas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder” (*op cit.*, 1995, p. 86).

A perspectiva da análise teórica marxista de Scott permite identificar primeiramente a diferença fundante que se estabelece entre sexo e gênero conforme já assinalado neste texto.

O sexo implica na condição de natureza humana, enquanto que o gênero nunca é dado naturalmente. Assim, gênero é construção social, que emerge das relações sociais, do contexto cultural como demonstrou o clássico “Sexo e Temperamento”, de Margaret Mead (1930; 2003).

Observa-se que, de um modo geral, sexo e gênero são considerados pelo senso comum como sinônimo. No entanto, é necessário analisar criticamente esse posicionamento no que diz respeito à constituição e relação de gênero. Assim, a segunda contribuição de Scott (1995) para essa discussão é a relação de gênero com as relações de poder. Estando o poder fluindo nas relações sociais, ele se revela também nas relações de gênero que navegam e se constroem por meio das relações sociais e estão muito mais presentes nas relações de poder, na esfera pública, a saber, na política de partido e nos aparelhos de Estado, por exemplo, e nos espaços de disputa do poder, a saber, no executivo, judiciário e legislativo.

Scott (1995) afirma que o conceito de gênero pode representar uma categoria social-histórica, se tornando em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo, contrariando Saffioti e Bongiovani (1976), que questionaram a categoria gênero, uma vez que isso não explicita as desigualdades nem o poder, nem aponta a parte oprimida. O termo gênero é despolitizado e, portanto, não relaciona as questões de poder que permeiam tanto a construção do que se entende por gênero quanto as relações de poder que se estabelecem nos espaços públicos, principalmente quando se trata de discutir sobre opressão e oprimido. Por este motivo, compreendemos a importância de estabelecer a relação imediata da categoria gênero com as relações de poder. Ou seja, para efeito do objeto de pesquisa deste trabalho, tomar o conceito de gênero desvinculado das relações de poder teria pouca ressonância sobre as relações que se estabelecem entre o masculino e o feminino no poder legislativo.

Saffioti (1987, p. 16) afirma que:

O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres. [...] A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira (*op cit.*, 1987, p. 16).

Segundo essas colocações, podemos compreender o gênero num sentido muito mais amplo do que o patriarcado, porque neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente distintos, enquanto o gênero entende também relações igualitárias (*op cit.*, 2005).

Posto isto, considera-se pouco produtivo não observar no patriarcado uma semelhança na qual logicamente atuam as duas partes, tanto o dominado quanto o dominador. Também não se considera certa a explicação de que, sob a resolução de gênero patriarcal, as mulheres não apreendem nenhum poder. Sobretudo a cumplicidade exige autorização e esta só pode acontecer se houver uma relação par, nunca díspar, como acontece no caso da relação de gênero sob o comando patriarcal.

Dessa forma, ao se discutir gênero, parece cristalino que o poder seja central. Faz-se necessário evidenciar que o poder pode ser distribuído democraticamente, resultando em liberdade, como também ser cumprido desordenadamente, ocasionando desigualdades na relação entre poder e poderes (*op cit.*, 2005). Observa-se, portanto, que o que tem ocorrido é o desenvolvimento do paradigma da dominância do masculino na sociedade brasileira, o que demonstra uma construção assimétrica no exercício do poder, resultando em relações sociais e políticas de dominação do gênero masculino e de submissão do gênero feminino.

Saffioti (2005, p. 47) afirma que definir gênero

[...] como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder exige a colocação em relevo das duas modalidades essenciais de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada.

Como se observa, as relações de gênero caracterizam um bom termômetro para se identificar as relações que se estabelecem, seja na vida privada ou pública, entre homens e mulheres. Elas indicam, de um lado, o grau de participação, autonomia e emancipação que ocorre entre homens e mulheres nas tramas dos processos sociais e políticos. De outro, podem indicar o grau de alienação, dependência, apatia e indiferença, dominação e subordinação que podem ocorrer nas relações de gênero.

Para Saffioti e Bongiovani (1976), o gênero é a representação do masculino e do feminino e a imagem que a sociedade construiu estando estas inter-relacionadas. A mulher, sob a perspectiva do gênero, é analisada como sujeito sem história, pois alguns autores entendem que, por vivermos numa sociedade predominantemente masculina, isso nos faz acreditar na exclusão da mulher e ver o homem como sujeito, ou seja, ainda há muito a ser trilhado para que homens e mulheres saiam da condição de subordinador e subordinado para, talvez, uma condição de paridade em que não se considerem as diferenças, mas as individualidades, as subjetividades que tornam os indivíduos únicos.

Neste contexto, Carvalho (2002) situa as relações entre homens e mulheres, masculino e feminino e gênero enquanto diferenças sociais construídas ao longo da história e

que forneceram diversos elementos para que as mulheres interessadas na construção de relações igualitárias e equitativas entrevissem novas maneiras de constituir conceitos e outras formas de se pensar a questão e concepção de gênero. Desse modo, vai-se instituindo a visibilidade histórica da mulher como sujeito político, sob a análise das relações de gênero no sentido de abarcar a sua constituição e como as mesmas são vivenciadas nos espaços de poder e no mundo social político.

Em contraposição, Perrot (2008) entende que a história sobre gênero é uma área de pesquisa histórica impecavelmente legítima e muito útil. Porém, é preciso não confundi-la com uma história das mulheres e não tentar preencher, através dela, a carência de uma história social das mulheres. Desse modo, reconhece como tarefa primordial da história das mulheres não a (des)construção do discurso masculino edificado sobre as mulheres, mas entende a necessidade de um esforço para reprimir a carência de fatos pertinentes às suas vidas e que foram invisibilizados historicamente.

Este processo evolutivo foi sentido por meio de uma inserção social e cultural específica que levou a mulher a exercer práticas e ações sociais e políticas diferenciadas da dos homens. Desse modo, estabelecem uma memória e uma relação com a vida sexualmente muito distinta. Pode-se dizer que as diferenças de gênero não respondem por todas as diferenciações que marcam os processos hegemônicos de mulheres e homens. É notório que cada gênero se organiza e se registra socialmente a seu modo, redesenhando e resignificando seu passado, configurando sua história, seu discurso e edificando a própria imagem como categoria social historicamente construída (PERROT, 2008, p. 41).

As significações de gênero, construídas no decorrer da história e entendidas como um conceito cultural, carregam em seu bojo a possibilidade de serem utilizadas dentro de várias extensões políticas. O uso adequado que se pode fazer de gênero, no entanto, poderá ser para criar normas e regras ou para regularizar atitudes, comportamentos e perfis, adequando cada sujeito de modo paritário, sem que se eximam suas particularidades. Ou seja, entender que tanto homens quanto mulheres podem, cada um a seu modo, ocupar espaços públicos e sociais, atuando em diferentes esferas, sem estereótipos que consideram um como melhor do que o outro. Segundo Meyer (2003, p. 11):

[...] o gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto às hierarquias e desigualdades delas decorrentes.

Segundo Beauvoir (1967), nos primeiros movimentos feministas com seus embates por direitos, apenas a luta de classes não daria a condição de liberdade às mulheres. Para ela, a sociedade era formada não apenas por classes, mas por sexos e sem que a mulher tomasse consciência de que sofria opressão, a divisão do trabalho seria um problema que não estaria resolvido.

Está-se plenamente de acordo com o princípio de que somente a luta de classe não dá conta do processo de emancipação da mulher e da conquista de seus espaços simetricamente na sociedade. A estratégia, por certo, deverá ser mais abrangente, incluindo transformações culturais, nas quais atitudes, valores, princípios, comportamentos e concepção de mundo permitam engendrar-se relações igualitárias de gênero. A luta de classe é delimitada pela correlação de forças que se estabelecem pelas condições socioeconômicas de grupos e de indivíduos. Uma mulher na condição social e econômica de baixa renda, ou, às vezes, mesmo situada em condições de classe média ou até alta, pode se encontrar na posição de dominação ou de submissão em relação ao homem. Portanto, não se pode ignorar outros parâmetros de análise além do socioeconômico quando se analisa as possibilidades de emancipação e de autonomia da mulher nas relações de gênero.

Desse modo, repensando as questões de gênero para situar a mulher no âmbito da política, retomamos as ideias de Simone de Beauvoir, em especial no livro “O segundo sexo”. Sendo esta uma das obras por nós encontradas e que fazem uma análise sobre a participação das mulheres nas organizações de lutas sociais e políticas, tendo Beauvoir como uma das pensadoras precursoras na problematização deste assunto e preocupada com o desvendar da dimensão cultural do ser mulher. O citado livro mobilizou os intelectuais de sua época, fortalecendo o surgimento do movimento de mulheres. Esta autora aponta que as características humanas consideradas femininas são adquiridas em um complexo processo individual e social, não se derivando naturalmente do sexo. Desse modo, conforme a mesma autora,

[...] a mulher não poderia considerar-se como organismo assexuado; só são importantes os dados biológicos que adquirem na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire sobre si mesma não se define só por sexualidade, mas reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica à qual chegou à humanidade (BEAUVOIR, 1967, p. 77).

Entende-se que a mulher, como é da condição humana, está situada e se desenvolve no bojo dos processos sociais e culturais. Ela também, a exemplo do homem, se pensada tendo por base as categorias de infraestrutura e superestrutura, situa-se e constrói-se

condicionada pelo modo de produção e de suas relações sociais. No mundo do modo de produção capitalista da vida, as mulheres que vivem sob condições de classe média para baixo são as que mais sofrem a exclusão social e a expropriação dos bens necessários à existência.

Finalmente, depois de ter recorrido a diferentes autores que procuram diferenciar sexo e gênero e analisar as relações de gênero em diferentes contextos, para efeito deste trabalho, compreende-se que a categoria gênero é fundamental para pesquisar sobre a representação feminina no poder legislativo lageano. Nesse contexto, no próximo capítulo desta dissertação, efetuamos uma incursão sobre a participação feminina na política brasileira, contextualizando essa presença com dados históricos e reflexões teóricas, atreladas às discussões sobre relações de poder e de empoderamento que contribuem para a visibilidade ou ausência programada da mulher nos registros históricos sobre a política brasileira.

3 MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: UM CAMINHO DE LUTAS E CONQUISTAS

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.

(Michelle Perrot)

A presença da mulher brasileira no cenário político nacional, e porque não dizer mundial, tem pouco menos de um século de história, embora os registros sobre esse caminho eivado de negações e preconceitos sejam poucos quando comparados à visibilidade masculina. Neste sentido, ao tratarmos de reconstruir a trajetória feminina na política brasileira, entendemos a necessidade de nos situarmos sobre questões bastante complexas, mas que nos parecem inerentes a esse processo: a luta por visibilidade em uma sociedade sexista, patriarcal, marcadamente formada por relações de poder e relações de gênero assimétricas.

Nessa perspectiva, destacamos a necessidade de descrever a trajetória das mulheres brasileiras nos caminhos da política e analisar a questão do empoderamento como uma das condições que levaram essas mulheres a ocupar posições sociais e principalmente políticas (porque este é nosso objeto de pesquisa), conquista alcançada a partir de enfrentamentos pessoais, culturais, sociais, políticos e econômicos. Sendo assim, neste capítulo, efetuamos, primeiro, um breve histórico da trajetória da mulher brasileira e suas incursões na política nacional para, em seguida, discutirmos as questões relativas ao poder e ao processo de empoderamento que permeiam toda essa trajetória.

3.1 MULHER BRASILEIRA: VISIBILIDADE POLÍTICA

A participação das mulheres na política brasileira partidária não é um fator novo, considerando que a primeira mulher eleita para o legislativo no Brasil data de 1927. Contudo, essa presença nem sempre é visibilizada e, acreditamos, somente estudiosos têm noção desse embate por ocupar espaços decisivos e de poder e que ele perdura há quase um século.

Quando se faz referências a essa participação, os estudos revelam a ligação das mulheres com movimentos sociais que lutam por mudanças significativas em diferentes esferas da sociedade brasileira. De acordo com Avelar (2001, p.11) "[...] os estudos sobre a participação das mulheres na vida política, no século XX, colocam em relevo aspectos relacionados com a evolução dessa participação sob a perspectiva das mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades".

No Brasil, a imersão de mulheres no meio político partidário acompanha a evolução social e política e isso vem se intensificando desde os anos 1930, quando passou-se a implementar no país um projeto de desenvolvimento de características urbanas e industrial. É desse período em diante, por meio de embates travados em diferentes campos da sociedade, e por diferentes sujeitos, que ocorrem com mais ênfase conquistas de alguns direitos políticos, sociais e econômicos, conforme a descrição e análise realizada por Carvalho (2002). Nesse contexto, o processo de participação da mulher na vida social e na política brasileira tem sido permeado por avanços, contradições, tensões e desafios colocados pela cultura política, condicionados pelos períodos ditatoriais, de abertura política e redemocratização do Estado e da sociedade brasileira.

Contextualizando a presença feminina na política nacional, é importante lembrar o nome de Myrthes de Campos, primeira mulher a entrar na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em razão da solicitação que fez para seu ingresso eleitoral, em 1910, arguindo que a Constituição Brasileira de 1889 não negava o direito de participar desse processo para a mulher, somente apontava os obstáculos que impediam diferentes sujeitos de participarem desse momento político:

Art. 79 [...] eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistaram na forma da lei. § 1º Não podem alistar-se eleitores, para as eleições federais ou para os Estados: 1º os mendigos; 2º os analfabetos; 3º as praças de pré, excetuando os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos ao voto de obediência, regra ou estatuto que importe em renúncia da liberdade individual (ALVES, 1980, p. 95).

Pode-se dizer que a solicitação de Myrthes foi o primeiro passo visível para que as mulheres iniciassem de fato sua caminhada pelas vias políticas. O Artigo citado por Myrthes traz à tona outras possibilidades de leitura, dentre elas o fato de que o processo considerava como eleitores os homens, na medida em que o texto não faz distinção entre feminino e masculino. Aparte outras considerações que podem suscitar esse artigo, consideramos que o fato de uma mulher, que já havia batalhado para poder ingressar no meio jurídico brasileiro,

tomar a iniciativa de exigir seu direito ao voto foi a primeira das múltiplas ações desenvolvidas desde então pelas mulheres para alcançarem seu direito de participarem como iguais do cenário político e decisivo nacional.

Cerca de uma década depois da atitude de Myrthes de Campos, no ano de 1922, de acordo com Saffioti e Bongiovani (1976, p. 258), as integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino dão um novo passo para garantir seu direito ao voto, quando conseguem, junto a deputados, adesão à causa pelo sufrágio feminino, embora isso tenha sido colocado em tramitação na Câmara como projetos autônomos, portanto ficando fora da Reforma Eleitoral. O mesmo deputado que atuou em favor do voto feminino, ao candidatar-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, colocou em sua plataforma de governo o interesse em instituir o voto feminino (ARAÚJO, 2003).

Fazendo uma retrospectiva das ações por parte das mulheres brasileiras para conquistarem seus direitos políticos, para Araújo (*op cit.*, 2003), foi desde 1918 que os movimentos das mulheres nesse sentido ganharam força, em especial no Rio de Janeiro, quando Bertha Lutz, juntamente com outras cariocas, criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, mais tarde denominada Liga pelo Progresso Feminino. Um ano depois, Justo Chermont, então senador, apresentou projeto de lei para instituir o voto feminino, mas não obteve aprovação. Enquanto isso, novas estratégias por parte do grupo liderado por Bertha conquistaram o cenário nacional com a instituição da Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino em 1922, mesmo ano em que esse grupo organizou o I Congresso Internacional Feminista, tendo como local a cidade do Rio de Janeiro.

Cinco anos depois desse evento, o Estado do Rio Grande do Norte, por meio do então governador do Estado, oficializou o voto feminino, incluindo “[...] na Constituição Estadual um artigo que deu a possibilidade das mulheres” irem às urnas para votar e receber votos. Com isso, dois anos depois, foi eleita “a primeira mulher prefeita da América do Sul e do Brasil” (*op cit.*, 2003, p. 136).

A década de 1930 foi marcada por novas conquistas das mulheres não somente na política, mas em diferentes áreas sociais. Foi nesse período que as brasileiras garantiram “[...] alguns direitos humanos tais como: o ensino médio superior e direito a votar e ser votada”. Após a promulgação do direito ao voto, a partir do Decreto-Lei nº 21.076, assinado por Getúlio Vargas, em 1932, no ano seguinte, Carlota Pereira de Queiroz tornou-se a primeira Deputada Federal do Brasil e as mulheres conseguem, então, “[...] um desdobramento mais justo e coerente com os ideários da Revolução de 1930” (*op cit.*, 2003, p. 136).

Ainda sobre esse contexto, Santos (2003, p. 123) ressalta, em relação à Constituição de 1934, que:

[...] o movimento feminista conseguiu introduzir a isonomia entre os sexos. Pois no bojo de Carta Magna surgem os direitos trabalhistas femininos, a regulamentação do trabalho de mulheres em estabelecimentos comerciais e industriais, a igualdade de salários entre homens e mulheres, a proteção a maternidade. É a primeira vez na história legislativa constitucional brasileira que os direitos humanos ganham um certo reconhecimento legal no âmbito federal.

Observa-se que a conquista do voto pelas mulheres não determinou o final de sua luta pela participação na política nacional. Sendo assim, outras questões foram sendo abordadas para assegurar os direitos conquistados pelo movimento feminista, em especial a luta pela inserção da mulher na elaboração da nova Constituição em 1934. Em decorrência desse processo, as mulheres são convocadas pela primeira vez a “participar da elaboração de uma carta constitucional”, com a presença de Carlota Pereira de Queiroz, deputada eleita em 1933, e Berta Lutz, “nomeada por Getúlio Vargas como representante do movimento feminista”, na Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição (VAZ, 2008, p. 28). Conforme o mesmo autor, “em 1936, Bertha Lutz passou a integrar a Câmara Legislativa Federal, como primeira suplente pelo Estado do Rio de Janeiro, na vaga deixada pelo Deputado Cândido Pessoa”.

Mas a conquista destes espaços era ainda incipiente e o campo de lutas se espalhou por horizontes mais amplos. Ao referir-se às vitórias alcançadas, a própria Bertha Lutz, logo após a conquista do voto, afirmava: “[...] o sufrágio feminino não é um fim em si mas um instrumento a ser usado para melhorar o status das mulheres” (SOIHET, 2000 *apud* BESSE, p. 171).

Embora os avanços, importante se faz lembrar que as conquistas arduamente incorporadas ao patrimônio de cidadania da mulher brasileira sofrem reveses e longos refluxos. O maior deles iniciou-se com a implantação do Estado Novo, no ano de 1937, e consequente interrupção das atividades da Câmara Legislativa Federal. O novo sistema político que se instaurou arrefeceu muitos dos movimentos que se formaram no breve período de democracia vigente no país e seguiu até 1945. O golpe militar contribui sobremaneira para que os movimentos feministas, por exemplo, não tivessem visibilidade até por volta dos anos 1970, quando a segunda onda do feminismo ganhou força no Brasil. Antes disso, embora o silêncio imposto pelo regime militar, o início da década de 1950 foi marcado por movimentos das mulheres que lutavam contra as injustiças sociais vigentes, dentre elas o aumento do custo de vida. Nesse sentido, embora não tenham alcançado muito êxito, essas movimentações não

deixaram os ideais femininos arrefecerem de vez. As lutas por direito ao voto e sua conquista pelas brasileiras, por exemplo, foram emblemáticas para os movimentos feministas europeus, considerando-se que, na França, essa conquista aconteceu somente uma década depois do sucesso das brasileiras nesse sentido (SAFFIOTI; BONGIOVANI, 1976).

A partir da década de 1980, no Brasil, o número de mulheres em cargos eletivos e a representação nos espaços institucionais sofreram alterações que foram alavancadas por diversos fatores, entre eles a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o crescimento urbano e industrial, os entraves jurídicos da Constituição de 1988 e o envolvimento crescente nos debates para igualdade entre os sexos (ALCÂNTARA, 2006). Essas conquistas foram importantes também para que uma nova legislação fosse elaborada no sentido de dotar as mulheres do direito de participar da vida política. Ou seja, para que houvesse uma maior representação do sexo feminino na política, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou, em 29 de setembro de 1995, o sistema de cotas, que prevê a participação de 20% proporcionais ao número de candidatos em cada sigla partidária conforme a Legislação Eleitoral (Lei nº. 9.100/95 - § 3º, Art. 11).

O artigo dessa Lei que inaugurou a política de cotas nos partidos políticos e eleições no Brasil foi redigido da seguinte maneira:

[...] o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. O parágrafo terceiro do artigo 10 desta Lei ficou assim redigido: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. Com esta nova formulação, os dois sexos passam a ter o mesmo tratamento, com limite mínimo de 30% e máximo de 70%, sendo que nas transições provisórias ficou estabelecido que o percentual válido para 1998 seria de 25%. Desta forma, a constitucionalidade foi mantida e garantiu-se uma política de promoção da igualdade para o sexo minoritário na representação parlamentar (ALCÂNTARA, *op cit.*, p. 11).

Neste sentido, a política de cotas contribuiu para a elevação da participação representativa parlamentar feminina. Entretanto, os resultados foram acanhados devido à forma como a Lei foi estabelecida. Com a entrada em vigor da Lei 12.034/2009, que modificou a anterior, a palavra “reservar” foi substituída por “preencher”. A política de cotas, porém, não caracteriza uma solução mágica que modifica e transforma automaticamente as relações de poder, apesar de sua aplicabilidade garantir uma ação mais efetiva de ruptura com a situação de desigualdade entre homens e mulheres na política brasileira.

Embora a citada Lei considere um número mínimo de participação feminina em cada sigla partidária, as diferenças entre o número de homens e mulheres na política ainda é bastante visível, haja vista que a regulamentação brasileira sobre essa questão considera uma

presença mínima de 30% e máxima de 70%. Apesar de entender que esse valor seja igual para ambos os sexos, isso não significa igualdade de direitos quando se pensa que a sociedade brasileira ainda se funda sob a égide do pensamento masculino e os resquícios do confinamento das mulheres ao âmbito privado do lar são bastante visíveis. Entende-se que isso contribui sobremaneira para que os partidos políticos aceitem candidaturas de mulheres muito mais para preencher o mínimo necessário exigido por Lei, do que incentivem a maior participação das mulheres como um processo de cidadania e de igualdade de direitos.

Os movimentos de mulheres, no entanto, continuam sua luta no sentido de garantir a paridade em diferentes áreas, dentre elas a política, ações que têm levado o governo brasileiro a desenvolver políticas direcionadas aos direitos femininos, a exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada no Governo Lula, através da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683/2003.

Essa Secretaria – com *status* de ministério – teve, no início, como objetivo principal a implementação de ações em diferentes lugares, coordenadas por grupos feministas e por ONGs (Organizações Não Governamentais), estabelecendo condições necessárias no preparo de mulheres interessadas em se candidatar, consubstanciando medidas para otimizar a ação das mulheres intimidadas ao exercício do poder, situação que permite visualizar um cenário um pouco diferente do que até então vinha sendo delineado em termos de políticas públicas direcionadas às mulheres brasileiras.

Assim, em 2010, no limiar do século XXI, houve progresso representativo da participação da mulher no cenário político brasileiro, com significativos avanços práticos e políticos com a candidatura de duas mulheres – Marina Silva, do Partido Verde, e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores –, ao cargo de Presidenta da República do Brasil. O pleito elegeu democraticamente Dilma Rousseff, que representa um marco não só para a história do país, mas uma presente demonstração de que a geografia do poder está mudando. Convém lembrar que a candidata eleita foi apresentada e estimulada pelo presidente que a antecedeu, cuja popularidade esteve sempre em alta por um período de oito anos. Pode-se afirmar que esses dois fatores - um padrinho político presidente e popular e o fato de ser mulher – somaram para o êxito da campanha empreendida por Dilma, o que não inviabiliza a importância dessa presença feminina no mais alto cargo do país e até então ocupado unicamente por homens.

Convém lembrar, no entanto, que nem mesmo esse avanço significa uma conquista automática de igualdade de direitos. Ela representa um passo importante e uma inédita conquista na história da participação da mulher na política brasileira, mas a paridade ainda

está longe de ser realidade. Desse modo, pode-se dizer que a presença e principalmente a visibilidade que Dilma Rousseff representa não só na esfera política brasileira, mas também no cenário político internacional, constituem-se em fatos importantes na consolidação da representação feminina para a democracia nacional e para a defesa e combate contra a desigualdade entre homens e mulheres em um contexto maior, que envolve todos os setores da sociedade.

Rocha (2012, p. 15), ao fazer um resumo das conquistas femininas no âmbito político brasileiro salienta que:

A participação política das mulheres está crescendo. Vem desde a conquista do direito ao voto em 1932, passando pela criação dos primeiros Conselhos na década de 1980; da criação das Delegacias de Defesa das Mulheres e outros serviços de combate à violência contra a mulher; registro dos direitos das mulheres e do princípio da igualdade entre os homens e mulheres na Constituição brasileira de 1988 até chegar, em 2003, no Governo Lula, com a criação da SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Analizando a história das mulheres no Brasil, um fato é constatado: há um processo evolutivo na participação da mulher na política brasileira. Ela vem disputando espaço na política com o homem de modo crescente. Quebrou-se o paradigma da presença absoluta do masculino em uma das instituições mais idolatradas da cultura política nacional, a Presidência da República, com Dilma Rousseff, empossada em 1º de janeiro de 2011 que, vinculada ao Partido dos Trabalhadores, governa com uma frente ampla de partidos políticos. Seu mandato encerra em 31 de dezembro de 2014 e certamente sua representação exercerá influência sobre muitas mulheres que podem seguir o exemplo e lançarem suas candidaturas à prefeituras, deputadas, senadoras e presidência da república. Para a história brasileira contemporânea, a presença de Dilma Rousseff no comando do país representa uma quebra de paradigmas e de preconceitos sobre a incapacidade das mulheres de participarem de ações políticas decisivas para a nação brasileira. Isso nos remete, então, à importância do processo de empoderamento como condição necessária para que as mulheres brasileiras conquistem mais espaço em situações decisivas de poder e em outras esferas, assunto abordado na sequência deste trabalho.

3.2 MULHER: EMPODERAMENTO PARA A ATUAÇÃO POLÍTICA

A trajetória histórica do conceito de empoderamento surge na década de 1960, quando a sociedade de direito civil organiza-se como sujeito coletivo e se vê fortalecida na

ação que, no Brasil, iria acontecer a partir do início da década seguinte. A terminologia empoderamento, com a derivação política emancipatória presente, foi ouvida no início dos anos de 1970, ainda no termo original em inglês *empowerment*, tendo como seus precursores fundamentais os sujeitos envolvidos nos movimentos feministas e negros (HOROCHOWSKI; MEIRELLES, 2000).

Do ponto de vista da utilização desta categoria pelo movimento de mulheres, Costa (2005, p. 7) considera que o “[...] empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero” ou seja: “As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais”.

A construção histórica e multifacetada tanto do termo quanto de sua aplicação no que diz respeito às mulheres advém de muitas origens. O diagnóstico da relação entre a conjuntura política brasileira e o movimento de mulheres serve para identificar os diferentes significados que aparecerem associados ao feminismo e mostra que é apenas uma corrente dentre várias mobilizações femininas contemporâneas, esfera de referência positiva ou negativa que serve de interlocutor para todas as mulheres em movimento. Assim, empoderamento possui uma relação direta com o poder e, nesse sentido, é necessário analisar esses dois termos em conjunto.

Na relação poder e empoderamento, Kleba (2009, p. 736) afirma que “[...] o poder é, portanto, um aspecto chave no processo de empoderamento”. O empoderamento, então, permite a obtenção da emancipação individual e também da tomada de consciência coletiva indispensável para a superação da dependência social e preponderância política. Isto permite pensar que o empoderamento restitui o poder e a dignidade a quem almeja alcançar o dispositivo e o estatuto de cidadania e, sobretudo a liberdade de deliberar e ajuizar seu próprio destino com respeito às diferenças do outro.

Neste sentido, Friedmann (1996, p. viii) entende que empoderamento: “[...] é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Seguindo esta mesma concepção, Kleba (2009, p. 736) define

[...] o empoderamento como um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos, e condutais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos às relações de opressão, discriminação e dominação social.

Nesse sentido, a busca pela apropriação do empoderamento envolve a modificação radical dos procedimentos e elementos que diminuem a posição de subordinação das mulheres. Elas tornam-se empoderadas por meio das tomadas de deliberações coletivas e de mutações individuais (COSTA, 2005). Para a mesma autora, esse processo de empoderamento feminino traz à tona um novo paradigma de poder, adquirindo configurações democráticas, construindo novos organismos de responsabilidades individuais, estabelecendo mecanismos de encargos coletivos, de tomada de disposições e responsabilidades compartilhadas.

Entretanto, o empoderamento da mulher representa uma provocação às relações patriarcais nas esferas sócio-institucionais, sobretudo dentro do espaço familiar, a força dominante do homem e a sustentação das suas prerrogativas de gênero (COSTA, 2005). Para essa autora, constitui-se, então, uma modificação na preponderância clássica dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que diz respeito ao domínio dos seus corpos, avalizando com isso o direito de ir e vir, bem como uma repulsa à violência física, ao desamparo e às disposições unilaterais masculinas que implicam sobre toda a família.

Observa-se que as relações de poder permeiam praticamente todos os aspectos da luta das mulheres pela igualdade de direitos em todos os níveis e esferas sociais. Desse modo, para discutir a questão do empoderamento, também é necessário discorrer sobre o poder e, neste caso, adotamos algumas das concepções de Foucault como base para nossa reflexão.

Para Foucault (2004, p. 96), “[...] o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política”. Para esse pensador, “[...] na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (p. 141).

Pode-se dizer então que o poder, quando apresentado nas diversas organizações, caracteriza-se como um processo invisível, mas cujas consequências podem ser sentidas por todos aqueles sobre os quais o poder é exercido. É importante lembrar que o poder pode suscitar diferentes perspectivas ou sensações, porque, segundo Foucault (2004, p. 4), ele pode ser enfatizado na busca da capacidade de alcançar resultados e objetivos esperados e, com isso, ele se mantém, ou seja: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas, que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (p. 6).

Desse modo, o poder para o autor em questão é algo que circula pelo social, portanto não permanece em lugar único na sociedade. É relacional, ou seja, está numa relação de forças constante, com diferença de potencial. Elas acontecem na relação entre os níveis dos indivíduos. O poder é dinâmico, pode ser contrariado a qualquer instante. Se for uma relação,

é preciso que haja uma cumplicidade. Onde existe saber, pode haver poder. Nesse sentido, é fundamental observar que geralmente onde há poder, há resistência. Em outras palavras, se por um lado novos saberes, novas tecnologias ampliam e aprofundam os poderes na sociedade disciplinar em que vivemos - pensemos no alcance dos meios de comunicação de massa como possíveis formas de controle e manipulação - por outro lado existem sujeitos cada vez mais conscientes, que lutam contra as forças que tentam reduzi-los a objetos, contra toda heteronomia, contra as inúmeras formas de dominação sempre fecundas e revigoradas (*op cit.*, 2004). Nas palavras desse pensador:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (*op cit.*, 2004, p. 183).

Assim, torna-se importante fazer uma reflexão sobre o exercício do poder, sendo que o homem não apreende o poder sobre a mulher, mas ambos praticam e suportam as consequências de suas ações. Desse modo, os sujeitos não são alvos inativos do poder, pois podem se contrapor a ele, podem afrontar, infringir ou negociar nas relações sociais que são engendradas por relações de poder. Assim, as ações de poder quando vinculadas às relações de forças geram embates e estes podem resultar em resistência contra o poder.

Podemos entender, então, que a ação de poder sobre o sujeito e a tentativa de se sobrepor a ele gera a resistência ao poder. Para isso, é necessário que se desenvolva um processo psicológico ou pessoal a partir do acordar da consciência no que diz respeito à autonomia e desenvolvimento pessoal. Isso envolve autoconfiança e autoestima e implica em ter controle sobre a própria vida quer seja pessoal ou profissional, e ainda sobre a segurança pessoal, que provém da consciência individual de força tanto interna quanto externa.

Direcionando essas questões para as discussões sobre o empoderamento feminino, entende-se que, para se empoderar, a mulher precisa aprimorar a percepção que tem sobre si, acreditar que é capaz de transformar sua crença em relação à obediência ao homem e às determinações sociais culturalmente construídas ao longo do tempo e lutar para que os seus direitos sejam uma fonte de emancipação e de resistência. Desse modo, além de usufruir do poder, a mulher, sob a perspectiva do empoderamento, tende à participação, ao direito a ter voz e, sobretudo, ao direito a definir os tons, as cores e os sentidos dessa voz que se faz ouvir. Leva-se em consideração, portanto, que o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação ao discernimento e à disparidade de gênero: saber que há

diferença nas relações de poder entre homens e mulheres, indignar-se com esta circunstância e lutar para modificá-la.

Na conjuntura histórica da luta das mulheres por alçar situações de poder em geral ocupadas por homens, o empoderamento real da mulher origina-se de uma alteração e de uma desconstrução dos recentes sistemas sociopolíticos, por meio da participação ligada aos movimentos governamentais e não governamentais, fortalecendo esse envolvimento na criação e alargamento de organismos coletivos que concebam a força das lutas pelos direitos frente aos poderes, uma conquista certamente atrelada aos movimentos feministas.

Sob outra perspectiva, Costa (2005, p.3) entende o empoderamento como o “[...] mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Com base nessa concepção, pode-se dizer que o empoderamento exprime a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços singulares de decisões, de acordo social dos direitos sociais. Essa consciência e tomada de iniciativa individual ultrapassa a de conhecimento e superação de um fato em que se encontra tal disposição.

O empoderamento político, por sua vez, deve ser compreendido como um processo pelo qual podem acontecer alterações nas relações sociais, econômicas, culturais, e de poder. Esse poder político diz respeito ao procedimento pelo qual são ostentadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, sobretudo, o poder da voz e da ação em grupos que envolvem maior representatividade e participação na esfera política, inclusive a acessibilidade para ocupar cargos representativos e diretivos (LISBOA, 2008).

Pode-se dizer, então, que os movimentos feministas têm criativamente encontrado outras estratégias para a conquista e o exercício do poder, seja ele na esfera da micro ou macrofísica do poder, sendo uma delas a educação, medida afirmativa colocada em prática pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, por exemplo, e que foi uma conquista dos movimentos feministas. Essa análise fundamenta-se nas colocações de Avelar (2001), quando destaca que os estudos relacionados à questão da inclusão das mulheres na vida política afirmam a necessidade da educação. Ou seja:

[...] Sem um acesso a um patamar mínimo educacional, torna-se impossível o equacionamento dos problemas fundamentais e o envolvimento nas ações políticas. Os conteúdos educacionais não devem conter mensagens de superioridade do homem sobre a mulher. Devem promover o princípio da paridade e parceria e incentivar fortemente a defesa dos princípios de igualdade. [...] Para a promoção da consciência política da mulher, considera-se de fundamental importância a educação política relacionada com os direitos e deveres cívicos, sobretudo o direito à

participação. Os governos, parlamentos, partidos políticos, organizações não governamentais e mídias podem todos contribuir para esse processo (AVELAR, 2001, p. 37-38).

O empoderamento não ocorre sem formação política, sem educação voltada para esse fim. E onde acontece a formação política? Esse processo poderia ser iniciado na escola formal, contudo, haja vista as condições que permeiam a escola brasileira no sentido de reprodução das relações de manutenção da ordem social, econômica e política hegemônica, essa possibilidade fica à margem quando se trata de uma formação política na escola. Sendo assim, entende-se que o sujeito deve descobrir individual ou coletivamente outros campos ou possibilidades de formação nessa esfera. Na maioria das vezes, partindo de nossa experiência, é na prática política, dentro ou fora de um partido, onde se pode encontrar o que entendemos como “escola de educação política”, conseqüentemente a essa “formação”, vem a conquista do empoderamento.

A história de lutas, de processos de empoderamento, o avanço na ocupação por mulheres de espaços antes exclusivamente lugares dos homens parece agora uma grande síntese visível na mulher que neste momento histórico ocupa o mais alto cargo da vida política brasileira. Por certo, é possível identificar no ato de atuação no executivo por uma mulher a ruptura de preconceitos, discriminação e inúmeros estereótipos produzidos pela sociedade a cada vez que a mulher disse não às relações sociais de gêneros marcados por assimetrias. Da história da participação da mulher na política brasileira pode-se inferir uma lição, qual seja a de que a mulher, quando constrói as condições para empoderar-se social e politicamente, tem possibilidades de enfrentar os desafios no compartilhamento do poder ocupado hegemonicamente pelo sujeito social masculino.

Segundo Rocha (2012, p. 15), as discussões sobre o protagonismo político das mulheres vêm sendo historicamente abordadas nas últimas décadas, recordando a “Declaração de Pequim”, assinada em Beijing-China pelos governos presentes à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, cujo teor desse documento revela a constatação da importância da mulher em todos os âmbitos da sociedade:

Estamos convencidos de que: o empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz (apud ROCHA, *op cit.*, p. 15).

Vale lembrar que o debate em torno do empoderamento da mulher por meio da sua participação no poder público, particularmente na política de partido, foi fundamental para

identificar os limites e as possibilidades, as tensões e contradições que permearam e permeiam a participação da mulher na política lageana, notadamente no poder legislativo.

3.3 MULHER, PODER E POLÍTICA

As mulheres têm desempenhado uma representação historicamente fundamental na modificação social e política, mais especificamente na maioria do eleitorado brasileiro, razão mais do que suficiente para garantir que elas estejam presentes, conquistando posições e espaços até então considerados como legítimos do sexo masculino. Godinho e Silveira (2000), por exemplo, reconhecem o processo crescente de ocupação da mulher nos espaços públicos:

Foi uma conquista do movimento de mulheres, como parte do reconhecimento destas como sujeitos sociais, como sujeitos de reivindicação, colocar-se como uma questão legítima as instituições políticas, os governos, os Estados se obrigarem a reconhecê-las na construção de políticas. Isso foi construído nesses 25, 30 anos, em alguns países 40 anos de organização política e social de mulheres, de um crescimento nosso enquanto um sujeito social coletivo, que faz com que as instituições e a sociedade não possam nos ignorar nem deixar de falar em políticas de gênero, políticas dirigidas às mulheres. Mas, à medida que se perde a radicalidade e se arrefecem as bases fundamentais do feminismo, de construção da igualdade real entre mulheres e homens – o que pressupõe uma luta por igualdade real entre os indivíduos –, essa legitimidade conquistada vai sendo assimilada ao mesmo tempo em que constrói novos traços para o feminismo. Traços que o limitam e introduzem uma face perversa: a igualdade ganha uma face segmentada e perde, portanto, seu desafio universal. Merecerá o nome de igualdade? Enquanto setores das mulheres podem usufruir um certo nível de igualdade que vai sendo construída, ou, pelo menos, um certo nível de direitos aos quais não tínhamos acesso, enquanto gênero, essa igualdade é totalmente permeada pela desigualdade geral da sociedade (*op cit.*, 2000, p. 35-36).

Diante do exposto, podemos afirmar que, a partir do primeiro movimento feminista - na Europa do século XIX e, mais tarde, sua propagação no Brasil- reivindicando o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho -, houve uma intensa investida em termos de conquista de direitos, bem como uma mobilização acentuada por uma legislação que garantisse essas conquistas.

No que diz respeito à visibilidade política, para Costa (2006), a representação feminina nesse espaço acontece tanto no âmbito das disputas que envolvem a participação delegada (a militância e o trabalho político-partidário, o apoio a candidaturas, a nomeação em cargos do primeiro escalão, por exemplo) quanto na formação de grupos de interesse ou de pressão (sindicatos e órgãos de classe, movimentos sociais, associações de moradores, conselhos gestores de políticas públicas entre outros).

Contudo, embora os avanços visíveis em relação à presença da mulher brasileira no cenário político nacional, é necessário lembrar sempre que as diferenças ainda são contrastantes tanto nesse sentido quanto em outros aspectos da vida social das mulheres e as diferenças estabelecidas no que diz respeito aos direitos para homens e mulheres. Em breve análise, pode-se dizer que para romper essas diferenças é necessário estabelecer equidade na divisão de responsabilidades de maneira que haja uma paridade entre as funções, por exemplo, fazendo com que tanto homens quanto mulheres partilhem ao mesmo tempo do mundo público.

Desse modo, é possível afirmar que, embora nas últimas eleições (de 2009) tenhamos constatado uma pequena elevação no número de mulheres eleitas, sobretudo com a figura feminina representativa na Presidência da República, nos ministérios, nos parlamentos, nas prefeituras, nos governos e nas secretarias, ou ocupando espaços considerados historicamente como masculinos, as conquistas das mulheres brasileiras ainda não garantem a paridade representativa na esfera política.

No que diz respeito a uma maior participação e visibilidade da mulher na política representativa, Kunzler (2008, p. 6) destaca alguns elementos que podem garantir a efetivação de uma atuação política feminina, dentre elas:

[...] a disponibilidade de tempo, buscando informações, formação política, planejamento de trabalho político. Outro elemento é o gosto pela política, que é adquirido pelo trabalho em conjunto, compartilhando projetos, esperanças e conquistas, como também privações e frustrações. A mulher nesta questão usa da sensibilidade para lidar com certas questões, devido a sua história de opressão, enquanto que os homens precisam dominar e se impor, existe a divisão moral de trabalho entre razão e sentimento, identificando masculinidade com razão e feminilidade com sentimento. Esta base é que justifica que a política é lugar privilegiado dos homens.

As discussões sobre essa temática da invisibilidade e a participação da mulher na política são intrigantes. Transformá-la em um sujeito capaz de ser inserido e participar de decisão política implica em dizer que a mulher deve estar preparada para enfrentar os mecanismos de subordinação e de dominação. Na maioria das vezes, isso incide em sua inclusão, mas não na sua aceitação efetiva no processo político pelos homens e, porque não dizer, pela sociedade de um modo geral. Neste sentido, é importante que as políticas públicas voltadas para as mulheres busquem alargar a visibilidade da representação e da participação da figura feminina, fortalecendo suas possibilidades de aumentar a entrada e a permanência das mesmas nos diferentes espaços, preparando-as para cumprir e exercer o controle social do

ponto de vista político, construindo sua história, saindo cada vez mais da invisibilidade para a visibilidade.

Observando a questão da representatividade feminina e de sua valorização como ser social e de direitos iguais ao de todos os cidadãos brasileiros, percebemos que muitas ainda vivem à margem desse processo e sofrem as mais diferentes formas de preconceito, discriminação e violência.

Apesar da visibilidade alcançada pelo feminino na atualidade, estudo recente de Silva (2011) revela que a maioria das mulheres continua cerceada em seus direitos no Brasil, a exemplo das mais de seis milhões de trabalhadoras domésticas que não têm os mesmos direitos trabalhistas mínimos assegurados em relação às demais categorias de trabalhadores. Portanto, a tarefa de ocupar os espaços de poder pela mulher deve ser revertida em acesso aos avanços para o conjunto dos direitos das mulheres.

Na esteira da perspectiva de superação de desigualdades entre o universo masculino e o feminino, podemos dizer que há, por parte do governo, a tentativa de elaboração de ações que revertam em favor das mulheres, embora a existência de um dispositivo legal não seja sinônimo de efetividade de direitos e, também, que essa legislação é decorrente dos movimentos das mulheres em prol de seus direitos. De acordo com o Plano nacional de Políticas para as Mulheres:

A mulher e o homem são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2004, p. 32).

Esse exercício de poder remete-nos a Foucault (2004) e suas inquietas discussões sobre o tema. O pensador sustenta que o poder pode mudar de forma e que se faz presente em todos os campos e em todas as relações humanas, tanto públicas quanto privadas. Além disso, a centralidade e a acuidade da preleção no exercício do poder podem nos dar informações para aprofundar essa discussão, o que nos remete novamente à história construída sob a ótica masculina, que implica em valorizar espaços públicos como ideologicamente masculinos e invisibilizar a presença feminina nesses mesmos espaços, haja vista que desde o século XIX, conforme a história à margem mostra, as mulheres vêm se situando como seres capazes de assumir posições públicas com tanta competência quanto historicamente se entende uma

exclusividade masculina. Desse modo, as palavras de Foucault (2004, p. 180) a respeito do discurso oficializado por meio da história escrita continuam atuais.

Estamos submetidos à verdade também no sentido de que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (*Idem ibidem*).

Historicamente, então, sob a perspectiva de um discurso de certo modo ideológico, que valoriza a visibilidade masculina em detrimento da feminina, a mulher tem estado sob a condição da subalternidade, como se fosse colocada do outro lado do exercício do poder na condição do não poder decidir a própria vida. Nesse sentido, ideologicamente falando sob a ótica masculina, as mulheres não se construíram como sujeitos, não praticaram ou não praticam o poder, mas o reproduzem, não para elas, mas para os que de fato o controlam, haja vista que a ideia de presença da mulher no espaço público (seja ele econômico, político, jurídico, por exemplo) diz respeito a uma adequação da mulher ao pensamento masculino, o que pode ser contestado à medida que se lê a outra história que vem sendo construída pelas mulheres, conforme registram diferentes estudos sobre o feminino e seu lugar na sociedade atual, a exemplo das colocações de Robbins (2000, p. 413).

As mulheres encorajam a participação, a partilha do poder e da informação e tentam aumentar a auto-estima dos seguidores. Preferem liderar pela inclusão e recorrem a seu carisma, experiência, contatos e habilidades interpessoais para influenciar os outros. [...] Os homens tendem a adotar mais um estilo diretivo de comando e controle. Recorrem à autoridade formal de seu cargo como base para sua influência. [...] A tendência das líderes do sexo feminino, de serem mais democráticas que os do sexo masculino, diminui quando as mulheres ocupam cargos de dominância masculina. Ao que parece, as normas grupais e os estereótipos masculinos sobre os líderes anulam as preferências pessoais, de tal forma que as mulheres abandonam seus estilos femininos nesses cargos e atuam de modo mais autocrático.

Entende-se, portanto, com Robbins (*op cit.*), que a presença feminina imprime uma possibilidade diferente de gerenciamento do espaço público, na medida em que a mulher adota um posicionamento mais político no sentido de conquistar o espaço não pela força, pelo poder de mando, mas pela persuasão através da valorização dos que com ela trabalham, estabelecendo, nesse sentido, um posicionamento mais democrático e inclusivo. Pode-se aferir dessa colocação, que a mulher leva para o espaço público características de sua atuação no âmbito privado, familiar, enquanto os homens, num sentido mais amplo, permanecem no seu posicionamento de superioridade pela coerção que o poder lhes confere. Embora essa leitura não seja a única possível, nesse momento nos parece a mais apropriada quando se discute o

embate entre masculino e feminino na disputa pela visibilidade nos espaços públicos, notadamente a política nacional e mais especificamente a municipal.

Observando o contexto histórico de lutas das mulheres no que diz respeito ao espaço privado e público, pode-se afirmar que elas estão, aos poucos, alterando relações cristalizadas e desiguais de poder. Retomando essa discussão e situando-a no contexto brasileiro, é possível depreender que desde o século XIX as brasileiras conquistam pouco e pouco seu lugar, visível, no âmbito público, aqui considerado como o local de trabalho fora do lar, na posição de mulher trabalhadora, remunerada e com direitos assegurados (o que não inclui nessa caracterização as trabalhadoras que ainda desenvolvem diferentes atividades trabalhistas sem que haja uma fiscalização e orientação por parte do Estado que assegure seus direitos). Conquista árdua, haja vista a centralidade do *ethos* patriarcal que ainda rege o domínio do espaço público, condição verificada em nosso *locus* de pesquisa, a cidade de Lages, SC, situação que será vista e teorizada nas discussões sobre a visibilidade feminina a partir da ocupação de cadeiras no Legislativo Lageano.

Os desafios que a mulher enfrenta nos dias de hoje, especificamente no espaço público como uma perspectiva de maior permeabilidade da linguagem pública e política, agregam uma nova forma de expressão que leva a uma reflexividade, de maneira a tornar possível outro perfil do que é público e do que é privado, afirmando uma nova concepção participativa da mulher nestes espaços.

Reatando as discussões sobre o papel que desempenham as mulheres quando assumem o espaço público em situações de comando, por exemplo, e de poder (no caso da arena política), a história acaba por reforçar que o feminino, ao assumir posições e funções não deixa de lado o seus atributos de mulher no sentido de gerenciamento do lar. Pelo contrário, são esses atributos que lhes permitem a conquista de espaço e de visibilidade, principalmente na política, considerando que boa parte das mulheres que se lançam à vida política utiliza como uma das bandeiras de luta a defesa pelos direitos da mulher.

Retomando o contexto histórico da participação da mulher na arena política, o marco dessa participação se dá pela conquista do direito ao voto, em 1932, reflexo dos embates travados pelos movimentos feministas da época. Conquista esta que não determinou o final da luta, pois não acabou com a exclusão da mulher nos espaços públicos, havendo a necessidade de reformulação significativa nas relações de poder entre homem e mulher.

Segundo Alcântara (2006, p. 7-8):

Somente a partir do final da década de 1980, o número de mulheres em cargos eletivos e a participação da mulher nos espaços de representação institucional,

passaram a sofrer alterações, que foram impulsionadas por diversos fatores, dentre eles: o crescimento industrial; o processo de urbanização; a entrada de mulheres no mercado de trabalho; os percalços jurídicos da constituição de 1988, o aumento dos debates de igualdade entre mulheres e homens, a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing, em 1995, a adoção da política de cotas, etc.

Essa conquista colaborou para as mudanças na vida das mulheres, no sentido de romperem algumas das barreiras existentes entre o universo masculino e feminino e fazer com que as mulheres assumissem papéis e espaços antes delegados somente aos homens. Embora a presença feminina seja constante nas campanhas políticas de um modo geral (praticamente todas as siglas partidárias na atualidade incluem mulheres na disputa eleitoral, no entanto, dos partidos mais representativos que possuem evidência feminina podemos destacar o PT, seja no âmbito federal ou Estadual, por exemplo), essa participação, mesmo com a realidade de uma mulher na Presidência da República, ainda é tímida e pouco estimulada pelos seus pares. Talvez isso seja reflexo da estrutura patriarcal conservadora que estabeleceu um arquétipo de sociedade que privilegia a figura masculina no espaço público.

Sendo assim, podemos aferir que a representatividade até então conquistada não foi capaz de oportunizar mudanças substanciais que favoreçam uma maior participação da mulher na política, haja vista que, no Brasil, a necessidade de apresentar candidaturas de mulheres nos partidos políticos só foi evidenciada a partir do momento que ela se tornou Lei. Desse modo, entende-se que a candidatura da mulher continua a enfrentar vestígios da cultura patriarcal ainda radicada nos espaços de poder político, principalmente em pequenos e médios municípios, conforme pretendemos mostrar na análise da participação feminina no legislativo de Lages (SC).

Nesse sentido, vale lembrar as colocações de Silva (2011, p. 27) a respeito da representatividade numérica geral das mulheres em contraponto a sua visibilidade política:

As mulheres são a maioria da população, entretanto, não é o que encontramos nos cargos de representação política. O Brasil é a 8ª economia do mundo, mas ocupa o 106º lugar no ranking mundial de participação política feminina no parlamento. Esta disparidade deve ser alvo de questionamento por parte de todos os movimentos sociais, partidos e sujeitos, que têm a democracia como princípio indispensável. A atual bancada feminina na Câmara Federal é 8,77% do total da casa (45 mulheres em 513 cadeiras). Dos 22 partidos que têm representação na Câmara, 8 deles não elegeram mulheres. Também em três estados nenhuma mulher foi eleita deputada federal: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Sergipe. Na bancada mineira, as mulheres são 1,9% do total. No Senado, as mulheres são 12 dos 81 Senadores. E dentre os 27 Governadores, são 2 mulheres.

Com base nesses dados, observa-se uma sub-representação da mulher nos espaços públicos mais especificamente na política partidária. A prática da política de cotas, combinada

com outras políticas de gênero se constitui em mais uma possibilidade de avanço nas lutas pelo aumento da participação política da mulher nos espaços públicos.

Deve-se levar em consideração que as mulheres carecem ser tratadas como sujeitos políticos e de direitos que contribuem igualmente para o desenvolvimento econômico e social e que têm incidência sobre a vida da mulher e sobre a dinâmica das relações de gênero. No entanto, devem ser pensadas levando em conta essas implicações de sujeito homogêneo que se constitui através das relações.

Para tanto, faz-se necessário um envolvimento de uma rede institucional entre todos os entes federados para a implementação de políticas públicas que venham a assegurar a superação das desigualdades de gêneros no país, permitindo, além disso, instrumentos para a construção de relações democráticas com os movimentos feministas e de mulheres, na criação e fortalecimento de mecanismos institucionais que alarguem a participação das mulheres nas diferentes instâncias sociais. Alguns exemplos desses mecanismos são

[...] as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras (BRASIL, 2004, p. 32).

Contudo, observa-se que muitas dificuldades persistem, as lutas permanecem e “as mulheres representam no Brasil, hoje, 42% da mão de obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal, não considerando o trabalho doméstico não remunerado” (*op cit.*, 2004. p. 37). Dados demonstram que as mulheres representam, hoje, 51% da população brasileira; além disso, apresentam um nível maior de escolaridade que o dos homens; estão se aproximando do índice de 50% da população economicamente ativa; em contrapartida cerca de 70% delas recebem salários inferiores ao dos homens. Segundo estatística, as mulheres chefiam 1/3 das famílias brasileiras e a composição dessas famílias é de cerca de 1,8 % de mulheres.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, no campo político, houve um progresso representativo da mulher no que diz respeito às legislaturas nas últimas décadas, embora nesse cenário ainda enfrentem nuances de invisibilidade nas múltiplas esferas de poder e decisão. Assim, apesar de terem expandido a sua participação nos diversos lugares da sociedade, entre eles o espaço público, e de ser indiscutível a sua atuação na luta pela conquista dos espaços na política nacional, ainda há muito a ser construído, ou, conforme entende Rocha (2012, p. 15): “Avançando para além dos marcos da chamada luta específica a realidade mostra que

precisamos reverter esse quadro da sub-representação, pois não é admissível a construção da verdadeira democracia, sem a participação efetiva das mulheres nas esferas de poder”.

Em outra perspectiva, Soares (2004) define o tripé distinto para a negação de poder historicamente construída em relação à ocupação de espaços públicos pelas mulheres, sendo ele formado pela desigualdade, exclusão e vulnerabilidade, o que contribui para o não poder ocupar espaços e, com isso, adquirir a tão almejada autonomia, levando em consideração que muitos trabalhos executados pela mulher – entre eles os atributos domésticos – são considerados invisibilizados, haja vista que ainda hoje as tarefas da casa, o cuidado com os filhos e a responsabilidade pelo bem-estar familiar são geralmente condicionados à mulher.

Não se trata, aqui, no entanto, de discutir a importância do trabalho doméstico ou como ele é visto, porque as mulheres assumem uma dupla jornada de trabalho na medida em que atuam no lar e buscam a visibilidade pública. O que está em jogo é o modo como essa busca é vista e aceita pela masculinidade e como isso interfere na negação de poderes ao mundo feminino fora do espaço doméstico.

Com relação à participação da mulher em esferas públicas ou privadas, pode-se dizer que ainda hoje existe uma hierarquia que sustenta a ideia de heterogeneidade entre mulheres e homens: para alguns, a mulher não pode desempenhar funções em determinados segmentos, dentre os quais podemos citar a Igreja Católica, que não permite a uma mulher presidir a missão, sendo de exclusiva competência do masculino. Isto não significa que não haja movimentos reivindicatórios pela atuação das mulheres em todas as funções preconizadas pelo catolicismo. Contudo, não se observa nenhuma abertura ou negociação por parte dos setores oficiais da Igreja na contemporaneidade. No entanto, em outras esferas, essa condição vem aos poucos sendo mudada, a exemplo do aparelho jurídico, incluindo a segurança pública e a arena política, setores nos quais a presença da mulher vem tendo mais visibilidade, inclusive em espaços de comando.

Nesse sentido, podemos dizer que especialmente os últimos 30 anos têm sido bastante profícuos no que diz respeito à visibilidade das mulheres não só no Brasil, haja vista o destaque de Cristina Kirchner na presidência da Argentina, por exemplo, e de outras figuras femininas emblemáticas que atuam em espaços decisivos de poder.

Esse processo de lutas e conquistas para sair da invisibilidade e ocupar espaços públicos faz entender que este procedimento de autonomia da mulher só pode realizar-se encravado no processo de emancipação de toda a sociedade. Tendo presente diferentes considerações acerca da transposição feminina dos muros do privado para o público, é necessário refletir mais a fundo sobre essa transposição também para a esfera política,

situação que buscamos analisar, no próximo capítulo, a partir das respostas das vereadoras que ocuparam uma cadeira no legislativo lageano até o ano de 2008.

4 A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO

Neste capítulo, relatamos um breve histórico do contexto político do município de Lages, trazendo as memórias históricas sobre a formação do município e sobre a política lageana para que isso nos dê o contexto da análise, que é a de mostrar a invisibilidade e a presença da mulher no legislativo lageano, a partir de 1959. Esse primeiro momento constitui o contexto social no qual a comunidade se constitui e se desenvolve. Em seguida, apresentamos o histórico do legislativo e, na sequência, buscamos na análise das falas desses sujeitos históricos as conquistas, as tensões e as relações de poder e de gênero que permeiam a trajetória das mulheres vereadoras que ocuparam cadeiras na Câmara de Vereadores de Lages, SC. O referencial teórico até aqui apresentado e discutido, e outros autores que se somam nessa leitura, imbricam-se às considerações pessoais que estabelecemos nesse trilhar os caminhos das vereadoras.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE LAGES (SC)

Trazer para a cena alguns dados históricos da política do município de Lages recupera parte da memória que se encontra adormecida. São poucos os registros encontrados nos arquivos, e os dados que nos são revelados trazem à tona as relações de poder que se estabeleceram entre grupos sociais e econômicos que vêm se alternando no comando político do município, o que também caracteriza o reflexo dos acontecimentos que marcam a política estadual catarinense de um modo geral. Lembramos, no entanto, que por não ser o centro de nosso foco de análise, esse histórico será breve e, com isso, estamos conscientes de que fatores não menos importantes possam ficar fora dessa retrospectiva. Desse modo, buscamos principalmente caracterizar o contexto histórico da política lageana, com algumas inserções a respeito da política estadual, com o objetivo de nos aproximar do objeto de análise.

4.2 LAGES E SUA FORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A expansão de Lages foi impulsionada a partir da chegada dos primeiros europeus que se fixaram no município por volta do século XVIII. O povoamento dos “Campos de Lajens” decorreu da necessidade de se abrir caminhos para atingir as campinas do Rio Grande do Sul, ricas em gado, o que despertava nos paulistas e mineiros a ambição de estabelecer

intenso comércio com os estancieiros gaúchos e, com isso, intensificar o comércio de gado (vacum e luar) na região paulista e mineira.

Os documentos primitivos mencionam a paragem chamada “Lajens”, um pouso de tropeiros que viajavam para São Paulo ou Sorocaba (conhecida desde 1661), levando mulas, cavalos e bovinos. Segundo Peixer (2002, p. 40): “A história oficial marca como início da ocupação da região o século XVIII, em 22/11/1766, quando se instalou na região Antonio Correia Pinto de Macedo, nomeado Capitão-Mor pelo Morgado de Matheus e incumbido de iniciar a povoação na região”.

Correia Pinto, fundador do povoado, era tropeiro, e conduzia tropas de bois de Lages para São Paulo. A maioria dos tropeiros primitivos, mesmo os residentes no povoado, eram portugueses e açorianos, portanto não nativos. Somente mais tarde foi que tropeiros, já nascidos em Lages, exerceram essa tradicional profissão.

Em razão da intensa expansão geográfica, o município foi tendo como base primeira a concentração de terras, quando alguns tropeiros se estabeleceram na região, construindo fazendas e dando início ao latifúndio. Nesse contexto surgem também na região os coronéis, fazendeiros abastados que vão aos poucos centralizando a política social e econômica lageana, situação que adentrou ao século XX.

Guedes (1979), ao referir-se ao desenvolvimento da forma de exercer o poder administrativo na cidade de Lages, ressalta que:

Lages foi, assim no começo, administrada pelos Capitães-Mores Regentes, por muitos anos. Durante o período monárquico após a independência do Brasil, a administração era exercida pelos presidentes do Conselho posteriormente pelos Intendentes, até 1894, já na República. Em seguida o título de chefe do executivo passou a ser Superintendente Municipal, mais tarde mudado para Prefeito (GUEDES, 1979, p. 24).

Essa formação do poder político se concentrava nas mãos dos grandes latifundiários, ampliando o já então existente poder dos fazendeiros, tendo como base a figura do coronel, que surgiu no país, refletiu na nossa região e foi determinante para as relações de poder na província lageana.

Segundo Munarim (1990, p. 23):

[...] os coronéis que antes da República eram senhores absolutos em seus domínios sobre coisas e gentes recobram, depois de um interstício de uma década, a partir da proclamação, o poder de dominação; agora articulados com o Estado autoritário – uma articulação de cumplicidade e interdependência especialmente com o poder executivo – mas bem aparelhado, que dá maior eficiência à dominação e amplia a área de domínio do coronel.

Com base em Munarim (1990), podemos dizer que a partir da figura do “coronel” emerge a estrutura política de poder e dominação, tendo como alicerce a concentração de terras que incide diretamente na submissão econômica e cultural das classes menos favorecidas. Até a década de 1960, a estrutura política lageana esteve ligada a duas oligarquias (Ramos e Costa), com ampla expressão na região e alternando-se no poder até o ano de 1973 (PEIXER, 2002, p. 53). Com isso, as disputas pelo poder político foram inevitáveis, sendo consideradas “disputas e famílias – oligárquicas– que em momento algum, punham em risco a hegemonia dos coronéis enquanto classe” (*op cit.*, 1990, p. 25). Com o advento da Proclamação da República, formaram-se alianças que ultrapassavam o poder político local, aumentando seu domínio tradicional.

Importante observar que, na região serrana de Santa Catarina, dos anos 1930 até final de 1960, segundo Munarim (1990), vigorou o fortalecimento das oligarquias sociais, enquanto que no Brasil observava-se um forte crescimento do populismo. De acordo com Peixer (2002, p. 171): “Essa singularidade da política local pôde-se observar também na década de 70, quando em Lages experimentou-se uma gestão mais democrática e, em nível nacional, viveu-se o auge do regime autoritário”.

Pode-se dizer, então, que a década de 1970 foi uma época de importantes mudanças para a história social e política de Lages, com a quebra da “[...] hegemonia política dos tradicionais mandatários locais” e início de “[...] uma experiência mais voltada para os grupos populares, com os governos de Juarez Furtado (1973-1976) e Dirceu Carneiro (1977-1982)” (*op cit.*, 2002, p. 170). Esse fato político foi considerado um marco na história lageana e determinou o fim da política dos coronéis na região, segundo a mesma autora.

Contudo, o fim das oligarquias, a possibilidade de uma representação política mais popular e as representações políticas de cunho democrático que se instauravam em diferentes regiões brasileiras não foram suficientes para colocar fim ao regime autoritário que dominou a região por tanto tempo. De acordo com Peixer (2002, p. 205):

A década de 80 que representou em termos mundiais a entrada de novos ares políticos pautados na democracia contra sistemas autoritários, em Lages, voltaram a soprar os velhos ventos do sistema autoritário. Contudo, sob novas roupagens e novos discursos que incluíam a participação popular como um de seus enfeites.

Foi desse modo que, em 1982, deu-se uma interrupção no processo eleitoral no que diz respeito à participação de um governo popular, a partir da vitória de um partido que representou o poder das tradicionais elites dominantes – PDS (Partido Democrático Social). Conforme Peixer (*op cit.*, p. 205), o PDS “soube muito bem articular as práticas tradicionais

de cooptação política com a apropriação do discurso de participação”. A partir desse contexto, o cenário político lageano foi assim constituído: Paulo Duarte (1983-1988), João Raimundo Colombo (1989-1992), no ano de 1992 mais uma vez a hegemonia partidária sofreu uma ruptura com a eleição de um candidato voltado para uma administração de cunho popular, Carlos Fernando Agustini (1993-1996). Este último também fez seu sucessor, Décio da Fonseca Ribeiro (1997-2000), que teve como vice-prefeita Terezinha B. Fornari Carneiro, a primeira mulher na história política lageana e que interinamente também esteve como prefeita, chegando ao mais alto cargo no poder executivo no município de Lages. Conforme as palavras dessa mulher política: “Tive a responsabilidade de me tornar a primeira prefeita da história de Lages, onde a interlocução com a sociedade lageana foi plena”.

Em 2000, João Raimundo Colombo volta ao poder lageano, no qual permanece por dois mandatos consecutivos (2001-2004; 2005-2008), tendo como vice-prefeito Renato Nunes de Oliveira, que assumiu a prefeitura para o pleito de 2009 a 2012 (LAGES, 2008).

Enquanto esse estudo estava sendo elaborado, ocorreram as eleições para o mandato de prefeito no período de 2013 a 2016, trazendo mais uma vez a representação feminina na política lageana, com a candidatura de Sirlei Rodrigues como vice-prefeita de Antonio Ceron. Embora não tendo êxito a coligação da qual esta mulher fazia parte, vencendo então o candidato Elizeu Mattos, sua campanha em termos de visibilidade política para as mulheres lageanas foi de considerável importância.

Uma vez apresentado o contexto histórico político de Lages, passamos a descrever os aspectos relativos à Câmara municipal, que foi o *locus* principal deste estudo.

4.3 MEMÓRIAS DO LEGISLATIVO LAGEANO

O poder legislativo lageano iniciou em 22 de maio de 1771, quando o povoado foi elevado à categoria de Vila. Anualmente, elegia sua bancada de vereadores nas Oitavas de Natal, sendo escolhidos seis eleitores que, por sua vez, escolhiam três vereadores. Em dezembro de 1889, essa bancada foi dissolvida para a instituição dos Conselhos da Intendência Municipal. No ano de 1890, foi eleito o Primeiro Conselho, presidido por João Castro Nunes, formação política que prevaleceu pelas quatro décadas seguintes. Em 1930, a Revolução social e política que se deu em todo o território nacional colocou em recesso o poder legislativo por seis anos. As Câmaras Municipais só retornaram às atividades após as eleições de 1936, mas, com o golpe de Estado no ano seguinte, houve novamente o fechamento das Câmaras Municipais. Assim, até 1945, na vigência do período ditatorial, o

poder legislativo foi afastado do eixo decisório da nação nas três esferas: nacional, estadual e municipal. Em 1947, com a instalação da República Nova, foram realizadas as eleições municipais em Lages, com a eleição da primeira legislatura na Câmara de Vereadores deste município (COSTA, 1982). A partir da redemocratização do País, sobretudo com o advento da Constituição de 1988, o poder legislativo recuperou em grande parte o seu papel, que fundamentalmente é o de um órgão representativo e com funções deliberativas.

Nessa perspectiva, percebemos uma retomada do processo institucional do País no momento em que os vereadores tomam para si o dever de proporcionar medidas de interesse da população, resgatando para o legislativo a característica inerente a sua própria existência: espaço de representação da coletividade, poder de fiscalização e de rever as leis e, acima de tudo, a expressão maior da inteligência política, da liberdade de pensamento de um povo (LAGES, 2008).

A composição da mesa diretora da 1ª legislatura até a 13ª era assim formada: presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário. Essa formação teve mudança a partir da 14ª legislatura e ficou assim constituída: presidente, vice-presidente, 1º vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, sendo a composição da mesa eleita por formação de duas chapas, escolhida uma entre os vereadores eleitos, segundo normas vigentes. A estrutura política da Câmara Municipal de Lages no período que compreende esta pesquisa pode ser visualizada no Quadro 1.

QUADRO 1: ESTRUTURA POLÍTICA DA CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES

(continua)

Legislatura	Período de vigência	Número de vereadores		Nome do presidente
		Homem	Mulher	
1ª	20/12/1947 a 30/01/1951	13	0	Aristóteles S. Waltrick Iáud Vieira da Costa
2ª	31/01/1951 a 01/01/1955	13	0	Euclides Granzotto
3ª	01/02/1955 a 02/02/1959	13	0	Surth de Aquino Nicolleli Oscar Schweitzer Lourenço Waltrick Vieira
4ª	30/02/1959 a 30/01/1963	13	1 (1 mês)	Evilásio Nery Caon Licínio V. de Córdova Dorvalino Furtado Aron Kipel
5ª	01/02/1963 a 06/02/1967	13	0	Manoel Antunes Ramos Nilton Rogério Neves
6ª	07/02/1967 a 30/01/1970	13	0	Maury Goulart Iáudio Ramos Floriani Julio César Malinverni
7ª	31/01/1970 a 30/01/1973	13	0	Dorval Macedo Arnoldo Félix Pires

QUADRO 1: ESTRUTURA POLÍTICA DA CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES

(conclusão)

Legislatura	Período de vigência	Número de vereadores		Nome do presidente
		Homem	Mulher	
8 ^a	31/01/1973 a 31/01/1977	16	1	Joaquim Furtado Wolff
9 ^a	01/02/1977 a 31/01/1983	18	1	Carlos Camargo Vieira José Acúrcio Goulart Francisco Ramos Martins
10 ^a	01/02/1983 a 31/12/1988	21	0	Aderbal Antônio Andrade Ivan R. de S Magaldi. Nelson Rogério de Campos
11 ^a	01/01/1989 a 31/12/1982	20	1	Manoel Correa Paulo César da Costa
12 ^a	01/01/1983 a 31/12/1996	19	2	Paulo César Costa Osvaldo Uncini Pedro Filomeno de Abreu Romeu Rodrigo da C. e Silva
13 ^a	01/01/1997 a 31/12/2000	20	1	Jorge Luiz Rosal Luiz Ademar Paes Pedro Elói Bassin Valentim E. Anacleto
14 ^a	01/01/2001 a 31/12/2004	17	4	Jacinto Bet Pedro Eloí Bassin
15 ^a	01/01/2005 a 31/12/2008	10	2	Willy João Brun Filho Arnaldo Manfrói Moraes

Fonte: LAGES, 2008.

Apesar da importância dos dados numéricos aqui apresentados, podemos observar no Quadro 1 que, durante todas as legislaturas, nenhuma mulher ocupou a presidência da mesa. Sendo assim, podemos afirmar que esse foi um espaço de poder eminentemente masculino, onde a maioria dos homens acaba por não eleger uma mulher para representá-los, negando-lhe o poder.

Desse modo, no que se refere à representação da mulher no espaço legislativo, nos reportamos a Young (2006, p. 140), quando coloca que “legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres”. Esse cenário é evidenciado na história do legislativo lageano, quando a minoria representativa é da mulher. No entanto, a autora faz um contraponto sobre as razões dos ativistas que têm a convicção de que a ideia da democracia autêntica é conflitante com a representação e mostra que “nas grandes sociedades de massa, a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática” (*op cit.*).

Pudemos verificar que nenhuma mulher na história do legislativo lageano conseguiu galgar o cargo de presidente, no entanto, fizeram uso de outras funções na mesa diretora, a exemplo de V1 que foi vice-presidente, tendo como 1^a secretária, V5. Também exerceram

essa função V2. e V3.; V4. foi vice-presidente e 1ª secretária e V6. foi 2ª secretária. Ficou evidente nos dados coletados que os espaços de poder estiveram centralizados na mão dos homens e que as mulheres ocupavam cargos com tarefas não decisivas, o que caracteriza um forte predomínio ainda do “coronelismo” presente na região (LAGES, 2008). Os cargos assumidos na mesa pelas vereadoras eram importantes para a Câmara, mas não para a visibilidade das mulheres. Havia, conforme se depreende desse contexto, uma resistência implícita na figura masculina que dificultava a participação das mulheres na mesa para a presidência, o que as legava cargos de menor destaque.

Podemos compreender essas relações de conflito, nos reportando a Scott (1995, p. 91), quando ressalta que isso traduz “[...] exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas elas só são uma parte da minha definição de gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder”. Para corroborar com esse entendimento, Grossi (1998, p. 5) afirma que as diferenças acontecem porque “gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”.

Nesse contexto, a análise centrada no enfoque da ocupação de mulheres no espaço de poder mostra a política de assimetria das mesmas em processos de decisão política. Fica evidenciada essa desigualdade quando os indicadores comprovam que nenhuma mulher foi eleita à presidência da mesa diretora da casa legislativa.

Porém, V7 descreveu que ela foi eleita como vice-presidente e diz: “assumi a presidência em uma sessão na qual seria votado um projeto de lei de autoria do executivo, bem polêmico e os vereadores da oposição queriam derrotar”. E ela prossegue: “e eu, como presidenta teria o voto de minerva. Quando os oposicionistas viram que o presidente se retirou e eu estava assumindo, retiraram-se imediatamente”. Para ela, “foi uma jogada política para não dar quorum à reunião e a imprensa a transformou em atitude machista porque na época era difícil aceitar que a mulher estava chegando ao poder”. E ela continua: “saiu na imprensa, que os vereadores de Lages eram machistas, não acatavam ‘ordens’ de mulher, etc. Fizeram charges em jornais, comigo sentada na mesa diretora e os vereadores calçando botas, saindo do recinto”.

De acordo com Perrot (1988, p. 212):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder,

enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso recontar. Uma história outra. Uma outra história.

A história de Lages (SC) pode ser reescrita através da luta pela equidade de direitos e, com isso, ascender à atuação da mulher nos espaços de poder que se traduz pelo envolvimento dela em organizações, que reforçam também a animação em prol da democracia e a da igualdade, por meio de uma ampla participação na política e nos demais segmentos da população que, sendo afetado de forma direta pela ação política, mantêm-se distante desta (TABAK, 1983).

Para V7, a ação política ocorrida no interior do legislativo lageano envolvendo a mesma se destaca pelas diferenças e desigualdades relacionadas à figura feminina.

Para mim não foi agradável ver transformada em piada uma ocasião que representava o avanço da mulher na participação política. Sempre tive isso ‘engasgado’ em mim e agora me sinto feliz em poder relatar para outra mulher que participa da política, detém um mandato eletivo exercido com brilho e abre caminho para outras mulheres.

Percebemos a importância desse estudo quando retomamos um recorte da história do legislativo lageano, suscitando as memórias das vereadoras e, sobretudo rompendo o silêncio, pois “[...] escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (PERROT, 2008, p. 16). Com isso, permite-se a escrita da história de vida, compreendendo-as e valorizando-as, pois “[...] as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais” (*op cit.*, p. 17), embora esses poucos registros assumam uma conotação complexa se vistos sob a ótica da invisibilidade forjada por uma visão androcêntrica de mundo.

Para referendar a discussão sobre a necessidade de evidenciar no discurso histórico a presença da mulher no espaço público, trazemos Soares (2004) que acredita na importância do Estado como relevante fator de luta contra a existência humana excludente:

O papel do Estado é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça. O Estado nas suas ações não é neutro em relação às desigualdades presentes na sociedade e ao assumir, dentro de sua organização, um lugar para a construção de políticas que visem a igualdade, como são, por exemplo, as coordenadorias ou as secretarias de políticas para as mulheres, também dialoga com concepções que acreditam que a condição de subordinação das mulheres será superada sem que seja imperativa uma ação do Estado, que isto deverá acontecer naturalmente na sociedade. [...] O Estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades e do seu papel determinante nas ações capazes de combater as desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. É indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade (*op cit.*, 2004, p. 114).

Apesar dos poucos vestígios deixados pelas mulheres na trajetória política do legislativo lageano, percebemos pelos depoimentos que ainda persistem alguns nós que dificultam a participação da mulher na política e, sobretudo, na ocupação de cargos no primeiro escalão do legislativo, aspectos visíveis na fala da vereadora acima citada, demonstrando que elas até participam da mesa diretora, mas não no posto mais alto desse poder. Podemos perceber pelo Quadro 1 que a composição da mesa apresenta-se de forma intrincada – sem a presença da mulher – e a cada biênio há uma disputa acirrada de negociações entre os partidos políticos, que lançam candidatos na pretensão de ocupar o mais alto espaço de poder e, na maioria, dá-se preferência aos homens.

Retomando as considerações sobre a não presença ou invisibilidade feminina no poder legislativo lageano, nos situamos com Araújo, quando ressalta que:

O problema da representação das mulheres envolve dimensões analíticas distintas, que vão desde antecedentes comuns de exclusão histórica, passando pelas suas trajetórias sociais marcadas pela condição de gênero e por aspectos relacionados com as condições socioeconômicas, até aspectos do sistema político tais como a cultura política e os sistemas partidário eleitoral (ARAÚJO, 2001, p. 239).

Similar à análise feita pela autora, podemos dizer que as discussões a respeito da presença das mulheres no campo político são relevantes para a construção histórica de maior representatividade, e que estes elementos merecem um (re)pensar, pois o pertencimento a um grupo não significa representar as suas demandas. Neste sentido, podemos entender com Strey, Cabeda e Prehn (2004, p. 26), que:

O exercício do poder repressivo e normativo é simultâneo. A lógica universal, onde alguns definem o “nós”, foi hipócrita porque nem jurídica, nem socialmente a mulher foi considerada como universal. Há todo um estatuto de direitos que criados a favor do homem, não foram reconhecidos à mulher, gerando assim a consciência de sua diferença.

Nessa acepção, faz-se necessário aprofundar a discussão da representação da mulher no legislativo lageano, retomando a história política marcada pelo ideário patriarcal, onde prevalecia o “coronelismo” que muito contribuiu com as disparidades encontradas nos processos eleitorais, advertindo para uma sub-representação da mulher neste campo. Embora as mulheres sejam a maioria do eleitorado, ainda encontram dificuldades em ocupar os cargos de comando no campo político, pela questão cultural e social que perpassa longas décadas e que vem sendo perseguida pelos envelhecidos ocupantes do poder, e que na maioria das vezes atribuem, entre outros fatores, a falta de experiência das mulheres impetrada na área política. Sobretudo, essa resistência algumas vezes inibe uma representação ascendente da mulher no

legislativo, o que poderia contribuir para uma ampla participação da mesma nos domínios do poder político, com destaque específico no poder local, avalizando deste modo a democracia participativa.

4.4 PERFIL DAS VEREADORAS LAGEANAS

Apresentamos aqui o perfil das vereadoras eleitas no município de Lages, trazendo o retrato de cada uma delas, a partir do questionário que considerou: nome, estado civil, grau de instrução, profissão, reeleição, identificação do partido político e cargos ocupados atualmente, além de uma breve trajetória política das parlamentares. Estas informações são úteis para analisar a representação da mulher no parlamento lageano.

Embora a frieza dos dados numéricos aqui apresentados se faça necessária para a obtenção de informações, devemos considerar que o sujeito aqui representado pela figura feminina é delineado por relações sociais específicas. São vidas, trajetórias feitas de sentimentos e contrastes de uma história marcada e vivida que ficou na memória; são lembranças que vêm à tona, transbordando emoções e revelando por meio das respostas ao questionário recortes de uma vivência, com diversidade de identidades e cada uma com sua especificidade.

Para Perrot (2008), os modos de registrar a história das mulheres estão vinculados à sua condição, ao lugar que ocupam na família ou na sociedade, sobretudo à sua categoria de ser mulher e rememorar sua própria história. Nesse contexto, ela faz uma análise das lutas feministas e que, a partir delas, as mulheres ganharam certa visibilidade. Para se fazerem visíveis, foi necessário reunir dados, romper silêncios, estabelecer lugares de memória, e na falta de escritos, buscar depoimentos orais para um resgate da história da mulher. Segundo Zimmermann e Medeiros:

Das questões apontadas pela autora [Perrot] está a dificuldade de mulheres se expressarem sobre suas ações nos acontecimentos públicos, suas resistências e, sobretudo de falarem de si, de dizerem EU devido a educação que inculcou nelas o esquecimento de si para doarem-se principalmente, ao esposo e aos filhos (*op cit.*, 2004, p. 37).

Ainda que as perguntas tenham sido as mesmas para todas as vereadoras, os resultados obtidos reservam uma peculiaridade em cada resposta, o que diferencia as informações trazidas, ancoradas na busca do que estas mulheres viveram, quando mergulham profundamente nas lembranças para falarem sobre suas experiências como mulheres políticas.

Segundo Cortella (2008, p. 15), “[...] há uma diferença em falar *de* e falar *sobre*; quando se *fala de*, fala-se de dentro, como experiência pelo sujeito vivida; quando se *fala sobre*, fala-se de fora, como experiência pelo sujeito ouvida”.

Partindo dessa premissa de que as respostas revelam o vivido, se justifica a aplicação da metodologia escolhida para este estudo, pois nos auxiliou a descrever as experiências das mulheres participantes desta pesquisa. Ao citar as escritas das vereadoras questionadas, observamos, sobretudo, a constituição e as peculiaridades de identidades inerentes a cada sujeito, com destaque às questões individuais e políticas. Buscamos não perder a essência reflexiva das categorias presentes nos discursos descritivos, contudo, o contexto aqui apresentado permite compor os perfis de cada vereadora sob a ótica das parlamentares. Com base nos dados revelados, podemos considerar cada sujeito como um ser social, como uma realidade de maior complexidade do que o retrato que o pesquisador possa representar.

Essa construção de identidade, segundo Avelar (2001, p. 122): “[...] resulta de um processo individual de auto-identificação ou de alguma forma de reconhecimento externo”. Para a autora: “As mulheres vêm construindo suas identidades e coletivas por meio deste processo de reconhecimento recíproco que reforça ‘a estima de si’; identidades duradouras, pessoal e social, que se complementam” (*Id.*).

Embora tenhamos identificado pelo nome todas as vereadoras que atuaram no legislativo lageano, neste momento nos reportamos a elas por suas iniciais, com o objetivo de dar a conhecer, primeiro, os sujeitos da pesquisa a partir das relações estabelecidas quando da participação de ações coletivas, como sujeitos atuantes do processo eletivo, por meio de seus significados e na descoberta de suas experiências que as tornaram uma figura pública.

No Quadro 2, traçamos um perfil social da representação das mulheres vereadoras eleitas no período delimitado entre 1959 a 2008, que compreende a primeira atuação, quando onze (11) mulheres tiveram êxito na campanha eleitoral.

QUADRO 2: PERFIL SOCIAL DAS VEREADORAS ELEITAS – 1959 – 2008

(continua)

Vereadoras Eleitas	Período Eleita	Partido Político	Estado civil	Profissão	Nível de escolaridade
V11	1959	PSD	Outros	Médica	Ensino superior completo
V7	1973/1976	MDB	Divorciada	Advogada	Ensino superior completo
V1	1977/1983	MDB	Casada	Socióloga	Ensino superior completo

Fonte: A Autora (2012).

QUADRO 2: PERFIL SOCIAL DAS VEREADORAS ELEITAS – 1959 – 2008

(conclusão)

Vereadoras Eleitas	Período Eleita	Partido Político	Estado civil	Profissão	Nível de escolaridade
V5	1989/1992	PFL	Casada	Professora aposentada	Ensino superior completo
V2	1993/1996	PRN	Casada	Empresária	Ensino superior incompleto
V4	1993/2004	PFL	Casada	Professora	Pós-graduada
V9	2001/2004	PPB	Casada	Não respondeu	Ensino superior completo
V8	2001/2004	PPS	Divorciada	Professora	Mestrado
V10	2001/2004	PDT	Casada	Enfermeira	Mestrado
V3	2005/2008	PFL	Casada	Educadora física	Pós-graduada
V6	2005/2008	PPS	Casada	Médica e professora	Mestranda em Saúde Pública

Fonte: A Autora (2012).

Com base nos indicadores do Quadro 2, observamos que a maioria caracteriza o estado civil por casada, com terceiro grau completo de escolaridade e formação específica nas áreas de Ciências Humanas. Com relação à filiação partidária ideológica, os dados demonstram uma diversidade partidária e, dessa, constatamos que há predominância da bancada feminina de centro esquerda (MDB, PRN, PPB, PPS, PDT) e as mesmas não possuem relações com movimentos feministas.

Para Avelar (2001, p. 80): “O número de mulheres nas cúpulas partidárias brasileiras é ainda pequeno. Mas, se analisarmos a presença feminina conforme a tendência ideológica dos partidos, entendemos que a maior presença das mulheres encontra-se nos partidos de esquerda”. Para essa autora “[...] os partidos políticos organizados sob o princípio de classes, os partidos menores, alinhados à esquerda, é que incorporam, em maior proporção, segmento representativos das mulheres”. Em contrapartida, Avelar coloca que há pouca participação das mulheres nos outros partidos e que, segundo ela, são constituídos “pelas forças políticas partidárias” (*op cit.*, p. 81).

Com relação à formação acadêmica, V2, que exerceu o mandato na década de 1970, contribui com um depoimento sobre essa questão:

Pessoas que conviveram naquela época no Legislativo eram muito bem formadas, senão intelectualmente possuíam comportamentos e atitudes baseados em uma educação de princípios e valores fundamentados no respeito, na dignidade. Recordo com muita gratidão desses anos. Anos em que homens e também mulheres tinham a palavra dita e não retirada. Homens e mulheres que se esforçam com coragem e esperança pelo bem comum. Com felicidade compartilhei meus ideais e ideias com pessoas de profundo conhecimento acadêmico e também com pessoas simples/humildes com uma bagagem de experiência comunitária muito profícua.

É importante salientar que, de acordo com o demonstrado no Quadro 2, todas as mulheres que conquistaram uma cadeira no legislativo possuíam, no mínimo, nível superior de escolaridade, o que pode ser interpretado, de acordo com Miguel e Queiroz (2006), como uma tentativa de superar o déficit de participação, ou seja::

As mulheres assim como integrantes de outros grupos subalternos, quando entram na disputa por posições de poder e prestígio, se vêem constrangidas a compensar o preconceito negativo que sofrem apresentando uma qualificação superior. A hiperqualificação feminina – mulheres com nível médio de escolaridade superior ao dos homens em posição similar – é detectada em diferentes espaços sociais, entre eles a política. [...] Como a predisposição para disputar cargos públicos cresce de acordo com a escolaridade, o viés negativo de gênero teria de ser compensado com uma escolarização maior. Os diplomas escolares serviriam como um atestado, para as próprias mulheres, de sua competência para ingressar na arena política (*op cit.*, 2006, p. 371).

Dessa forma, a trajetória das mulheres que conseguem ultrapassar as diversas barreiras que impedem a inserção das mesmas nos espaços de poder político pode nos dar a entender que buscam compensar sua minoria numérica com uma maior escolarização em relação aos seus concorrentes masculinos. Observamos que as vereadoras eleitas neste município apresentam uma concentração nas áreas ligadas às Ciências Humanas e Biológicas e à profissões entendidas como femininas, dentre elas a Sociologia, com predominância para a Pedagogia.

Os depoimentos até aqui apresentados revelam que um dos indicativos do perfil social da mulher vereadora de Lages tem sido a formação acadêmica, o que pode ter sido também uma das estratégias utilizadas no acesso ao Parlamento Municipal.

4.4.1 Categorização das respostas ao questionário

No que trata da categorização dos dados coletados, efetuamos uma leitura gráfica dos principais pontos a serem discutidos na análise dos resultados. Entendemos que essa demonstração contribui para a leitura e análise dos dados. Sendo assim, na sequência, apresentamos os resultados que nos permitiram efetuar a interpretação do nosso objeto de pesquisa no que diz respeito à atuação das mulheres vereadoras de Lages, SC.

O Gráfico 1 apresenta o perfil de atuação social das pesquisadas, no sentido de mostrar que as mulheres que entram para a vida política possuem uma história de lutas em prol de direitos sociais.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Fonte: Autora (2012)

Observa-se que 72% das mulheres que responderam ao questionário destacam sua participação em movimentos sociais como conferencista, voluntária em ações sociais, conselheiras educacionais e de saúde, aspecto importante para esta leitura, haja vista que a atuação política requer traquejo social no sentido de compreender os mecanismos que regem as sociedades para poder atuar sobre elas.

O Gráfico 2 apresenta as motivações que levaram as mulheres pesquisadas a entrar na vida política.

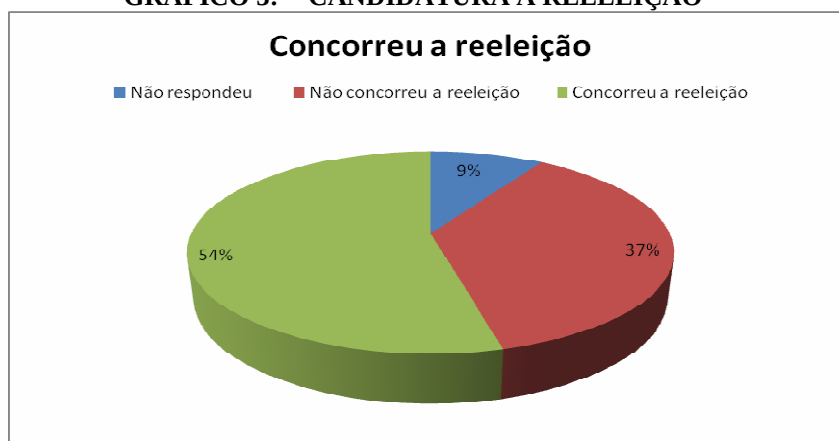
GRÁFICO 2: MOTIVAÇÕES DA ENTRADA NA VIDA POLÍTICA

Fonte: Autora (2012)

Observamos nas respostas, como pontos principais, o idealismo voltado às ações que beneficiassem a população; ser agente de mudanças e transformações; desejo de fazer oposição ao governo militar (período da ditadura); vontade de fazer parte da luta pela defesa

da educação pública e a convivência com o meio partidário; chance de lutar pelas políticas públicas sociais. O Gráfico 3 representa a continuidade dessas mulheres na vida política, considerando a concorrência à reeleição.

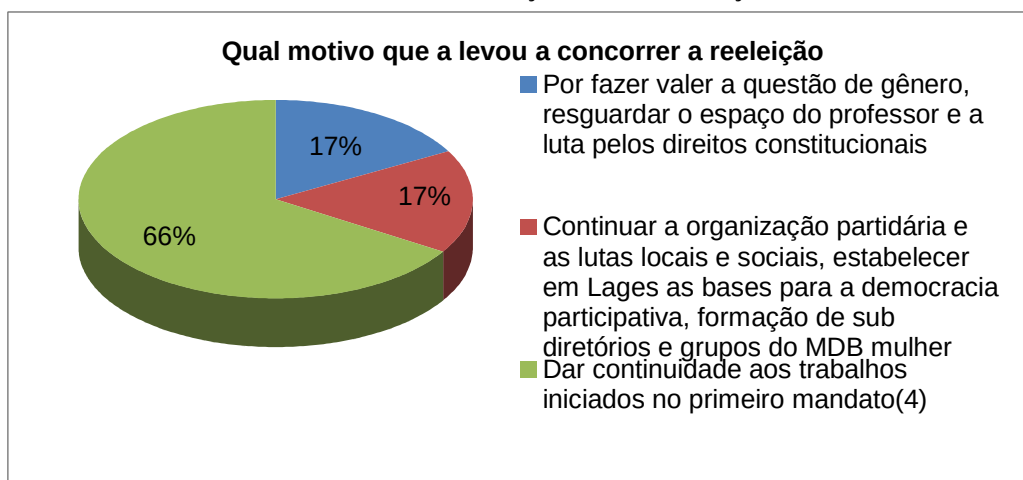
GRÁFICO 3: CANDIDATURA À REELEIÇÃO



Fonte: Autora (2012)

O Gráfico 4 representa os motivos que levaram algumas mulheres a candidatarem-se à reeleição.

GRÁFICO 4: MOTIVAÇÕES À REELEIÇÃO

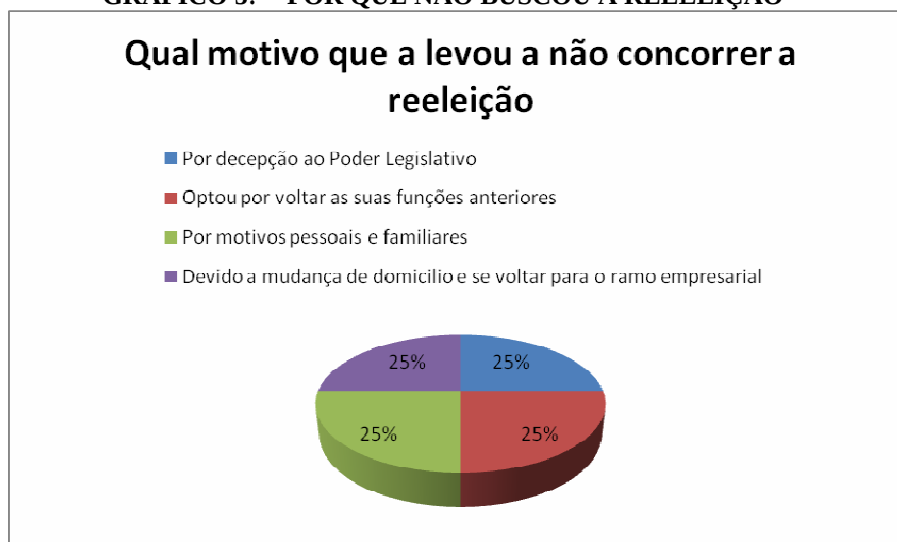


Fonte: Autora (2012)

Observa-se nessas colocações o interesse das mulheres políticas lageanas quanto à necessidade de fazer sobressair as questões de gênero atreladas ao compromisso político com a educação e a representação dos professores lageanos. Esses posicionamentos inserem-se nas lutas sociais e buscam colocar Lages na rota da democracia participativa, o que nos remete a um momento bastante específico da política local, reflexo da redemocratização do país com o fim do regime militar. A importância de continuar os trabalhos iniciados na primeira

legislatura também aparece como destaque nessa análise, o que permite pensar que a adoção de uma postura política e de se tornar política para algumas mulheres lageanas tratou-se de uma questão de princípios e de continuidade. As motivações para não tentar a reeleição estão representadas no Gráfico 5.

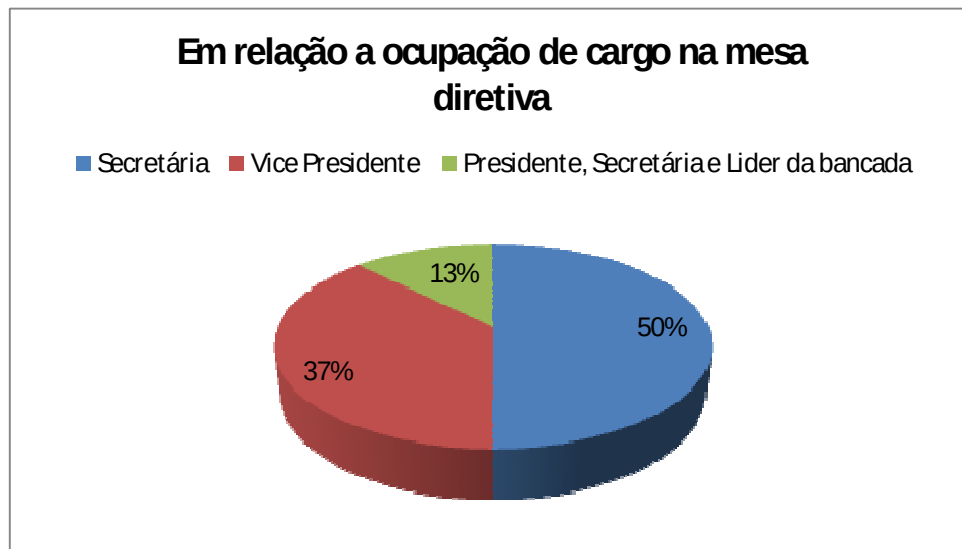
GRÁFICO 5: POR QUE NÃO BUSCOU A REELEIÇÃO



Fonte: Autora (2012)

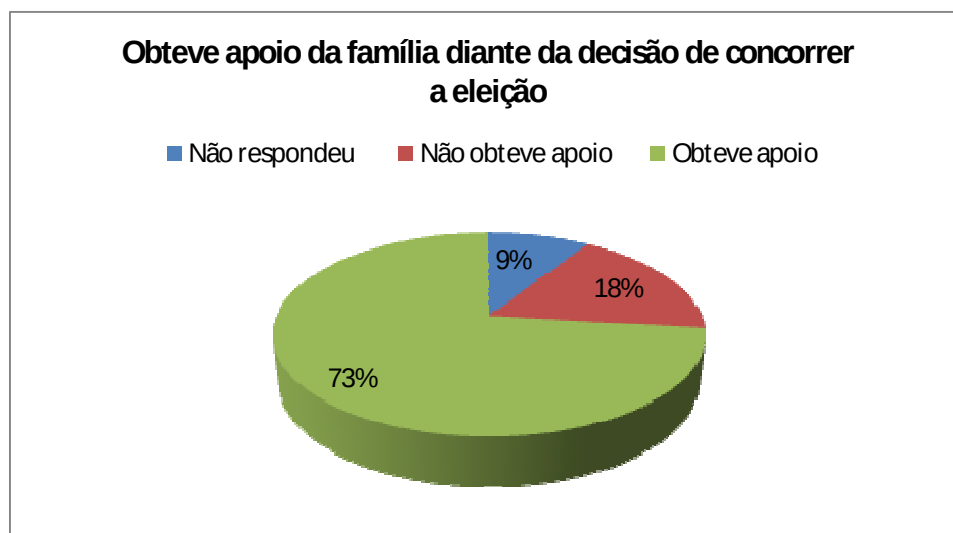
Os dados apontam uma divisão bastante clara das vereadoras que não buscaram os caminhos do segundo mandato, destacando-se 25% delas que saíram da arena política partidária por decepção com relação ao poder legislativo, o que nos leva a inferir que talvez isso tenha ligação com as questões de gênero e de empoderamento que impedem algumas mulheres de assumirem plenamente sua condição de sujeitos políticos, haja vista a permanência de uma visão androcêntrica da política local. A opção por retomar a vida pública anterior à candidatura e consequente mandato também pode ser vista como uma versão desse descontentamento, ressaltado por 25% das entrevistas, o que nos coloca novamente na linha das influências de um pensamento patriarcal que não entende a política como espaço do feminino.

Em relação à ocupação de cargo na mesa diretiva, observamos pela representação gráfica que uma não informou, duas não ocuparam e oito ocuparam tal cargo (Gráfico 6).

GRÁFICO 6: OCUPAÇÃO DE CARGO NA MESA DIRETIVA

Fonte: Autora (2012)

No que diz respeito ao apoio familiar para a candidatura, das onze pesquisadas, em relação a ter o apoio da família para sua candidatura, uma não respondeu, duas assinalaram que não obtiveram tal apoio e por fim oito afirmaram ter tido apoio como segue o Gráfico 7.

GRÁFICO 7: APOIO FAMILIAR

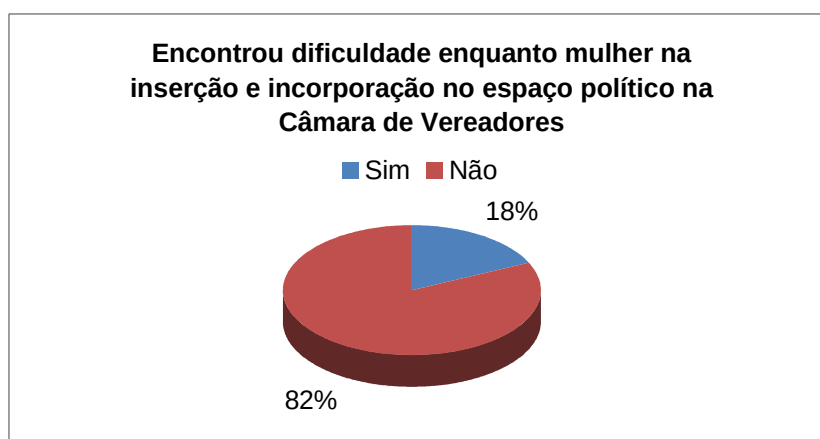
Fonte: Autora (2012)

Com relação à questão que buscou saber se as mulheres vereadoras encontraram dificuldades na inserção e incorporação no espaço político na Câmara de Vereadores, de 11 pesquisadas, 9 responderam que não, apenas 2 que sim. Resumindo, 82% das vereadoras não encontraram tais dificuldades.

Das duas vereadoras, que correspondem a 18%, uma aponta como dificuldade situações específicas às condições femininas e a outra afirma que as dificuldades não dizem respeito ao fato de ser mulher, mas sim, a estrutura de trabalho existente na Câmara sem assessoramento, sem os aparatos tecnológicos que existem atualmente.

Diante deste dado constata-se que apenas 1% das vereadoras apontam dificuldades em seu trabalho devido à questão de gênero.

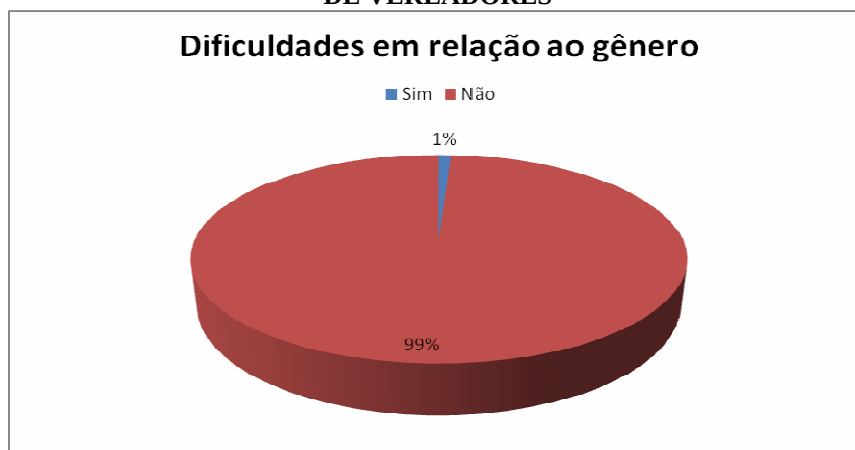
GRÁFICO 8: DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA CONDIÇÃO DE SER MULHER NA CÂMARA DE VEREADORES



Fonte: Autora (2012)

O Gráfico 8 traz uma importante possibilidade de leitura no que diz respeito a imersão feminina no legislativo lageano, situando que esse processo deu-se, na maioria das vezes, de modo pacífico, o que nos leva a considerar se não teria sido uma estratégia velada de manter as mulheres sob controle, aceitando-as não como iguais, mas como mulheres sob uma visão machista que entende-as como seres que precisam de atenção e cuidados e serem tratadas com respeito a fim de mantê-las controladas.

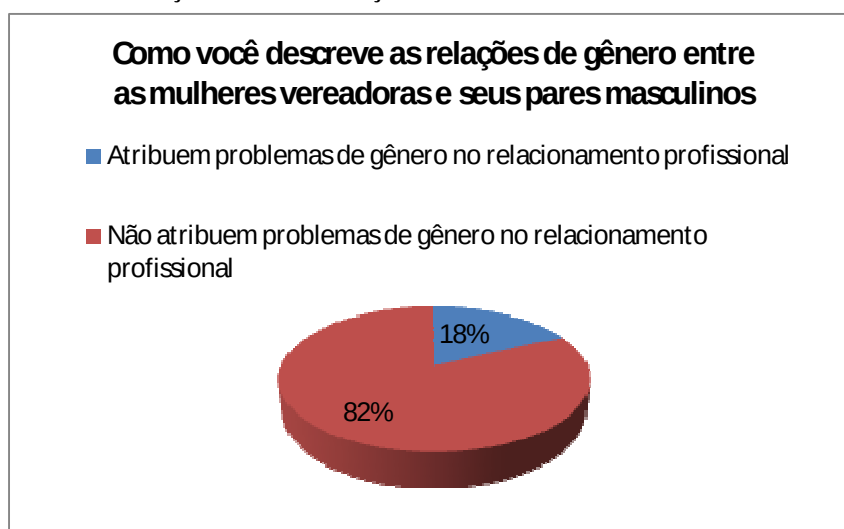
GRÁFICO 9: DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA CONDIÇÃO DE SER MULHER NA CÂMARA DE VEREADORES



Fonte: Autora (2012)

Ao descrever como se estabeleceram as relações entre as mulheres vereadoras e seus pares masculinos temos os seguintes dados, apenas 1% das mulheres que ocuparam cadeiras no legislativo lageano sentiu dificuldades de gênero quanto a sua ocupação de espaço nesse ambiente político partidário, o que, de certo modo, contradiz os dados anteriores que mostram um número maior de mulheres compreendendo que sua imersão nesse espaço político não se deu de modo pacífico e tranquilo quanto se desejava ou parecia.

GRÁFICO 10: DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE VEREADORAS E VEREADORES



Fonte: Autora (2012)

No que diz respeito a relação com os meios de comunicação, o Gráfico 10 representa cem por cento de respostas positivas.

GRÁFICO 11: RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

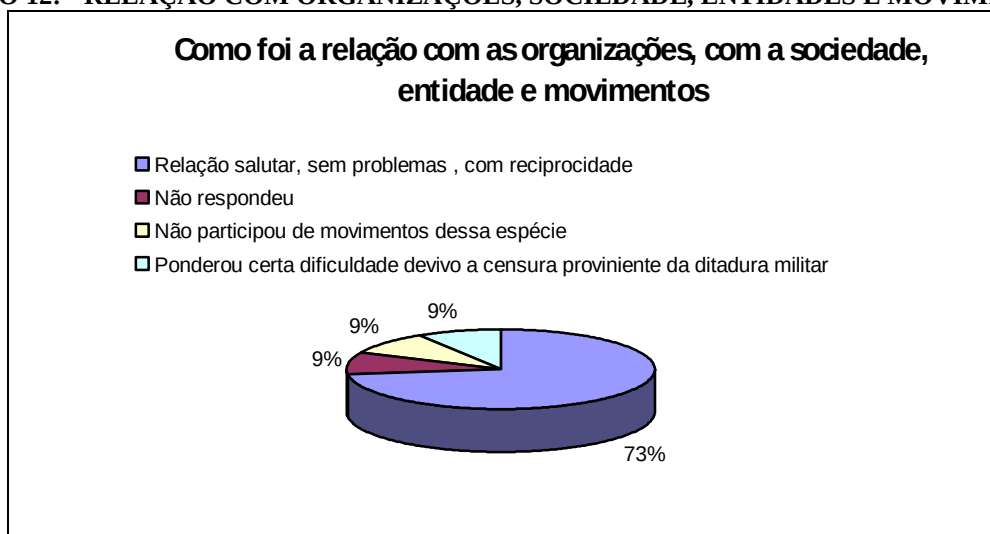


Fonte: Autora (2012)

Em análise, entende-se que a relação entre as mulheres vereadoras e a imprensa lageana desenvolveu-se de modo pacífico e a presença de mulheres na política partidária, em especial no legislativo, foi bem aceita pela mídia, o que revela também a aceitação da sociedade haja vista que a imprensa tem sido historicamente considerada um instrumento de formação de opinião pública.

Na questão como foi a relação com as organizações, entidades, movimentos, com a sociedade obteve-se os seguintes dados:

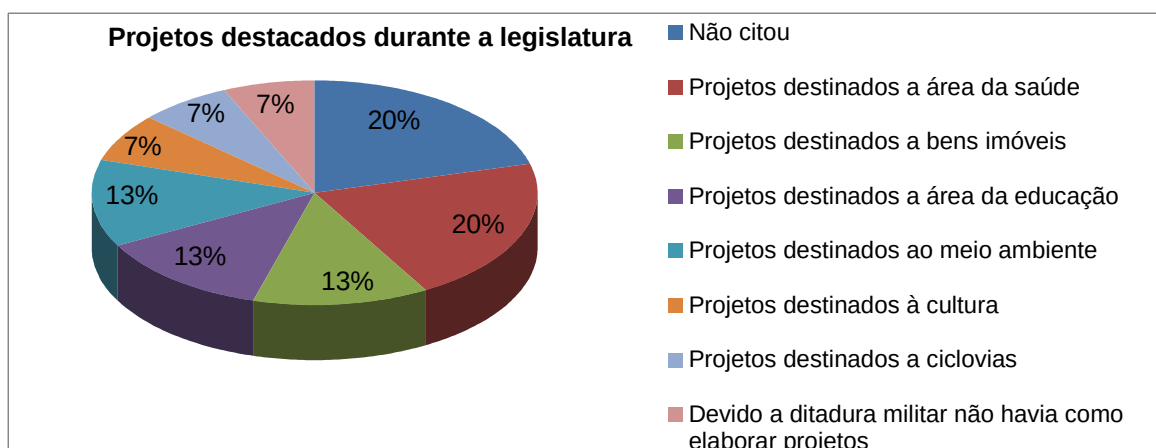
GRÁFICO 12: RELAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES, SOCIEDADE, ENTIDADES E MOVIMENTOS



Fonte: Autora (2012)

Importante observar nessa representação gráfica a ressalva de que a aceitação de mulheres no legislativo, atuando como vereadoras foi, de modo geral, boa. No entanto, é necessário destacar que há respostas apontando para a não participação como vereadora de movimentos sociais e um forte elemento político e social que marcou a história brasileira e refletiu-se sobre todo o território nacional, que foi a repressão comandada pelos militares por mais de 20 anos.

Dos oito projetos destacados durante a legislatura das mulheres pesquisadas e os que foram aprovados temos os seguintes dados representados nos Gráficos 12 e 13:

GRÁFICO 13: PROJETOS APRESENTADOS

Fonte: Autora (2012)

Observamos no Gráfico 13 um amplo campo de representação política por parte das vereadoras em diferentes frentes sociais, destacando-se ações voltadas para a área da saúde, com 21% dos projetos apresentados na Câmara por mulheres, projetos direcionados para o meio ambiente, para a educação e bens e imóveis. Podemos entender que esses dados emprestam o tom dos interesses que moveram as mulheres lageanas que se propuseram a assumir uma cadeira no legislativo local, sendo que muitos dos projetos nos parecem atrelados à prática cotidiana pública dessas mulheres e que antecederam sua imersão na vida política partidária. Considerando esse perfil até aqui delineado, partimos então para a leitura e análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado com as onze vereadoras que cumpriram mandatos no poder Legislativo de Lages (SC) no período delimitado para esta pesquisa.

4.5 A MULHER VEREADORA NO LEGISLATIVO LAGEANO

A representação da mulher no legislativo lageano aqui evidenciada refere-se às legislaturas do período que vai 1959 até 2008, trazendo a configuração das mulheres que participaram do processo eletivo, com destaque para as eleitas à Câmara de Vereadores do Município de Lages, algumas com uma votação mais expressiva do que a dos homens.

A participação feminina nos espaços de decisão e de poder está longe da igualdade representativa que se almeja, e, por isso, continua sendo um grande desafio para a sociedade brasileira, pois as mulheres ainda têm uma representação menor nos espaços políticos. Conforme Machado (2006) nos revela, muitas são as razões que embasam o processo de pouca participação das mulheres no campo político. Segundo essa autora, o fenômeno da

“sub-representação feminina é complexo e fruto simultaneamente, de hierarquia de gêneros predominante na sociedade e cultura política brasileira” (MACHADO, 2006, p. 51).

Como podemos analisar no Quadro 3, avançou-se consideravelmente nas últimas décadas na construção dos direitos das mulheres e na participação das mesmas no processo eletivo, mais especificamente no poder legislativo lageano. Mas isso ainda é bastante reduzido no que diz respeito à representatividade das mesmas na inserção e ocupação dos espaços de poder no parlamento. Para essa afirmação, nos baseamos nos indicadores que mostram a participação feminina no espaço legislativo do município de Lages.

QUADRO 3: NÚMERO DE MULHERES CANDIDATAS E ELEITAS AO LEGISLATIVO LAGEANO
(1947-2005)

Ano	Legislatura	Vereadores por Legislatura	Vereadores Eleitos		Vereadores não Eleitos		Total de Vereadores que participaram do pleito		Suplentes
			H	M	H	M	H	M	
1947	1º	13	13	-	12	-	25	-	-
1951	2º	13	13	-	29	-	42	-	-
1955	3º	13	13	-	39	-	52	-	-
1959	4º	13	13	-	49	02	62	02	02 ²
1963	5º	13	13	-	25	-	39	-	-
1967	6º	13	13	-	14	-	27	-	-
1970	7º	13	13	-	21	-	34	-	-
1973	8º	17	16	01	41	-	57	03	02 ³
1977	9º	19	18	01	71	-	81	05	04
1983	10º	21	21	-	95	03	117	09	06
1989	11º	21	20	01	160	01	180	09	07
1993	12º	21	19	02	174	02	193	15	11
1997	13º	21	20	01	101	-	121	28	27
2001	14º	21	17	04	152	12	169	46	30
2005	15º	12	10	02	73	01	83	35	32

Fonte: Lages (2008).

Essa plataforma política mostra a ausência da figura feminina nas 1ª, 2ª e 3ª legislaturas, correspondentes ao período de 1947 a 1958, estruturada com 13 (treze) cadeiras no legislativo (permanecendo esse número até a 7ª legislatura). Somente na 4ª legislatura (1959-1963) é que acontece a primeira inserção da mulher no cenário político lageano, com a eleição de Wilma Machado Carrilho, que obteve 469 votos e entra para a história, ficando como suplente e, mais tarde, assumindo uma das cadeiras da Câmara de Vereadores de Lages por 30 dias (LAGES, *op cit.*).

² A vereadora W.C. ficou como suplente e assumiu por um mês a vaga na Câmara de Vereadores.

³ A vereadora T. B. F. C. ficou como suplente e assumiu a vaga na Câmara de Vereadores.

Esta precária visibilidade da representação feminina nos espaços de poder pode estar relacionada a afazeres tradicionalmente atribuídos a ela: educação, família – cuidado com os filhos –, direitos humanos, entre muitas atividades a ela destinadas e que não estão vinculadas aos espaços de poder políticos e decisórios.

Para compreender essa sub-representação da mulher no parlamento, Rezende & Palmieri dizem que:

Quando aliamos os números a fatores como a persistência da cultura patriarcal que associa os homens ao espaço público e as mulheres ao espaço privado; o peso do poder econômico no processo eleitoral e o custo crescente das campanhas favorecendo as candidaturas masculinas; o pouco tempo dedicado à ação política pelas mulheres, em grande parte pela sobrecarga de responsabilidades, pelo acúmulo das tarefas domésticas; dentre vários outros fatores, passamos a entender a sub-representação das mulheres nos espaços de poder (*op cit.*, 2009, p. 60).

Vale registrar que, no legislativo municipal, na 5ª, 6ª e 7ª legislaturas, durante os anos do regime militar (de 1963 a 1972), não houve nenhuma representação feminina na disputa eleitoral. Nas eleições seguintes, portanto na 8ª legislatura, que corresponde o período de 1973 a 1977, três (03) mulheres lançaram seu nome à disputa: Margarida Berwig dos Santos Matiotti, Lélia T. Neves Pamplona, Terezinha B. Fornari Carneiro, sendo que apenas Margarida Berwig Matiotti foi eleita, com 913 votos. Nessa legislatura, houve um aumento no número de vagas para a Câmara Municipal, passando de treze (13) para dezessete (17) cadeiras (LAGES, *op cit.*).

O período do regime militar, segundo relato da vereadora V7 “foi uma época difícil. Reuniões eram proibidas, tudo era policiado, movimentos, manifestações, praticamente não existiam”. Até mesmo a comunicação era, segundo a mesma vereadora, efetuada “por metáforas, as atas de nossas reuniões eram obrigatoriamente enviadas mensalmente, para o SNI, órgão repressor da época”.

Saindo de um período ditatorial e entrando na 9ª legislatura (1977-1983), constatamos que houve um aumento na representatividade da mulher na Câmara Municipal, quando cinco (05) mulheres concorreram ao pleito, sendo elas: Terezinha B. Fornari Carneiro, eleita com 1.292 votos, ficando de suplentes Maria da Graça Leal Vieira, Eloy Dinalva Branco, Jafa Gersa Melo e Liliana Marcondes Pinho. Esta legislatura contou com o aumento de dezessete (17) para dezenove (19) cadeiras na Câmara de Vereadores de Lages, SC. (LAGES, 2008).

Nos anos de 1983 a 1988 aconteceu a 10ª legislatura, com um avanço significativo de mulheres participando do pleito eleitoral. Concorreram nove (09) mulheres, das quais seis

(06) ficaram como suplentes: Maria do Carmo Vargas, Anair Veiga da Rosa, Maria Helena Pereira, Ivandina Maria Nunes, Ondina Silva Oliveira e Margarida Berwig Matiotti, que não conseguiu a reeleição e duas não foram eleitas. Novamente houve um acréscimo no número de mais duas cadeiras nessa legislatura, passando para vinte e uma (21), permanecendo com este número de vagas até a 14ª legislatura (LAGES, *op cit.*).

Na mesma fonte encontramos os seguintes dados: na 11ª legislatura, que corresponde aos anos de 1989 a 1992, nove (09) mulheres participaram do processo eleitoral, sendo que apenas uma foi eleita: Nilda Rodolfo Carnevalli, com 910 votos, ficando as outras sete (07) como suplentes e uma (01) não eleita.

Podemos destacar o ano de 1995 como um marco importante na garantia de maior participação da mulher no processo eleitoral, através da criação da Lei de Cotas, que obriga os partidos a reservar 20% das vagas para as mulheres. Porém este fato parece não ter contribuído para o aumento significativo da inserção das mesmas na Câmara de Vereadores. Na 12ª legislatura (1993 a 1996), onde constatamos que quinze (15) mulheres lançaram seus nomes à disputa por cadeiras no legislativo lageano, sendo que apenas duas foram eleitas: Elza Marina da Silva Moretto (1.759 votos) e Maria Lucia Mendes Furtado (1.107 votos), outras onze (11) ficaram como suplentes e duas não se elegeram (LAGES, *op cit.*).

Nessa perspectiva, fazendo uma abordagem de âmbito nacional, Alcântara (2006, p. 17) afirma que: “Já no início do século XXI, o sexo feminino atingiu a maioria do eleitorado. Contudo, este poder majoritário do voto não chegou a transformar a representação por gênero nos diversos níveis da representação parlamentar”.

Para corroborar com o autor, justificamos que, de acordo com Lages (2008), na 13ª legislatura houve um aumento significativo do número de mulheres concorrendo ao pleito eleitoral. Participaram dessa disputa vinte e oito (28) mulheres, sendo que Elza Marina da Silva Moretto garantiu sua reeleição, sendo a mais votada, com 1.306 votos, ficando as demais na suplência. Isso confirma que o aumento de mulheres na participação do pleito eleitoral não garante a sua representatividade no poder legislativo (LAGES, *op cit.*).

Com base em Alcântara:

O crescimento do alistamento eleitoral feminino foi lento mas, na virada do milênio, houve uma reversão da composição do eleitorado por sexo no Brasil. As mulheres, que constituíam uma minoria, passaram a ser maioria entre o universo das pessoas aptas a votar. Entre 1974 e 2004, o eleitorado brasileiro passou de cerca de 34 milhões para quase 120 milhões eleitores. Em parte, este expressivo crescimento ocorreu devido ao crescimento populacional, mas também foram importantes as modificações na legislação eleitoral promovida pela Constituição de 1988, que garantiu o voto dos analfabetos e deu opção para que os adolescentes entre 16 e 18 anos pudessem exercer o direito de voto. As mulheres foram as principais

beneficiadas com estas mudanças e deixaram de ser minoria para se transformar em maioria do eleitorado. Em 1974, havia 12 milhões de mulheres com títulos de eleitor, o que representava 35% dos votantes em potencial. Em 1998, o eleitorado brasileiro atingiu a paridade de gênero, sendo que, em 2004, o número de mulheres com título de eleitor chegou a 61 milhões, superando o eleitorado masculino, atingindo 51% do total de pessoas inscritas para o pleito daquele ano (*op cit.*, 2006, p.16).

Na 14ª legislatura, que foi de 2001 a 2004, houve um marco importante na história do legislativo lageano, com quarenta e seis (46) mulheres candidatas à vereadora. Destas, quatro foram eleitas, marcando com isso uma nova era na expressividade feminina. Foram elas: Elza Marina da Silva Moretto (1.677 votos), reeleita pela terceira vez, Carmem Emilia Bonfá Zanotto (1.828 votos), a mais votada, que ainda hoje continua participando na vida política, ocupando cadeira na Assembleia Legislativa como Deputada Federal de Santa Catarina –, Elenice Borba da Silva (1.311 votos), Maria de Lourdes Reche Ávila (1.050 votos).

Das quarenta e seis que concorreram, quatro (04) foram eleitas, trinta (30) ficaram de suplente e doze (12) não se elegeram. Nessa perspectiva, podemos dizer que a Lei de Cotas que, no ano de 1997 sofreu alterações, garantiu uma política de promoção da igualdade, contribuindo para o aumento na participação e representação de mulheres no parlamento, caracterizando uma nova era na expressividade feminina, contudo, não significou em termos práticos a igualdade representativamente eleita.

Podemos dizer com base em Pinheiro e Queiroz (2009, p. 35) que:

A eleição ou não de mulheres, porém, envolve muito mais variáveis do que a existência e eficácia de uma lei de cotas. Entre as variáveis políticas podemos citar o acesso das mulheres a recursos – financeiros e não financeiros –, a percepção da sociedade sobre a participação das mulheres na política, assim como a permeabilidade dos partidos políticos e do próprio governo às mulheres e às suas demandas.

Para essas mesmas autoras, ainda há muitos entraves que intimidam a participação das mulheres no processo eleitoral. A Lei de Cotas preencheu uma lacuna, possibilitando e exigindo legalmente uma maior inserção feminina na política, mas só a participação pela participação não garante o acesso. Além disso, existem outros problemas a serem enfrentados pelas mulheres, que são o acesso aos recursos financiados pelos partidos e a própria exclusão das mulheres em cargos de decisão nos espaços de poder, pois a citada Lei não estabelece vagas em forma de cota para os cargos de confiança ou comissionados.

Para corroborar com essa opinião, apresentamos a 15ª legislatura, que compreende o período de 2005 a 2008, e que ficou assim distribuída: trinta e cinco (35) mulheres

concorreram a vagas no legislativo, mas apenas duas foram eleitas: Maria Cristina Mazzetti Subtil (1.852 votos) e Mayra Ceron (2.208 votos), sendo trinta e duas (32) delas suplentes e uma (01) não eleita. Nesta legislatura, houve uma redução do número de vagas para o parlamento lageano, passando de vinte e uma (21) para doze (12) vagas. Portanto, muitas mulheres até participam do processo para, na maioria das vezes, cumprir-se com a Lei de Cotas. O acesso à Câmara de Vereadores de Lages, contudo, ainda é restrito, pois a legislação é ineficiente quando reserva vagas de candidaturas e não reserva cadeiras no parlamento (LAGES, 2008).

É sabido que a Lei de Cotas veio para construir uma cultura de participação efetiva e igualitária da mulher em relação ao homem na política de partido, portanto um ideário a ser alcançado. É limitada por restringir-se à garantia de candidaturas, mas de per si, não avaliza mandato para nenhuma mulher. Como se viu até aqui, na história da participação da mulher na política do legislativo lageano, constata-se na última década um crescente número de candidaturas à vagas na Câmara de Vereadores, porém sem aumento efetivo no exercício do mandato feminino.

4.5.1 Participação e acesso à vida política

Considerando o panorama de participação e acesso das mulheres vereadoras no espaço do legislativo lageano, apresentamos aqui alguns dados históricos, além de práticas representativas, como sua militância política e social, aproximações com partidos políticos que constituem elementos centrais para entender a participação e o acesso da mulher neste espaço público, porque constatamos serem estes alguns dos fatores que marcaram a trajetória política destas mulheres e que determinaram o acesso das mesmas aos espaços de poder lageanos.

A ascensão da mulher no parlamento, segundo as vereadoras eleitas, teve as mais variadas perspectivas e peculiaridades, por ser considerado um espaço de interação substancial de protagonismo político, e as mesmas nos revelam o que as levou a participar da política partidária. Esses dados foram analisados na representação gráfica apresentada no início desta discussão.

Sobre o que levou as mulheres pesquisadas a entrar na vida política, as respostas foram: idealismo voltado às ações que beneficiassem a população; ser agente de mudanças e transformações; desejo de fazer oposição ao governo militar (período da ditadura); vontade de fazer parte da luta pela defesa da educação pública e a convivência com o meio partidário;

chance de lutar pelas políticas públicas sociais. Outras respostas consideram o seguinte: - “por seguir as ideias de líderes que me acolheram em sua base partidária”; “devido ao sonho coletivo do MDB de redemocratizar o Brasil”; “necessidade do partido”; “influência familiar e vontade de exercer as reais funções legislativas”. Outra vereadora coloca que a candidatura partiu do convite do ex-prefeito (citou o nome) “que disse que tinha perfil para a vida política”.

A leitura dessas colocações nos remete às considerações de Perrot (2008), no que trata das mudanças de perspectivas sociais das mulheres, situando que houve uma passagem da história das mulheres que tinham visibilidade apenas no âmbito privado, do lar, ou como corpos a serem observados nos espaços públicos em geral acompanhadas e influenciadas pela forte presença masculina. Ao buscarem saída desse espaço restrito, a história dessas mulheres assume conotações diferenciadas resultantes das transformações quanto aos seus objetos e pontos de vista, fatores que as colocam no enfrentamento de uma sociedade patriarcal para conquistarem espaços até então restritos à masculinidade. Desse modo, como entende a mesma autora, de “mulheres vítimas” elas passam para a posição de “mulheres ativas, nas múltiplas interações” que resultaram nessa mudança de perspectiva e de posicionamento frente ao seu papel social e político (*op cit.*, 2008, p. 16).

Numa perspectiva mais assistencialista e fiscalizadora, V2. diz que sua entrada no campo político se deu por meio de um “idealismo voltado às ações que beneficiassem a população e, uma atuação partidária em prol das pessoas mais carentes”. Sua inserção aconteceu, segundo a mesma:

Justamente para poder atuar no legislativo, sendo principalmente uma representante atenta às ações do executivo. No papel que lhe é devido, como agente fiscalizadora, esta é de fato o papel preponderante das muitas funções exigidas ao um (a) vereador (a). Sendo assim, a participação e interferência efetiva no desenvolvimento da cidade, tendo em vista o bem estar das pessoas e a melhoria das condições que envolvem a sociedade civil em sua complexidade (V2).

Reafirma-se nesse posicionamento a mudança de perspectiva apontada por Perrot (2008), de que as mulheres passam a visualizar outras possibilidades de atuarem como mulheres, mas no sentido de estabelecer novos rumos e perseguir novos ideais, notadamente pensando e desenvolvendo ações voltadas principalmente para a área social e assistencial, o que pode ser considerado ainda como um reflexo de todo um contexto de dominação e submissão ao lar e aos cuidados do âmbito privado ao qual as mulheres foram submetidas por séculos de história. Podemos ressaltar também o posicionamento de Beauvoir (1967), quando considera que o confinamento das mulheres a um espaço restrito e distante dos espaços de

decisões contribui sobremaneira para seu condicionamento a uma realidade que, embora oprimente, é a única que conhecem e sobre a qual exercem um certo domínio. Ultrapassar essas barreiras e assumir outros papéis nas esferas sociais, políticas e econômicas é romper as amarras e assumir um outro posicionamento diante da sociedade e sobre si.

Para afirmar esses dados, trouxemos alguns depoimentos das vereadoras eleitas que consideramos mais relevantes para a pesquisa.

Segundo V9, foi “A vontade de fazer parte da luta pela defesa da educação pública e a convivência com o meio partidário”. E que sua inserção no campo político “Foi em decorrência de um trabalho realizado em prol da educação municipal”, ou seja, seus “propósitos sempre foram lutar por uma educação de qualidade na escola pública”. No entanto, V4, quando indagada sobre o que a levou a entrar na vida política partidária, fez a seguinte colocação: “Sigo as ideias de líderes que me acolheram em sua base partidária. Ficam não só as ideias, mas a referência de liderança servidora de tantas pessoas. Me contraponho a algumas teses e ideias quando necessário se faz”. Esse depoimento nos leva para as constatações de Stray, Cabeda e Prehn (2004, p. 18):

A maneira androcêntrica de identificar a humanidade e de fazer das mulheres seres menores, a meio passo das crianças, é muito antiga, remonta à cultura grega. Para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela sua civilização. Com os romanos, em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina, através da instituição jurídica do paterfamilias, que atribuía ao homem todo o poder: sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos. O Direito transforma-se, na civilização romana, em um instrumento de perpetuação dessa assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher. Por isso, ao tentar recuperar a presença da mulher na história, foi necessária a construção de um novo mapa, de uma nova metáfora, desconfiando das categorias dadas como universais e, ao mesmo tempo, privilegiando as singularidades, as pluralidades, as diferenças.

Sobre o que motivou a assumir a candidatura à vereadora, constatamos que as respostas se delineiam nos seguintes fatores: necessidade de fechar a cota e ser protagonistas no processo político da cidade; “por sempre participar de ações sociais e achar que enquanto vereadora poderia incrementar essas ações”; por “convocação partidária”; por fazer valer a presença da mulher e do professor nos parlamentos brasileiros; o gosto pela política aliado à vaga feminina para o partido, bem como o apelo familiar e incentivo dos amigos; “em decorrência de um trabalho realizado em prol da educação municipal”; por ser uma oportunidade de ir contra o regime militar; por ser uma oportunidade a mais de servir melhor a população; para poder atuar no legislativo.

Importante destacar que durante a ditadura militar brasileira muitas mulheres se insurgiram contra a dominação e abraçaram a causa contra a repressão. Para Ridenti (1990, p. 2):

Muitas mulheres tentavam romper, em diversos aspectos, com séculos de submissão ao entrarem para organizações clandestinas de extrema esquerda. Mas não seria correto identificar a ação política das mulheres nos anos 60 apenas com a luta pela ruptura da ordem vigente. Afinal, é óbvio que também o sexo feminino está cortado pelas contradições da sociedade de classes.

Observa-se ainda sobre esse contexto que um dos motivadores para as mulheres saírem do âmbito familiar é sua inserção, primeiro, na vida social comunitária, o caminho que as leva para a vida política de partido como uma possibilidade de continuar as atividades desenvolvidas comunitariamente. Sendo assim, os objetivos que nos movem para escrever a história das mulheres vereadoras implica em considerar diferentes aspectos e fatores de numa sociedade marcadamente patriarcal.

Para Strey, Cabeda e Prehn (2004, p. 18):

Escrever a história das mulheres implica conceber homens e mulheres numa outra racionalidade, compreendendo a que modelo e razão, a que “projeto de verdade” foram instituídos, construídos os sujeitos masculinos e os femininos. A verdade torna-se o que constrange o pensamento a pensar de uma determinada maneira, aquilo que em outros momentos da história, sob outras condições, se pensou ou se pensará de modo diferente.

Isso pode ser verificado nos depoimentos das entrevistadas que trazem diferentes motivações para sua imersão na vida política de partido. Por exemplo, a vereadora V3 declarou que a sua imersão na vida política partidária foi determinada por “influência familiar”, e, também, pela “necessidade de fechar a cota de gênero exigida por lei”, fatores que a levaram a assumir a candidatura à vereadora. Nessa perspectiva, percebemos que foi a única dentre as onze (11) que teve raízes e influência da família de políticos, com base patriarcal. Entende-se que esse vínculo familiar contribui para o revezamento no campo político, favorecendo interesses que colaboram para a sustentação de políticos no poder.

Também em Ridenti (1990) observa-se colocações relativas às mulheres que adotam as causas políticas contrárias aos movimentos feministas da década de 1960, por exemplo, quando muitas se posicionaram sob uma perspectiva conservadora e atuaram a favor do Golpe Militar e sua consolidação.

Foram criados grupos femininos conservadores para “arregimentar a opinião pública para o golpe militar de 1964”, nos principais estados e cidades do país, grupos que revelariam grande capacidade mobilizadora, por exemplo, por ocasião das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que, lideradas pelas mulheres na sua fachada,

arrastaram milhares de pessoas às ruas de todo o país, antes e logo depois do golpe, contando com a adesão de religiosos, de governos estaduais e municipais, bem como do empresariado, inclusive com dispensa do serviço e facilidades de transportes, o que explica parcialmente a participação maciça, naqueles eventos, de camadas sociais médias diferenciadas e até de operários, ligados à Igreja.

Em sociedades com ideologia patriarcal arraigada, como Lages (SC), por exemplo, há sim a possibilidade de que ascensão política de algumas mulheres se dê no sentido de manter o status político da família. Assim, essa trama de interesses políticos se revela entre os familiares nos estreitos laços que criam, fazendo parte do cenário político e, com isso, se estabelecem formas de permanecer no poder, confundindo os espaços: privado e o público.

Quando questionadas sobre qual motivo que as levou a concorrerem à reeleição, as respostas das pesquisadas foram as mais variadas, entre elas descrevemos as mais pertinentes: por fazer valer a questão de gênero, resguardar o espaço do professor e a luta pelos direitos constitucionais, continuar a organização partidária e as lutas locais e sociais, estabelecer em Lages as bases para a democracia participativa, formação de subdiretórios e grupos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Mulher e dar continuidade aos trabalhos iniciados no primeiro o mandato. Das onze (11) mulheres pesquisadas, sete (7) delas concorreram à reeleição e as outras quatro (4) disseram que o motivo de não concorrerem foi: “decepção com o poder legislativo”, “opção por voltar às funções anteriores”, “motivos pessoais e familiares” e “mudança de domicílio”.

Percebemos que muitas são as variantes que levam as mulheres à participação e ao acesso a uma vaga no legislativo lageano, como defesa da educação, seguir um líder partidário que chamou atenção, preenchimento de cotas e influência da família. Pode-se destacar nestas motivações dois critérios de participação significativos. O primeiro, o mais conservador, aquele onde a candidatura emerge no interior da família, tendo a força da tradição familiar na participação política local ou regional. Isso nos parece um fenômeno bastante recorrente na política brasileira. O segundo, mais contemporâneo, quando a razão da participação na política de partido decorre das relações sociais, das práticas profissionais privadas ou públicas, sendo o caso da candidatura que surgiu defendendo a “educação de qualidade na escola pública”, conforme o relato da citada vereadora.

4.5.2 Relações assimétricas entre vereadoras e vereadores

Para entender os processos de legitimação da política lageana e os elementos constitutivos e específicos das relações de gêneros existentes no parlamento, traçamos um breve panorama sobre essa relevante temática. Ancoradas nos questionamentos feitos,

perguntamos como se estabeleceram as relações entre vereadores e vereadoras quando da inserção e incorporação da mulher na Câmara de Vereadores; as relações que se estabeleceram com os homens vereadores enquanto mulher vereadora e ainda como a vereadora percebia durante o exercício do mandato o comportamento dos homens vereadores em relação a sua condição de ser mulher vereadora e vice-versa.

Adotamos como princípio de análise o referencial teórico construído nos capítulos anteriores e nos reportamos às palavras de Adrião a respeito dos estudos sobre mulheres, questões de gênero e feminismo, situações que envolvem contextos diferenciados, mas que não podem perder de vista a secularidade de marginalização, invisibilidade e confinamento das mulheres aos espaços privados. Quando se trata de discutir e analisar a presença de mulheres no legislativo lageano implica em contextualizar esse processo sob diferentes perspectivas, ou, como entende Adrião (2008, p. 40):

Refletir sobre o feminismo, através de autoras como Joan Scott (2002), sobre a história da França, e Maria Luiza Heilborn (1999), no Brasil, revela o ponto de vista de que houve, no percurso deste movimento, a consolidação de estratégias pautadas num modelo moderno de indivíduo, portanto historicamente datado. Nestes termos, o projeto societário feminista teria, intrinsecamente, que conviver, como apontado por Scott (idem), com um paradoxo interno, o de lidar com a diferença de sexo como estratégia política. Ao longo dos anos, a forma de reivindicação por direitos à cidadania das mulheres acompanhou a mudança de estratégias, oscilando entre questões de igualdade ou de diferença. Entretanto, estas continuaram orientadas em torno de uma diferença que justificava a própria argumentação da desigualdade, qual seja a de que os homens seriam cidadãos plenos e as mulheres não, apoiando as argumentações de sustentação de políticas de exclusão dos governos, em épocas distintas e em diferentes países, em torno do sexo.

O contexto e tempo de repressão no qual secularizou-se a ideia de mulher como sexo frágil e que portanto não pode assumir uma vida pública e ocupar espaços de poder e de cidadania possui diferentes matizes de acordo com os acontecimentos sociais, políticos econômicos e culturais vigentes em cada época. Conforme entende a mesma autora (*op cit.*, 2008), a trajetória do feminismo, movimento que notadamente contribuiu para tirar muitas mulheres da invisibilidade planejada a que foram submetidas, acompanha as mudanças da sociedade. Esse contexto que se delineia em cada época também se reflete nos estudos sobre a inserção das mulheres na política lageana, o que nos permite também entender a política nacional, é marcado por contradições e por dificuldades de adaptação tanto das mulheres quanto dos homens à realidade de que algumas mulheres foram capazes de subverter a ordem vigente e assumir uma vida pública voltada para a política de partido.

Quando questionadas se encontraram dificuldades na inserção e incorporação no espaço político na Câmara de Vereadores, de onze (11) pesquisadas, nove (9) responderam que não e apenas duas (2) que sim.

Das duas vereadoras que responderam sim, uma aponta como dificuldade situações específicas às condições femininas e a outra afirma que as dificuldades não dizem respeito ao fato de ser mulher, mas sim à estrutura de trabalho existente na Câmara, sem assessoramento, sem os aparatos tecnológicos que existem atualmente. Cabe ressaltar que as duas vereadoras legislaram na década de 1970.

A vereadora V1 abre para uma discussão interessante sobre essas relações de gênero, pois, segundo, ela existiram três fatores que dificultaram a inserção da mesma no legislativo, sendo linguagem, maternidade e o respeito:

Linguagem: “Fui empossada duas vezes como **vereador** (grifo dela). Quando o presidente promoveu solenidade para distribuir cartões de visita aos vereadores, recebi o meu contendo “vereador”. Pedi a palavra pela ordem, agradei e devolvi. A justificativa é que não existia a palavra “vereadora” no dicionário, respondi que esta era uma forma de discriminação contra a mulher, e que o verdadeiro dicionário é o povo que faz. Mesmo assim fiquei sem cartão. Maternidade: Nós tínhamos uma filha nascida em 71 e durante o mandato nasceram mais dois (nascidos em 78 e 79). Sem creche. Sem licença maternidade e conciliar os filhos pequenos com as responsabilidades do mandato foi um grande desafio. [...] Respeito: havia determinado vereador que sempre portava em plenário uma pasta com um revólver dentro. Estávamos os dois numa calorosa discussão ideológica que causou tamanha irritação em meu colega que o levou a bater sua pasta em cima da mesa. Vários dos presentes se esconderam debaixo das mesas achando que um tiro havia sido disparado. O interessante é que enquanto vários homens se esconderam, a única mulher em plenário se manteve em pé.

O depoimento da V1 nos leva a considerar essa fala de um modo diferenciado, porque nela nos parece haver uma espécie de resumo das lutas das mulheres para conquistar espaço, não perder o foco de ser mulher, mãe e sujeito social e, enfrentar os desafios inerentes a uma imersão pelo mundo da política que tem como uma de suas características a forte presença masculina. Analisando o depoimento de V1, percebe-se a ênfase dada às questões de gênero como aspectos que marcaram sua trajetória na Câmara de Vereadores de Lages (SC), em especial a violência explícita de um dos colegas vereadores em relação ao posicionamento ideológico da colega legisladora, sendo emblemática a figura do coronel metamorfoseado em vereador, que se impõe pela força ideológica e pela truculência em portar uma arma de fogo e deixá-la à mostra como sinal de poder e de força, em especial em relação à mulher que ocupa um espaço ideologicamente considerado como lugar de homens. Somam-se a isso as questões relativas à linguagem e à condição de ser mulher como elementos repressores que acabam por inviabilizar e impedir a participação de mais mulheres no campo da política partidária.

De acordo com Strey, Cabeda e Prehn (2004, p. 25):

Não foi somente o poder repressivo que atuou sobre a mulher, que a transformaria um quase nada, sem voz nem discurso, em conceito negativo. Mas o outro poder, o normativo, incitador de discursos, de saber, que propalou discursos numerosos sobre a mulher e neles se outorgou identidade, configurou-lhe sua posição e seu papel social. O discurso jurídico-político, o psiquiátrico com a histerização do corpo feminino, o pedagógico, o médico com sua postulação ginecológica, criaram o que hoje se entende por maternidade. Mas também a moral, a filosofia e a arte produziram “a mulher”, ordenando-a em suas estratégias policiais, convertendo-a em alguém *definido pelo outro* – o homem (*op cit.*, p. 25).

Podemos aferir que os desafios a que a mulher se habilita para conquistar um espaço público, como uma perspectiva de maior permeabilidade da linguagem pública e política, agregam uma nova forma de expressão que a leva a refletir sobre si e sobre o outro.

Para Alves (2012), esse fenômeno não está relacionado com o baixo número de mulheres aptas e dispostas a participar da vida política partidária e, sim, deve-se ao fato de que os partidos são organizados sob a ótica masculina e, portanto, são poucos os espaços que se abrem para que as mulheres estructurem suas campanhas, ocorrendo, em razão disso, a pouca representatividade feminina no parlamento brasileiro.

Também podemos considerar que a participação da mulher na política, ou em outras esferas, não a impede de manter a singularidade, a perspectiva de ser mulher e, portanto, valorizada como tal.

De acordo com Simões (1985, p. 139):

[...] aquelas mulheres ao se lançarem na política não rompem seu papel idealizado de mães e esposas e com os modelos idealizados de mulher. Pelo contrário, é através desses ‘atributos’ que se julgam capazes de militar e que dão ‘autoridade’ à sua presença na esfera da política.

Ressalta-se nessas colocações, e também na fala da vereadora, a necessidade das mulheres que ingressam na vida política de também manterem suas atribuições doméstico-familiares. Neste caso, poderíamos retomar a intencionalidade - uma das questões adotadas por Ortner para estabelecer o conceito de agência – como elemento que auxilia na compreensão da mulher lageana como agente de si, de sua prática e da ação que modifica todo um contexto. Embora não deixem de lado as peculiaridades femininas e as responsabilidades inerentes ao sexo feminino, segundo uma questão cultural, essas mulheres assumem um posicionamento, como a busca pela imersão na política partidária.

Para Ortner (2007, p. 52)

[...] em agência, intencionalidade poderia incluir enredos, planos e esquemas altamente conscientes; metas, objetivos e ideais um pouco mais nebulosos; e,

finalmente, desejos, vontades e necessidades que podem variar de profundamente encobertos a bastante conscientes. Em suma, intencionalidade como conceito quer incluir todas as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito.

Vale destacar que a citada vereadora exerceu o mandato na década de 1970, quando ainda era muito tímida a discussão sobre gênero e, portanto, são nesses processos que emergem relações sobre preconceitos, estereótipos, discriminações variadas, muitas vezes com prejuízo para as mulheres.

Para a mesma vereadora essas relações:

Não eram nada fáceis. Um mistura de irritação com admiração. A história e cultura de submissão atingem violentamente a imagem de todas as mulheres. Sempre mantive postura de igualdade adquirida pelo voto popular. Por sentir essa responsabilidade sempre exerci os mandatos com esforços e seriedade [...]. Alguns colegas naquele tempo manifestaram admiração pela minha coragem, mesmo discordando das idéias.

Essas relações conflitantes entre homens e mulheres contribuem sobremaneira para a obtenção da conquista de espaços políticos e de poder decisivo, permitindo modificações ideológicas consideradas dominantes.

Assim, tem-se que mulheres e homens, na qualidade de representantes de diferentes categorias de gênero, desenvolvem as relações constitutivas da totalidade social em uma *sociedade*, organizada e sob o poder do Estado – por ela eleito e sobre o qual ela tenta interferir de diversas formas, utilizando-se do seu poder –, cuja realidade é heterogênea e contraditória (CARVALHO, 2000, p. 3)

Para Carvalho (2000), essa contradição se estabelece nos espaços de poder onde as relações se constroem e os conflitos se incitam, onde as disputas políticas se afloram. Em contrapartida, a vereadora V2 não percebeu nenhuma diferença ou rejeição. Pelo contrário, sentiu-se protegida, expressando um pouco de melancolia quando lembra do tempo vivido no parlamento:

Em momento algum subestimaram minha capacidade. Muito embora a existência do machismo não era novidade para ninguém, suas raízes fortes e vigorosas preenchiam (e ainda preenchem) o cenário cultural vigente. Quem sabe a proteção e o cuidado com minha pessoa/mulher ocupando cargo de representatividade política, poderiam ser o reflexo do ápice de um machismo velado ou às avessas. Pois, me sentia protegida, respeitada e admirada por todos. Inclusive criei laços fortes de amizade com meus colegas e que ainda hoje perduram com um sentimento fraterno imenso. Tenho lembranças positivas e certo saudosismo quando recordo dos tempos que passei na Câmara.

O mesmo aconteceu com V4 apesar de ter uma visão mais crítica da condição de ser mulher e perceber que o homem ainda domina esse espaço:

Nas atividades parlamentares a relação sempre foi muito amistosa e respeitosa. Minha força e trabalho como professora e também como professora universitária, muito contribuiu para que não se estabelecesse ‘quebra de braço’. Mas, na política o poder está ainda bastante concentrado na figura masculina. Mas, estamos inaugurando tempo novo quando se constata o número expressivo de mulheres que, gradativamente se candidatam e ocupam espaços no poder político.

Importante observar que essa vereadora tem a percepção de que o poder político ainda se concentra na imagem masculina, situação reiterada por Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Segundo ela: “[...] A composição partidária brasileira reflete o patriarcalismo da sociedade”. Sendo assim: “[...] Todo o processo político acaba sendo muito desestimulante para a mulher”. O depoimento de V 4 se atrela, em alguns aspectos, ao relato de V2 porém, com uma visão diferenciada da aceitação por parte da ala masculina do legislativo lageano:

Conquistei meu espaço, obtive uma parceria digna e promissora com os homens vereadores. Todos, sem exceção, eram colegas cordiais, sempre solícitos em tudo que necessitava. Creio que eu não era considerada uma ‘ameaça’. Também nunca fui subjugada, muito pelo contrário, sempre obtive a estima e o respeito de todos”.

Ambos os depoimentos nos remetem à ideia de poder e agência das relações que se estabelecem nesse processo. Para Foucault (1976, p. 8),

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Desse modo, podemos questionar se essa “proteção” não teria sido uma estratégia do masculino para encapsular o processo de visibilidade da vereadora. Ou seja, o protecionismo masculino sobre a mulher pode ser uma forma de reprodução da dominação masculina sobre o feminino. Essa análise é corroborada pelas palavras da própria vereadora, ou seja, um sujeito que vivencia uma determinada situação, mas está ciente de que algo nessa relação entre opostos – embora motivados pela política – não soa bem. A análise, portanto, de uma situação de poder que permeia as relações sociais é feita pelo próprio sujeito no momento de sua atuação: “Quem sabe a proteção e o cuidado com minha pessoa/mulher ocupando cargo de representatividade política, poderiam ser o reflexo do ápice de um machismo velado ou às avessas” (V2).

Para Strey, Cabeda e Prehn (2004, p. 27), ao analisarem as questões de poder em Foucault, no

[...] caso da mulher, por razões sociais e sexuais [esta] deve estar junto ao homem. Sua reclusão será grupal, não gestará massas incontroladas e reclusas mas o lar, prisão pessoal que oculta uma verdadeira circunscrição carcerária, camuflando-se em santuário, privando-a da solidariedade das outras marginalizadas. É então que o “carcereiro” inventará virtudes “femininas” para disfarçar a reclusão: entrega, sacrifício calado.

Outro aspecto a ser analisado no que diz respeito às colocações anteriores, liga-se à questão da escolaridade como também uma relação de poder que, neste caso, é utilizada, ainda que talvez não de modo consciente, pela vereadora para assumir uma posição de superioridade em relação aos seus colegas homens. Ou seja, no caso da política e relacionando o depoimento de V4, o nível educacional mais elevado do que o dos concorrentes e da maioria dos colegas do legislativo contribui para que ela encontre um espaço, que ganhe um certo respeito porque tem um atributo a mais.

Esta função na sociedade contemporânea tem reconhecimento público. Entretanto, mesmo com este respeito, a vereadora reconhece a concentração do poder na esfera do masculino. Essa discussão nos remete a Bonetti (2003, p. 184), quando afirma “[...] que o campo político é um espaço semântico eminentemente masculino” e isso implica em “[...] considerar os valores que o compõem e os seus atributos de gênero. Significa, ainda, afirmar que tais atributos, que o dotam de sentido, são culturalmente associados ao masculino”.

Adotando a mesma linha de pensamento, outra legisladora, afirma que:

Tivemos um bom relacionamento com nossos pares do sexo masculino, nunca sentíamos discriminação em relação a gênero ou sexo em momento algum. Até porque pela primeira vez éramos quatro mulheres eleitas em Lages. Na verdade, sentíamos que a presença feminina conseguia mais habilmente conciliar certos conflitos, ponderando certas situações com mais calma e tranquilidade (V8)

Nesse contexto, uma observação menos acurada nos permite dizer, a partir das afirmações de algumas vereadoras, que, no parlamento, homens e mulheres se relacionam de forma a estabelecer um conjunto de vínculos amistosos, por meio de ações concretas que implicam na própria concepção da construção do sujeito político imbricado. E esse entendimento resulta na interação entre os sujeitos que conseqüentemente formam-se em pressupostos ligados a conceitos de gênero, por ser uma questão relacional.

Sob essa perspectiva, pudemos constatar que as respostas são definidas num contexto histórico, cultural e relacional, no qual o papel da mulher na sociedade se modifica conforme os valores éticos e morais conformam os pensares sociais. Nesse sentido, podemos inferir que a questão de gênero nas relações entre vereadores e vereadoras é velada e datada. Os homens e as mulheres que fazem parte desse cenário vêm de uma geração cujos valores e costumes

impregnados na sociedade são da amabilidade masculina para com as mulheres e, às mulheres, cabe a aceitação dessa atitude já naturalizada quanto à relação masculino/feminino.

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da reconstrução do discurso histórico no sentido de dar visibilidade às mulheres que assumem diferentes posições consideradas como lugar do masculino. Em outras palavras, e adotando o pensamento de Colling (2004), entende-se que a história, se vista sob outra ótica, diferente do discurso masculino que invisibiliza a mulher, mostra que as relações sociais, de configuração mais ou menos perspicazes, vão tomando forma na condição de ser mulher, numa sociedade de certo modo construída sob a visão masculina, sendo a história a mais emblemática dessa condição. Conforme entende Colling (*op cit*, p. 13):

[...] a história das mulheres é uma história recente, porque, desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis. Responsáveis pelas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a *diferença* entre os sexos, transformando-a em *desigualdade*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos.

O discurso da maioria das vereadoras em relação às questões de gênero parece confirmar essa ideia na medida em que a dominação ocorre de modo sistêmico e de certo modo sutil, quando os vereadores aceitam a presença das mulheres no legislativo e até contribuem para que essa presença seja pacífica e de certo modo harmoniosa. Não podemos nos furtar à ideia de que talvez a intenção tenha sido essa mesma. Contudo, face às diferentes perspectivas entrevistas no decorrer da pesquisa, também não podemos deixar de refletir se essa recepção serena não esconde um poder que se impõe aos poucos. Sob essa ótica, pode-se destacar que as mulheres vereadoras não são tratadas como iguais e sim com a tolerância que cabe à condição de mulher e é nisso que vemos presente a questão de gênero. “As desigualdades de gênero são, assim, reveladoras de uma série de mecanismos que restringem a realização efetiva de uma política mais plural” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 672). Sendo assim, fica nítido que as mesmas não percebem que a discriminação está naquilo que para elas já é cristalizado como comportamento natural, qual seja, o comportamento amável dos seus pares masculinos que as tratam segundo a cultura histórica e social da condição feminina.

4.5.3 Práticas políticas

A historiografia das vereadoras eleitas no município de Lages e por elas narrada, registra dados significativos sobre as práticas e a atuação da mulher no poder legislativo. Este registro possibilita trazer à luz e dar visibilidade a alguns elementos relevantes, mostrando suas articulações e projetos implementados enquanto estiveram na vereança, representando democraticamente os anseios da população lageana e o desempenho da atuação feminina neste âmbito de poder.

Vale registrar um marco importante no cenário político da atuação feminina em Lages, que foi o contato com as onze (11) vereadoras, que puderam, de forma descritiva, através de sua trajetória política, delinear suas práticas, ações e lutas, enquanto estavam vereadoras, para de modo enriquecedor sustentar esta pesquisa.

Começamos pelo registro de V8 que legislou no período de 2001 a 2004, e traz algumas de suas atuações, dizendo respeito à criação do Código Ambiental, sendo elucidativa nesse sentido: “O Código Municipal do Meio Ambiente foi o projeto que mais se destacou, tendo em vista ainda, até aquele momento Lages não possuir um”.

A mesma vereadora (V8) continua referindo-se aos seus projetos: “Dentre meus projetos, o que mais destaque como uma perda para o município foi o de Educação Especial que lamentavelmente só não foi aprovado em decorrência de divergências político-partidárias de alguns vereadores”. O projeto defendido por esta vereadora se tratava da construção de um grande centro de educação especial só para atender alunos portadores de deficiência física e mental. Naquele momento histórico, discutia-se muito a implementação de uma política de educação inclusiva, não de forma segregada como era proposto pela vereadora. Desta forma, não foi aprovado o projeto, não por ser advindo da base oposicionista, mas porque ia de encontro a uma política inclusiva, haja vista que a educação especial é uma política educacional e definitivamente assumida no Plano Nacional de Educação.

Outro projeto que teve “impactos relevantes” foi “a questão da revisão que tratava da carreira do magistério municipal” (V8). A referida vereadora não informou se esse projeto teve ou não êxito.

Do ponto de vista de V4, seus projetos proeminentes foram: “a criação da Câmara de Vereadores Itinerante, ciclovias nas ruas e avenidas de Lages, e a luta pela criação da Universidade: UNIPLAC”. Para ela, no entanto:

Os projetos, as ideias, as matérias legislativas são difíceis de se efetivarem. Mas, a UNIPLAC é uma Universidade. Muitos atores fizeram este projeto vingar. A própria UNIPLAC se fez Universidade. A Câmara de Vereadores de Lages ainda hoje se

utiliza deste importante projeto de câmara itinerante para realizar sessões itinerantes junto as comunidades, e estar mais perto do povo, para ouvir suas reivindicações.

Sobre essa apresentação, é oportuno acrescentar algumas observações: embora o legislativo tenha poderes, porém limitados, é possível por meio de lutas e engajamento materializar as ideias e ideais, pois segundo a vereadora em destaque nem sempre se ganha: “para ganhar e conquistar credibilidade, tive que perder algumas vezes no campo das ideias e na disputa do poder” (V4) Outro aspecto a ser considerado aqui é que muitos projetos que têm iniciativa numa determinada legislatura venham a se concretizar em outra. Como é o caso das ciclovias, que foram solicitadas pela vereadora V4, na 13ª legislatura, e só hoje são realidade em nosso município.

Para a vereadora V1 alguns projetos mereceram destaques durante a sua legislatura, que foram: “Leis populares aprovadas por unanimidade e precedidas por amplo debate popular nos bairros, incluindo orçamento participativo, agentes de saúde, etc., código tributário do município, as emancipações de vários distritos de Lages, se tornando municípios”. Nesse período em que a vereadora legislou, em 1997, aconteceu a ruptura política, ideológica e consequente reconfiguração do poder local. Para Peixer (2002, p. 174), é neste “[...] contexto de agudização da crise que se iniciou a gestão ‘Lages: a força do povo’ - gestão popular e participativa. A administração procurou implantar uma gestão participativa e alternativa para enfrentar a crise econômica e urbana”.

Fica evidente a relação dos projetos aprovados nesse momento histórico, comprovando uma prática que se delineava na busca de alternativas econômicas, centradas na área agrícola. Segundo Peixer (2002, p. 185), alguns princípios organizacionais norteavam essa administração tais como: “[...] na organização das localidades rurais, formando os núcleos agrícolas configurando-se num exercício de gestão coletiva pelos pequenos agricultores, do equipamento agrícola cedido pela prefeitura”. Vale ressaltar que a vereadora era casada com o então prefeito Dirceu Carneiro, que primava pela gestão popular.

A vereadora V9 apresentou alguns projetos durante sua legislatura (2001-2004) e que se efetivaram em seu mandato, tendo impacto relevante para a sociedade: “Apresentação em sessão especial do projeto Paternidade Responsável, implantação da iluminação pública na rótula da BR 282 que dá acesso aos bairros São Francisco e São Paulo”. E vai mais além: “implantação do posto de saúde no bairro Copacabana, busca por políticas públicas sociais e parcerias com entidades de portadores de deficiência”.

Embasados no relato desta vereadora, quando fala da construção de um posto de saúde no bairro Copacabana, destacamos a importância do programa de Saúde Familiar

implantado pelo governo Federal, que se apresentava como alternativa de superação do paradigma dominante no campo da saúde pública. Com essa nova proposta de saúde familiar, o Ministério da Saúde passou a descentralizar os recursos financeiros para Estados e Municípios que apresentassem projetos alternativos como a construção das Unidades de Saúde.

Outro eixo temático propício para a análise das ações e práticas políticas diz respeito à participação da mulher vereadora em projetos ligados a sua área de atuação profissional. Pudemos verificar que os projetos da vereadora V6 por ser da área da saúde, foram voltados para a comunidade na perspectiva de sanar algumas deficiências nesse setor, porém segundo ela, o projeto de “inserção de medicamentos da farmácia básica no site da prefeitura, virou lei e não foi implementado”. Necessário se faz explicar que embora os projetos de lei sejam aprovados pela câmara de vereadores, o poder executivo, no caso aqui o prefeito, não é obrigado a realizá-lo, ou seja, torná-lo vigente. Este talvez pode ser considerado o grande entrave encontrado pelo poder legislativo nas diversas esferas para a concretização do trabalho do vereador.

Para V10, as ações que mais se destacaram em sua atuação enquanto vereadora foram quase todas voltadas para a saúde, por ser essa a sua especialização e por exercer função nessa área. Assim, segundo a própria vereadora, suas ações foram de “participação em audiências públicas abordando assuntos de interesse comunitário com muito destaque para questões de saúde pública”.

Pode-se entender que a militância das vereadoras em suas diferentes práticas constitui-se como elemento fundamental para compreender os movimentos e as oscilações no campo político aqui neste estudo, especificamente o legislativo municipal. Em relação à atuação das vereadoras, percebemos no depoimento de V6 e V8 que as práticas aqui caracterizadas e os “projetos implementados tinham um pouco de restrição” e isso tudo foi difícil, “tendo em vista a realidade partidária, sendo nossa bancada em minoria na casa legislativa, não conseguimos aprovação dos projetos e indicações” (V8).

Observamos nesses posicionamentos a questão do empoderamento do qual dotaram-se as vereadoras para assumir cadeiras no legislativo lageano. Para Friedmann (1996), esse processo exige três elementos essenciais para se efetivar:

O social refere-se ao acesso a certas ‘bases’ de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Prevê o acesso à instituições e serviços e capacidade de influência à nível público. **O político** diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva que importa; significa

maior participação no âmbito político inclusive o acesso a ocupar cargos de representação e direção. **O psicológico** ou pessoal inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; envolve autoestima e auto-confiança; ter controle sobre a sua própria sexualidade, sobre a reprodução e sobre a sua segurança pessoal; decorre da consciência individual de força [grifo do autor] (*apud* LISBOA, 2008, p. 3).

Nos parece claro que as mulheres vereadoras precisaram romper barreiras seculares que impediram outras tantas de assumirem uma carreira política. E essa mudança ocorre a partir do momento em que elas se empoderam e, para tal, precisam ultrapassar os três elementos citados por Friedmann.

Podemos perceber que a oposição política, e a não autonomia defensiva e a lógica de confrontação resultavam em não aprovação dos projetos, causando rixas e impasses com perdas relevantes para a sociedade (V8). É importante destacar aqui que a bancada partidária sozinha não aprova ou reprova projetos, mas sim, as coligações partidárias que formam blocos com a maioria de vereadores. Ao mesmo tempo, o vereador pode não acompanhar o voto do bloco, mudando o cenário em questão.

Para V3, os projetos de maior relevância foram: “elaboração do Plano Diretor, defesa do patrimônio “Coxilha Rica”, participação nos movimentos contra a desapropriação de terras da região pelo MST. Fica demonstrado aqui neste estudo que alguns dos projetos destacados pelas vereadoras estão intimamente relacionados com bandeiras defendidas enquanto sujeitos políticos, portanto isso denota que as ações e práticas por elas defendidas num contexto político evidencia a sustentação de projetos de sociedade que se tem, e que se quer. Isto dito, é notório que muitos políticos que se elegem com bandeiras que acenam para a representação da vontade da maioria dos cidadãos são, em muitos fatos, contraditórios.

No entanto, as múltiplas atuações e práticas construídas e estabelecidas ao longo do percurso trilhado por essas mulheres, em momentos distintos na história da política lageana, segundo o questionário respondido, revelam algumas informações que ramificam na sociedade e perduram nos dias atuais.

Essa participação marcante deixa rastros construídos com projetos e ações voltados para a sociedade e que dão sustentabilidade aos processos de inserção da figura feminina. O depoimento de V10 contribui para uma reflexão acerca da participação da mulher no legislativo: “acredito que as cotas representam um avanço, mas insignificante ainda perto da representação. E na reforma política, precisamos defender na lista a alternância de gênero”.

No relato da vereadora acima citada, a alternância de vereadores e vereadoras começa pelo exercício na representação da mulher na Câmara Municipal, compreendido como espaço de luta para melhoria da condição feminina.

Para compreender a atuação em outras esferas que não a política formal e institucional, Pinheiro e Queiroz entendem a participação da mulher em movimentos sociais, considerando que “[...] os movimentos sociais, em geral, são conhecidos como portas de entrada para a esfera política” (PINHEIRO; QUEIROZ, 2009, p. 36). Muitas instituições funcionam como alavanca para a entrada na política, entre elas pode-se destacar algumas: associações de moradores, sindicatos, ocupação em cargos de secretarias de educação, saúde e outras organizações.

Outra contribuição que nos traz percepções e fundamentações no que diz respeito ao trabalho de voluntariado e a participação em órgãos não institucionalizados é o depoimento da vereadora V9, que teve uma atuação em trabalhos voluntários como “clube de mães (loteamento Nadir), associação de moradores (bairro Copacabana), participação efetiva em diversos grupos de idosos, etc”. Chama-nos a atenção, pois foi a única vereadora que se preocupou com ações voltadas para as associações de bairros, que se constituem em bases importantes para o surgimento de lideranças. Conforme Pinheiro; Queiroz (2009):

Isso significa, então, que na política não institucional, mais vinculada à atuação em movimentos de trabalhadores e cuja presença é voluntária e não depende de uma escolha ou nomeação por outros, a presença de mulheres tende a ser proporcionalmente tão importante quanto a dos homens (*op cit.*, p. 37).

Outra participante da pesquisa que merece destaque, pois teve atuação em movimentos ligados à participação da mulher na sociedade é V8, que teve como bandeira representativa sua presença em

várias entidades, como conselheira, como também em movimentos como a participação da mulher na sociedade, na área social, na luta contra a exploração do trabalho infantil, em movimentos contra a discriminação racial, na luta pela defesa pela educação municipal, em fóruns de educação especial, dentre outros.

É oportuno fazer um parêntese para ressaltar que a referida vereadora, por ser professora universitária, era detentora de um nível de conhecimento específico sobre a luta pela promoção de políticas públicas direcionadas para as mulheres, justificando o envolvimento e sua participação durante o mandato na promoção de ações voltadas para esses movimentos. Destacamos ainda o depoimento de V1, que destaca seu envolvimento em movimentos de lutas sociais e políticas, entre eles “movimento pelas eleições diretas já,

movimento de mulheres pela anistia política, movimento pela delegacia da mulher e conselhos de direito da mulher e movimentos populares”. Nesse contexto, Avelar (2001) ratifica a importância do envolvimento da mulher em espaços de luta, ou seja: “Os exemplos de mulheres que ascendem à elite política pela via dos movimentos sociais, pela luta nos partidos, são ainda poucos, mas gratificantes” (AVELAR, 2001, p. 67).

Nesta perspectiva, encontramos em diferentes autores considerações também distintas das já mencionadas, pois quando indagamos sobre a participação em entidades ou organismos de movimentos sociais, V6 apresentou característica diferenciada das outras, talvez por que sua ligação era com políticos na família. Vale citar também que a principal participação da vereadora V5 foi especificamente ligada à questão política partidária, como membro de diretórios municipais de partidos políticos.

De um modo geral, o que podemos identificar é que a participação da mulher na vida política em Lages tem espaço preponderante em organizações que vão de ações filantrópicas aos espaços da gestão de governo com os Conselhos Gestores similares aos que existem na atualidade. Várias são as características peculiares no campo político, responsáveis pela inserção e representação quando articuladas às práticas sociais e políticas que se desencadeiam no cerne heterogêneo do campo político.

Neste contexto, é importante destacar alguns espaços nos quais as mulheres eleitas tiveram envolvimento. Enfatizamos o que diz a vereadora V4:

sempre atuei fortemente na comunidade lageana como conferencista, como voluntária, como integrante de conferências sociais, Conferências Municipais, Conselho Municipal do Direito da Criança e adolescente, do Conselho Municipal de Drogas e Entorpecentes, como representante da SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) de Lages junto à Coordenadoria Estadual da Mulher, Membro do Conselho Editorial do Programa Lendo e Relendo do Correio Lageano.

Para V3, sua participação foi: “Lages em dança, liga das escolas de samba, APAS, APAE, APRORESC (restauração da catedral), ALE, ALTE, Fundação Cultural, amigos da Coxilha Rica, Soroptimista, entre outros”.

Para Kunzler (2008, p. 5):

Observando que a nível municipal o vínculo é maior com a sociedade, sendo mais fácil o acesso das mulheres às posições de lideranças nas comunidades e serem reconhecidas como tal, o que pode fazer o contraponto à precariedade de recursos financeiros e de influência política. Embora, a candidatura das mulheres tiver que enfrentar resquícios da cultura patriarcal mais arraigada em pequenos e médios municípios, a visibilidade política das mulheres tende a ser reconhecida e valorizada.

No entanto, para a V11 na década de 1950 já participava de movimentos estudantis, foi diretora do Departamento feminino do diretório acadêmico da Universidade que frequentou e realizou outros trabalhos voluntários incentivados pelo pai. Vale destacar aqui que na década de 1960 foi a primeira lageana a se lançar na vida política partidária, ficando como suplente e posteriormente assumindo uma vaga no legislativo por trinta (30) dias.

Das características analisadas sobre a participação das mulheres vereadoras lageanas que atuam no poder local, podemos aferir que, apesar de algumas peculiaridades existentes entre estas mulheres protagonistas, existe uma singularidade em seu perfil e acesso com tendências marcantes para as áreas de formação e atuação profissional, com as quais a maioria de suas práticas e projetos está conectada. Embora evidenciado a existência de raízes intensas de um passado desigual, muitas delas afirmam não encontrarem dificuldades no relacionamento político com seus pares masculinos, apresentando uma participação atuante na representação parlamentar. Desse modo, entendemos a necessidade de dar continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido, no sentido de buscar outras possibilidades de leitura que permitam entrever situações que não foram analisadas neste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecermos as considerações finais em relação ao objetivo da pesquisa realizada, que foi a de analisar a inserção e a participação da mulher no Poder Legislativo de Lages, convém esclarecer acerca do critério das relações de gênero no interior da Câmara, sobretudo investigar a atuação das mulheres nos espaços públicos e privados enquanto sujeito social e político no processo de ocupação desses espaços.

Pode-se afirmar, portanto, que um dos estímulos para as mulheres brasileiras saírem do espaço privado e se deslocarem para o espaço público veio dos movimentos feministas, que podem ser destacados como um dos movimentos sociais do país mais exitosos, conforme pudemos examinar ao longo deste trabalho. Entre outras conquistas, a crescente visibilidade da mulher na política brasileira teve aspectos significativos, como o direito ao voto, a paulatina inserção da mulher nos partidos políticos, mais recentemente a Lei de Cotas que, invariavelmente, contribuiu para o aumento de candidaturas, bem como de ocupação de cadeiras efetivas no Parlamento.

Compõem este trabalho as relações de poder que engendram a invisibilidade da mulher política, por meio de um discurso histórico que contribuíram sobremaneira para manter as mulheres encapsuladas por muito tempo em seus lares ou, quando muito, assumindo uma vida pública relacionada ao trabalho e, este, geralmente na condição de subalternidade ao homem. Nesse sentido, o empoderamento permitiu às mulheres a construção de uma nova identidade social e política.

A partir da análise de nosso objeto de pesquisa, evidenciamos que a trajetória política das mulheres no legislativo lageano foi marcada por conquistas, tensões e contradições que as levaram do espaço privado do lar para a arena visível da política. Muitas foram as motivações que contribuíram para esse caminhar, no entanto, salientamos que a saída da mulher do espaço privado para o público se faz, principalmente, a partir de um processo de militância iniciado em especial com a carreira profissional.

Embora em Lages os dados registrem a participação de mulheres em diferentes pleitos, somente uma delas relata a candidatura ao cargo de vice-prefeita, o que nos leva a entender a não candidatura à prefeita como resquícios de uma sociedade notadamente patriarcal, como se constatou no contexto histórico cultural desenvolvido neste trabalho. Outro fator que nos chamou a atenção foi o fato de que nenhuma mulher ocupou a cadeira da presidência da Câmara de Vereadores, também uma condição que nos leva a pensar nas

diferenças culturais que entendem a mulher como um sujeito subordinado e, portanto, incapaz de assumir uma posição decisiva de poder.

No que trata propriamente ao trabalho de pesquisa, se faz necessário frisar que na política lageana os dados demonstraram que muitas mulheres ousaram entrar na luta por uma disputa no legislativo, mas apenas (11) delas chegaram a ocupar cadeiras na história do legislativo desde 1959 até 2008. Entre os percalços e avanços, esse número se torna irrelevante. Diante dos indicadores existentes, encontramos dados⁴ no site do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), revelando que Lages possui um número de eleitores assim distribuído: dos 118.496 eleitores, 62.461 são mulheres, totalizando um percentual de 52,71%. Considerando, pois que a maioria dos eleitores é do sexo feminino, constata-se a subrepresentação da mulher na política no município de Lages, onde muitas votam, mas poucas são eleitas.

Este estudo não pretendeu dar respostas aos diferentes aspectos que surgiram no decorrer da pesquisa, mas procuramos ao longo do texto levantar algumas discussões acerca do perfil, acesso, relações de gênero e práticas políticas da mulher no legislativo lageano, buscando no seu perfil de atuação como se deu seu engajamento na política eleitoral, que consciência tiveram das relações com outras mulheres e homens nas quais se envolveram, o que realizaram enquanto vereadoras, enfim, quais os limites e possibilidades que as mulheres eleitas encontraram no período histórico aqui delineado.

Nossa pesquisa demonstrou que é possível visualizar a presença da mulher lageana na arena política, mas, também, ressaltou que essa participação é marcada por relações sociais que vão da animosidade política e preconceito até a cordialidade que pode mascarar uma tentativa de submissão por parte do segmento masculino que se elege para a Câmara de Vereadores de Lages.

Destacamos também que a representatividade feminina está aquém do que se pode esperar de uma paridade de participação nesse meio. A política de cotas contribuiu para um maior número de candidatas mulheres nos últimos pleitos pesquisados, mas não garantiu seu acesso ao legislativo. Isso pode gerar conclusões diferenciadas, a exemplo da possibilidade de que os partidos políticos não dão a efetiva atenção para a candidatura de mulheres, aceitando-as tão somente para cumprir os números mínimos exigidos.

Também pode representar, para as mulheres que se candidataram e não foram eleitas, que mesmo a população feminina lageana ainda guarda certos resquícios quanto a votar e

⁴ Dados retirados do site <http://www.tre-sc.jus.br/site/imprensa/noticia/arquivo/2012/julho/artigos/sc-tem-4739345-eleitores-para-eleicoes-2012-e-mulheres-sao-maioria/index.html> - acesso em 16 de novembro de 2012.

eleger uma mulher para um espaço até os anos 50 ocupado exclusivamente por homens, contribuindo, portanto, para a sub-representatividade feminina nesse cenário. Por outro lado, essas considerações podem ser analisadas sob outra perspectiva, a das mulheres que foram eleitas e deram voz as suas ações políticas.

Vale ressaltar, segundo os resultados obtidos e analisados, que um dos entraves para essa subrepresentação em espaços de poder, mais especificamente no legislativo lageano, ainda hoje são as concepções permeadas de preconceitos. Prova disso é a pouca participação das mulheres em cargos de poder. As poucas mulheres que exerceram este espaço como secretarias de saúde e educação, se elegeram. Podemos então considerar que a ocupação nesses cargos serviu de porta de entrada para o campo político, pois esses espaços de poder possibilitam à mulher tornar-se visível e empoderada ao exercer cargos públicos e/ou contemplar efetiva possibilidade de participar de outras atividades com o público.

Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres ainda encontramos alguns obstáculos. As lutas e os combates das mulheres na superação das desigualdades geram tensões, conflitos e diferenças de condições, que lhes são atribuídas através da história escrita sob a visão masculina, patriarcal, portanto essas lutas servem para, pelo menos, amenizar a imagem de que a mulher sempre foi submissa ao homem, desta maneira não podendo competir de modo igual. Nessa perspectiva, podemos dizer que os movimentos reivindicatórios devem continuar para a conquista da igualdade nas relações de gênero e melhorias social política e econômica, sejam homens ou mulheres.

Ao tratar da participação da mulher no legislativo lageano verificamos que as práticas e suas ações são direcionadas para as suas áreas de atuação, as quais, na maioria, são voltadas para as áreas humanas. Porém, existem formas diversificadas no desempenho de suas ações, umas inovam ao exercer o mandato, procurando diferentes projetos num sentido mais amplo e democrático, que permitem a construção de uma cidadania participativa e de inclusão social, enquanto outras pautam-se em políticas assistencialistas, atuando mais em causas filantrópicas. Algumas, ainda, se voltam para propostas contraditórias ao processo de democracia e igualdade, o que representa, no contexto geral, que a atuação da mulher pode seguir caminhos diversos e que a representatividade feminina é marcada por situações que muitas vezes contradizem sua bandeira de luta adotada nas campanhas. Não se trata, portanto, de uma participação calcada na harmonia, haja vista que estamos tratando de sujeitos históricos que se movem socialmente por contradições.

A partir da reflexão teórica, na qual procuramos analisar algumas questões pertinentes para o entendimento da condição feminina, buscamos restaurar a trajetória e a

participação da mulher no legislativo com ênfase no poder local. Nesse sentido, o município aqui representado foi um espaço de grande valia para o estudo da participação política da mulher lageana e a apreciação de suas especificidades, pois entendemos que esse espaço de poder formal é uma das esferas fundamentais para se examinar a relação que os sujeitos estabelecem ao ocupar espaço público e o espaço privado.

Essa temática, não se esgota aqui, tais argumentações podem contribuir para que outras pesquisas se desenvolvam na constatação de novos saberes científicos, envolvendo a participação da mulher no processo eleitoral com foco no legislativo. Com isso, este estudo pode suscitar novos desdobramentos de maneira a refletir a pluralidade de temas relevantes para evidenciar aspectos nem sempre visíveis no discurso histórico oficial. Portanto, quando se trata de uma construção teórica baseada na participação da mulher na política, a provocação investigativa não se esgota, e precisa ser trabalhada com vistas a impulsionar outras vereadoras a se candidatarem para uma vaga no legislativo e outros pesquisadores a estudar sobre esse objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do feminismo**: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. 306 f. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ALCÂNTARA, Adeilton Pedro de. **A participação feminina nas eleições municipais de 2004 no Brasil**: uma análise utilizando modelos de regressão logística. Rio de Janeiro, IBGE, 2006.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. In Brasil, 2013. **Mulheres Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atualizacao-feminina/mulheres-na-politica>>. Acesso em: 18/01/2013.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.
- _____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.
- ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 nov. 2012.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/ UNESP, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos PAGU**. n. 20. UNICAMP. Campinas, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da partilha através da pesquisa na educação. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- CARVALHO, Denise Gomide. **Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000)**: construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas. 2002. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, SP. Campinas. 2002.
- CORTELLA, Mario Sergio. Vida Maiúscula. In GADOTTI, Moacir (org). **40 olhares sobre os 40 anos da pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Série Cadernos de Formação 1, 2008.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. **Gênero, poder e empoderamento.** Bahia: UFBA, 2005.

COSTA, Delaine Martins. **Mulher:** poder e participação política. 2006. Disponível em <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/01/20/450835/ulher-poder-e-participao-politica.html>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens:** sua história e influência no sertão da terra firme. v. 1 Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

FERREIRA, Maria Mary. **As “Caetanas” vão à luta:** a trajetória do Movimento Feminista no Maranhão face às políticas públicas. São Luís, 1999. 258 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade.** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Microfísica do poder.** 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIEDMAN, John. **Empowerment:** uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu.; SILVEIRA, Maria Lúcia.; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Gênero nas políticas públicas. Cadernos Sempreviva.** São Paulo: SOF, 2000.

GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**, n. 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi.; MEIRELLES, Giselle. **Movimentos sociais, participação e democracia.** Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. **Anais...** Segundo Seminário Nacional de Movimentos sociais. De 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

_____. **Problematisando o conceito de empoderamento.** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2012.

KLEBA, Maria Elisabeth. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Social.** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

KUNZLER, Maria Laci. Participação das mulheres na política representativa. **Anais...** Fazendo gênero 8. Corpo violência e poder. Florianópolis, UFSC, 25 a 28 de agosto de 2008.

LACERDA, Constantina Ana Guerreiro. **Mulher e Política:** um estudo da participação feminina na Câmara Municipal de Goiânia. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Anais... Fazendo Gênero 8. Corpo violência e poder**. Florianópolis, UFSC, 25 a 28 de agosto de 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lia Zanota. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos PAGU**, v. 11, p. 107-125, Campinas: UNICAMP, 1998.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe.; QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres nas eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. Práticas e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Entre vãos de águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 17-27.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NARVAZ Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência e uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, M.; ECKERT, C.; FRY, P. (org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007 p. 45-80. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/ConferenciaseDialogos.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Editora UNIPLAC, 2002.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set.1989.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Luana.; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. “Mulheres e Poder: uma Associação possível?” **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p.30-42, 2009.

REZENDE, Marcela Torres.; PALMIERI Luana. Políticas públicas de gênero: avanços recentes e desafios futuros. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p.57- 65, 2009.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Rev, Sociol, USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

ROBBINS, S. P. **Administração:** mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

RODRIGUES, Almira. Cidadania das mulheres e igualdade de gênero. 2001.

Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/publicações/artigos>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

RODRIGUES, Luís Paulo. **Wikileaks e Julian Assange:** O público e o privado. A configuração mediática de Julian Assange, a partir das revelações do “site” wikileaks. Universidade Lusófona do Porto. Maio 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. IN. CASTILHO, Martim, M.; OLIVEIRA, S. (orgs.). Brasil. Presidência da República. **Secretaria especial de políticas para as mulheres**. Marcadas a ferro. Brasília: 2005. p. 35-76.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth.; BONGIOVANI, Iara. **A mulher na sociedade de classe:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria Ladjane C.; CARMO, Maria Marli da Silva. **Participação das mulheres:** gênero e política na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Universidade de Pernambuco – UPE, Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns – FACETEG, Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Legislativa. 2008.

SILVA, Rosane. Mulheres nos espaços de poder e participação política. **Revista Mátria**. Publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE. 8 mar. 2011.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família:** as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. IN: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 112-126.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**., n. 015, p. 97-117, nov/dez. 2000.

STREY, Marilene Neves.; CABEDA, Sonia T. Lisboa.; PREHN, Denise Rodrigues (orgs.). **Gênero e cultura:** questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

VALADARES, Loreta. **A visibilidade do invisível e a luta pela emancipação**. Revista Presença da Mulher nº 31, abr. 1998, p. 39, 2004.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira**: a lei de cotas. 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira**: a lei de cotas. 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

YOUNG, Íris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. In **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ZIMMERMANN, Tânia Regina.; MEDEIROS, Márcia Maria de. Problematizando o conceito de empoderamento. In: Biografia e Gênero: repensando o feminino. **Revista de História Regional**, v. 9, n. 1, p. 31-44, jan./fev. 2004.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

LAGES, Câmara Municipal de. **Memórias do Legislativo Lageano**. Lages, 2008.

MAIA, Katia. Agora é que são elas! **Revista Matria**. Publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: CNTE. 8 mar. 2012.

ROCHA, Liège. A luta das mulheres e a reforma política. **Revista Matria**. Publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE. 8 mar. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO PARA AS VEREADORAS ELEITAS À CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES, SC

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – *STRICTO SENSU*
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
MESTRANDA: AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER

Perfil da vereadora

Data que está respondendo a este questionário ____/____/____

1. Nome: _____
2. Estado civil: () Solteira () Casada () Viúva () Divorciada () Outros
3. Profissão: _____
4. Nível de escolaridade:
- () Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo
- () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo
- () Pós-graduado Qual ? _____
- () Mestrado () Doutorado

5. Mantem alguma atuação profissional ou outra ocupação na atualidade?

Participação na vida política

6. Você tem ou teve participação em entidades, organizações ou movimentos sociais antes, durante e depois do exercício do mandato? () Sim () Não

Quais _____

7. O que levou você a entrar na vida política partidária?

8. O que levou você a assumir a candidatura à vereadora?

9. Que período (ano) foi eleita vereadora? _____ a _____.

10. Foi eleita por qual partido? Coligação? _____

11. Concorreu a reeleição? () Sim () Não

12. Quais os motivos que a levou a reeleição?

13. Por que não concorreu a reeleição?

14. Ocupou cargos na mesa diretiva durante seu mandato? Qual cargo? _____

15. Obteve apoio da família diante da decisão de concorrer à eleição?

() Sim () Não

Relações de gênero

16. Encontrou dificuldades enquanto mulher na inserção e incorporação no espaço político na Câmara de Vereadores? () Sim () Não

Em caso afirmativo quais dificuldades?

16. Como você descreve as relações que se estabeleceram enquanto mulher vereadora, com os homens vereadores no exercício do mandato?

17. Como percebia durante o exercício do mandato o comportamento político dos homens vereadores em relação à sua condição de mulher vereadora e vice-versa?

Relações com outros setores da sociedade

18. Como foi sua relação com os meios de comunicação na condição de mulher vereadora?

19. Como foi sua relação com as organizações, entidades, movimentos, enfim com a sociedade civil e política durante o seu mandato de vereadora?

Projetos em destaque e outras formas de atuação/práticas sociais:

20. Descreva os projetos ou ações que você destaca, quando da sua atuação na Câmara de Vereadores:

1

2

21. Quais os projetos que se efetivaram no exercício de seu mandato e que tiveram impactos relevantes na sociedade?

22. Descreva outras ações ou atividades desenvolvidas na sociedade, durante o exercício do mandato de vereadora?

23. Gostaria que deixasse aqui um depoimento ou algo que viesse a somar na minha dissertação que você acha interessante colocar sobre a sua atuação na Câmara de Vereadores e que não foi perguntado, algum fato, história, situação durante o mandato ou mesmo durante a campanha, enfim, algum episódio que gostaria de relatar sobre a participação da mulher no espaço político na Câmara de Vereadores e/ou na sociedade:

Grata pela participação!

ANEXOS

ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Está sendo realizada uma pesquisa intitulada: “A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO LEGISLATIVO LAGEANO: UM ESTUDO ACERCA DO PERFIL, ACESSO E PRÁTICAS POLÍTICAS DAS VEREADORAS”, com o objetivo de analisar a participação da mulher, verificando como aconteceu a inserção da mulher na política lageana, descrição de seu perfil, suas relações e práticas políticas, identificando aí possíveis conflitos e tensões. Para a realização desta pesquisa, estão sendo realizados questionários e entrevistas junto as mulheres eleitas vereadoras.

O projeto de Pesquisa é de autoria da aluna do Mestrado em Educação da Uniplac: AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo Locks e Coorientadora Profª Drª Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Todas as informações resultantes do questionário serão utilizadas com a única finalidade de fornecer elementos para a realização da investigação para a dissertação do Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, ou dos relatórios e artigos que nela resultem. Como esta é uma pesquisa que pretende valorizar e retratar as experiências dos sujeitos pesquisados e suas ações, gostaríamos de revelar a identidade de quem nos relatou as informações. Em nenhum momento os dados coletados serão utilizados para qualquer medida punitiva ou de fiscalização.

Qualquer dúvida ou informação a respeito da pesquisa poderá ser esclarecida diretamente com o Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, pelo telefone (49) 3251-1144, com o setor de Apoio a Pós-Graduação e/ou pelo e-mail mestrado@uniplac.net.

Declaro que, de acordo com as informações que me foram dadas consinto que o estudo seja realizado e autorizo a utilização de dados em publicações científicas.

() e minha identidade pode ser revelada e minhas imagens publicadas.

() desde que minha identidade seja mantida em sigilo.

Eu, _____, RG _____

Lages, _____ de _____ de 2012.

Entrevistado: _____

Assinatura: _____

Entrevistadora: _____

Assinatura: _____

ANEXO 2 - MULHERES CANDIDATAS A VEREADORA EM LAGES (1959/2008)

Ano legislatura	Nome	Cargo	Partido
1959 -1963	Wilma Machado Carrilho	Vereadora (p. 41)	PSD suplente
1959-1963	Talita Dantas de Campos	Vereadora (p.42)	UDN suplente
1973-1977	Margarida Berwig Matiotti	Vereadora (p.79)	MDB eleita
1973-1977	Lélia T. Neves Pamplona	Vereadora (p.81)	ARENA suplente
1973-1977	Terezinha B. Fornari Carneiro	Vereadora (p.81)	MDB suplente
1977-1983	Terezinha B. Fornari Carneiro	Vereadora (p. 87)	MDB eleita
1977-1983	Maria da Graças Leal Vieira	Vereadora (p.90)	MDB suplente
1977-1983	Eloy Dinalva branco	Vereadora (p. 91)	ARENA suplente
1977-1983	Jafa Gerusa Melo	Vereadora (p.91)	ARENA suplente
1977-1983	Liliana Marcondes Pinho	Vereadora (p. 91)	ARENA suplente
1983-1988	Maria do Carmo Vargas	Vereadora (p.102)	PDS suplente
1983-1988	Anair Veiga da Rosa	Vereadora (p.102)	PDS suplente
1983-1988	Maria Helena Pereira	Vereadora (p.102)	PDS suplente
1983-1988	Margarida Berwig Matiotti	Vereadora (p.104)	PMDB suplente
1983-1988	Ivandina Maria Nunes	Vereadora (p.104)	PMDB suplente
1983-1988	Ondina Silva Oliveira	Vereadora (p.105)	PMDB suplente
1983-1988	Eloá Reis Bueno	Vereadora (p.105)	PDT não eleito
1983-1988	Vera Lúcia Costa	Vereadora (p.105)	PDT não eleito
1983-1988	Ana Maria C. dos Santos	Vereadora (p.105)	PDT não eleito
1989-1992	Nilda Rodolfo Carnevalli	Vereadora (p.113)	PFL eleita
1989-1992	Janirlene Rodrigues Wlatrick	Vereadora (p.116)	PDS/PFL/PDC
1989-1992	Lucilia Novach Wiggers	Vereadora (p.116)	PDS/PFL/PDC
1989-1992	Eloá Bueno de Souza	Vereadora (p.117)	PDS/PFL/PDC
1989-1992	Iracema Antunes de Castro	Vereadora (p.117)	PDS/PFL/PDC
1989-1992	Marcia aparecida Machado	Vereadora (p.118)	PMDB suplente
1989-1992	Maria Zilda Silveira da Silva	Vereadora (p.119)	PMDB suplente
1989-1992	Monica Domatos de Borba	Vereadora (p.120)	PSDB/PT supl.
1989-1992	Terezinha Matos Fortuna	Vereadora (p.121)	PDT/suplente
1993-1996	Elza Marina da Silva Moretto	Vereadora (p.129)	PFL (+votada)
1993-1996	Nilda Rodolfo Carnevalli	Vereadora (p.131)	PFL suplente
1993-1996	Lucia Helena Ávila Leite	Vereadora (p.131)	PFL suplente
1993-1996	Iolanda Lopes Sclengmann	Vereadora (132)	PFL suplente
1993-1996	Lídia B. da Paixão	Vereadora (133)	PDT suplente
1993-1996	Lúcia Helena Martins	Vereadora (133)	PDT suplente
1993-1996	Marileia Thiesen Rosa	Vereadora (135)	PL suplente
1993-1996	Jovita da Silva Paula	Vereadora (135)	PL suplente
1993-1996	Maria Zilda Silveira da Silva	Vereadora (136)	PMDB suplente
1993-1996	Zenilda Ramos	Vereadora (136)	PMDB suplente
1993-1996	Maria Lúcia Mendes Furtado	Vereadora (136)	PRN (+votada)
1993 -1996	Marli de Fátima Petroski	Vereadora (137)	PRN suplente
1993-1996	Iracema Antunes de Castro	Vereadora (137)	PRN suplente
1993-1996	Ana Fagundes	Vereadora (138)	PTB não eleita

1993-1996	Eli Conceição Miranda	Vereadora (138)	PCdoB não elei
1997-2000	Elza Marina da Silva Moretto	Vereadora (147)	PFL + votada
1997-2000	Angelita dos Santos	Vereadora (147)	PFL suplente
1997-2000	Maria Júlia Alves	Vereadora (147)	PFL suplente
1997-2000	Rita da Graça Muniz	Vereadora (147)	PFL suplente
1997-2000	Cleres Muller Dias	Vereadora (148)	PMDB suplente
1997-2000	Maria Zilda Silveira da Silva	Vereadora (148)	PMDB suplente
1997-2000	Ivone Rodrigues da Silva	Vereadora (148)	PMDB suplente
1997-2000	Edith Maria Valentini Garcia	Vereadora (148)	PMDB suplente
1997-2000	Cristina Duarte Maluche	Vereadora (148)	PMDB suplente
1997-2000	Maria de Lourdes Varela Binatti	Vereadora (149)	PMDB suplente
1997-2000	Cleusa das Graças Silva Vezaro	Vereadora (149)	PMDB suplente
1997-2000	Zenilda Ramos	Vereadora (149)	PMDB suplente
1997-2000	Leni Coelho Granzotto	Vereadora (150)	PSDB suplente
1997-2000	Soly Lopes Oliveira	Vereadora (150)	PSDB suplente
1997-2000	Helena Estelita de Souza Dias	Vereadora (150)	PSDB suplente
1997-2000	Carmelita Borba Laurentino	Vereadora (150)	PSDB suplente
1997-2000	Aline T. kuntze Wawginiak	Vereadora (150)	PL suplente
1997-2000	Jovita da Silva Paula	Vereadora (151)	PL suplente
1997-2000	Maria de Lourdes R. de Ávila	Vereadora (151)	PPB suplente
1997-2000	Zulma Aparecida Neves Padilha	Vereadora (151)	PPB suplente
1997-2000	Tânia Arruda Westphal	Vereadora (151)	PPB suplente
1997-2000	Marilene Ricardo	Vereadora (151)	PPB suplente
1997-2000	Marli de Fátima Petroski	Vereadora (152)	PPB suplente
1997-2000	Eledir Kovalski	Vereadora (152)	PT suplente
1997-2000	Irma Ramos Siqueira	Vereadora (152)	PT suplente
1997-2000	Teonilda de Fátima da Silva	Vereadora (152)	PT suplente
1997-2000	Maria Odete da Costa	Vereadora (152)	PT suplente
1997-2000	Giedre Terezinha Raginini	Vereadora (152)	PT suplente
2001-2004	Carmem Emilia Bonfá Zanotto	Vereadora (164)	PDT +votada
2001-2004	Elenice Borba da Silva	Vereadora (164)	PDT eleita
2001-2004	Elza Marina da Silva Moretto	Vereadora (163)	PFL eleita
2001-2004	Maria de Lourdes R. de Ávila	Vereadora (161)	
2001-2004	Maria Zeni Silva de Souza	Vereadora (163)	PFL suplente
2001-2004	Hilda Rosa de Lima	Vereadora (163)	PFL suplente
2001-2004	Neuza Aparecida de Moraes	Vereadora (164)	PDT suplente
2001-2004	Eloí Dinalva da Silva Branco	Vereadora (164)	PDT suplente
2001-2004	Cleusa das Graças Silva Branco	Vereadora (164)	PDT suplente
2001-2004	Maria Nilza Barbosa	Vereadora (164)	PDT suplente
2001-2004	Ivani Terezinha Ramos Vieira	Vereadora (164)	PDT suplente
2001-2004	Maria de Lourdes Reche Ávila	Vereadora (165)	PPB eleita
2001-2004	Helia Teresinha da Silva Ramos	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Stela Maris Antunes da Rosa	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Rosana Aparecida de Jesus	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Marli Tânia Pena Bisotto	Vereadora (165)	PPB suplente

2001-2004	Marlene Bressan	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Oneide Marcelino Chimello	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Dailva de Fátima Macedo Barbosa	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Janini Silva da Rosa	Vereadora (165)	PPB suplente
2001-2004	Mara Regina Wolff da Silva	Vereadora (166)	PSDB suplente
2001-2004	Stela Maris Salvador	Vereadora (166)	PSDB suplente
2001-2004	Carmelita Borba Laurentino	Vereadora (166)	PSDB suplente
2001-2004	Joselita Aparecida Peixe	Vereadora (166)	PSDB suplente
2001-2004	Aline trezinha Kuntze	Vereadora (167)	PL suplente
2001-2004	Elsa de Godoi Farias	Vereadora (167)	PTB suplente
2001-2004	Maria Neves Dias Lopes	Vereadora (168)	PTB suplente
2001-2004	Zenilda Ramos	Vereadora (167)	PTB suplente
2001-2004	Aparecida Bernadete F. Bona	Vereadora (168)	PTB suplente
2001-2004	Salete Aparecida Silveira Ávila	Vereadora (167)	PTB suplente
2001-2004	Terezinha Leite	Vereadora (168)	PTB suplente
2001-2004	Odila Maria Waltrick	Vereadora (168)	PPS suplente
2001-2004	Maria de Jesus Oliveira da Rosa	Vereadora (168)	PPS suplente
2001-2004	Jussara Lazzari	Vereadora (169)	PMDB suplente
2001-2004	Cristina Duarte Maluche	Vereadora (169)	PMDB suplente
2001-2004	Irma Ribeiro Ramos Siqueira	Vereadora (169)	PT Não eleita
2001-2004	Eledir Kovalski	Vereadora (169)	PT Não eleita
2001-2004	Maria Odete da Costa	Vereadora (169)	PT Não eleita
2001-2004	Ondina Rosa Pereira	Vereadora (169)	PT Não eleita
2001-2004	Édina Cruz do Vale	Vereadora (169)	PT Não eleita
2001-2004	Leni Coelho Granzotto	Vereadora (170)	PHS não eleita
2001-2004	Glaci Terezinha de Sousa	Vereadora (170)	PHS não eleita
2001-2004	Neusa de Fátima Correia	Vereadora (170)	PHS não eleita
2001-2004	Rosemeri de Fátima da Silva	Vereadora (170)	PHS não eleita
2001-2004	Velci Vieira Branco	Vereadora (170)	PV não eleita
2001-2004	Naila Marizete Lang de Souza	Vereadora (170)	PV não eleita
2001-2004	Anita Kerschbaumer	Vereadora (171)	PST não eleita
2005-2008	Maria Cristina Subtil	Vereadora (177)	PPS + votada
2005-2008	Mayra Grazielle Ceron Pereira	Vereadora (177)	PFL eleita
2005-2008	Neusa Zanghelini	Vereadora (179)	PFL suplente
2005-2008	Luciana Capistrano	Vereadora (179)	PFL suplente
2005-2008	Katya Regina S.M.G. dos Santos	Vereadora (179)	PFL suplente
2005-2008	Regina Santos	Vereadora (179)	PFL suplente
2005-2008	Fernanda Mirian Cordova Pinto	Vereadora (179)	PFL suplente
2005-2008	Olinda Santos de Castro	Vereadora (179)	PFL suplente
2005-2008	Sirlei Maria Bordin Pinto	Vereadora (179)	PP suplente
2005-2008	Maria de Lourdes Reche	Vereadora (179)	PP suplente
2005-2008	Silvia Regina Branco da Silva	Vereadora (180)	PP suplente
2005-2008	Geci Abreu Soliman	Vereadora (180)	PP suplente
2005-2008	Maria de Fátima de Liz Cavalcanti	Vereadora (180)	PP suplente
2005-2008	Cleusa Salete Antunes da Silva	Vereadora (180)	PP suplente

2005-2008	Elenice Borba da Silva	Vereadora (180)	PT suplente
2005-2008	Maria Waltair Carvalho	Vereadora (181)	PT suplente
2005-2008	Ladi Checchi Maia	Vereadora (181)	PVsupsplente
2005-2008	Lílian helena da Silva Bombana	Vereadora (181)	PT suplente
2005-2008	Luci Mara Tribeck Zamin	Vereadora (181)	PVsupsplente
2005-2008	Elioenai Macedo Gastaldi	Vereadora (181)	PV suplente
2005-2008	Zenilda Ramos	Vereadora (181)	PT suplente
2005-2008	Miriam Marlove Vieira Silva	Vereadora (181)	PT suplente
2005-2008	Solange da Silva	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Marilu Maldaner Ghiorzi	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Maria Helena Macedo Neves	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Maria Ecilda Tavares Aires	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Karine Miranda Pinheiro	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Aparecida Bernadete Bona	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Marlene Bressan	Vereadora (182)	PMDB suplente
2005-2008	Fabíola de Oliveira	Vereadora (183)	PSDB suplente
2005-2008	Nilda Regina Peixe	Vereadora (183)	PSDB suplente
2005-2008	Ilva Aparecida da Silva Padilha	Vereadora (183)	PSDB suplente
2005-2008	Miriam Lima Bitencourt	Vereadora (183)	PSDB suplente
2005-2008	Daiani Hinckel Goss	Vereadora (183)	PSDB suplente
2005-2008	Iracema da Silva de Jesus	Vereadora (183)	PSB não eleita

Obs:

1963 – 1967 na 5ª legislatura nenhuma mulher se candidatou a vereadora

1967 – 1970 na 6ª legislatura nenhuma mulher se candidatou a vereadora

1970 – 1973 na 7ª legislatura nenhuma mulher se candidatou a vereadora